

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES (MPA) PARA A O FORTALECIMENTO DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE  
SÃO FRANCISCO/ES**

**POLIANA DIAS DOS SANTOS**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES (MPA) PARA A O FORTALECIMENTO DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO  
FRANCISCO/ES**

**POLIANA DIAS DOS SANTOS**

*Sob Orientação do Professor*  
**Dr. Igor Simoni Homem de Carvalho**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ**

**2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237c SANTOS, POLIANA DIAS DOS, 1988-  
AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES (MPA) PARA A O FORTALECIMENTO DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO  
FRANCISCO/ES / POLIANA DIAS DOS SANTOS. - Seropédica,  
2021.  
99 f.: il.

Orientador: IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO .  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. Movimento dos Pequenos Agricultores. 2. Educação  
do Campo. 3. Campesinato. 4. COMECES. I. CARVALHO ,  
IGOR SIMONI HOMEM DE , 1980-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**POLIANA DIAS DOS SANTOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 22/04/2021

---

Igor Simoni Homem de Carvalho, Dr. UFRRJ

---

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

---

Janaine Zdebski da Silva, Dra. UFRB

---

Celso Eulálio de Oliveira Júnior, Dr. Externo à Instituição

## DEDICATÓRIA

Segundo afirma Paulo Freire, *nos construímos como sujeitos de acordo com as relações que estabelecemos, sendo que nós somos sujeitos inacabados*. Neste sentido, dedico este trabalho, em primeiro lugar, à minha família em especial meus pais Militino Vieira dos Santos e Margarida Izabel Dias Santos, e meus irmãos: Kellys Fabiana Vieira dos Santos, Flávio Dias Santos e Isabel Cristina Dias Santos, e aos sujeitos que contribuíram para concretização de mais esse objetivo e sabendo que este não é uma produção individual, mas uma conquista coletiva.

Ao meu companheiro de vida Wéster, por quem tenho profunda admiração como pessoa, profissional e militante da Educação do Campo, por todo incentivo e confiança e por todo o amor. Pessoa a que amo de todo o meu coração, sem o qual eu não chegaria até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por iluminar-me durante esta longa caminhada e permitir que a concluisse com êxito.

À minha família por sempre estar ao meu lado, dando força para atingir meus objetivos, sendo a inspiração e a motivação pela conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Ao orientador Professor Igor, pela defesa da Educação do Campo e dos camponeses, pela forma com que me orientou, dando direcionamentos importantes para minha pesquisa, e pelo ser humano excepcional que é. Como diria minha amiga Gisele Kelfer, também desta turma de mestrado “eu não tenho um orientador, tenho um anjo”. A você companheiro, todo o meu respeito, amizade e admiração.

Ao PPGEA que criou possibilidades para que mais trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas pudessem acessar um curso de Mestrado.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores, por ser a base da minha formação política, e por abrir suas portas, para a realização desta pesquisa. Essa é uma vitória que não é só minha, mas também dos Movimentos Sociais os quais estabeleci alguma relação na minha trajetória de militante.

Às EFAs de Barra de São Francisco, as quais atuo enquanto monitora/professora, e que foram essenciais na trajetória da realização deste Mestrado, sempre me apoiando e segurando as pontas nas escolas no momento das minhas saídas.

Aos queridos colegas, que se tornaram a família que o mestrado me proporcionou, Gisele Kelfer e Lucas Souza (este segundo já é companheiro de viagens desde a época da graduação), pelos momentos de alegria e descontração, mas, sobretudo, pelas palavras e gestos de apoio e de amizade.

Ao meu companheiro Wéster Francisco de Almeida, que sempre esteve ao meu lado, quem me ensinou muito, sem o qual eu jamais teria conseguido chegar até aqui, me ajudando nas discussões presentes nesta dissertação.

Por fim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para concretização de mais uma etapa da minha formação.

## RESUMO

SANTOS, Poliana Dias dos. **A contribuição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco – ES.** 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a contribuição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, estado do Espírito Santo, e foi desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação Agrícola, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem o objetivo de identificar e analisar a atuação do MPA no município de Barra de São Francisco/ES, identificando as contribuições do Movimento para a construção da Educação do Campo no município, as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo no município, e intervindo no sentido de contribuir no atendimento destas demandas. Esta pesquisa baseou-se na pesquisa-ação, pois esta foi um dos melhores caminhos que nos conduziu a leitura da realidade e no desenvolvimento desta pesquisa. Utilizou-se a pesquisa de campo com entrevistas a militantes dirigentes municipais e estaduais do MPA e famílias de estudantes de escolas que participam de grupos de base do MPA e Associações de pequenos agricultores. Foi realizada também pesquisa documental. Este estudo traz uma reflexão sobre as lutas travadas pela EC para garantir uma educação apropriada aos camponeses, bem como os enfrentamentos e a resistência de Organizações Sociais Populares do Campo, juntamente com a comunidade camponesa frente as investidas do poder público (Estado) e do modelo capitalista de produção no campo para o fechamento das escolas do campo. A pesquisa aponta para a demanda de uma organização que possa refletir e defender o interesse da EC no município de Barra de São Francisco, para melhor se defender das tentativas de fechamento das escolas do campo no município e ajudar na garantia de uma educação de qualidade para os povos do campo.

**Palavras-Chave:** Movimento dos Pequenos Agricultores. Educação do Campo. Campesinato. COMECES.

## ABSTRACT

SANTOS, Poliana Dias dos. **The contribution of the Movement of Small Farmers (MPA) to the strengthening of rural education in the municipality of Barra de São Francisco - ES.** 2021. 99p. Dissertation (Master in Education) - Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This research aims to study the contribution of the Movement of Small Farmers (MPA) to the advancement of rural education in the city of Barra de São Francisco, in the state of Espírito Santo, and was developed in the Master's Degree Course in Agricultural Education, by the Post-Graduation Program in Agricultural Education (PPGEA), at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). It has the objective of identifying and analyzing the MPA's work in the municipality of Barra de São Francisco/ES, identifying the contributions of the Movement to the construction of rural education in the city, the demands that indicate the strengthening of rural education in the municipality, and intervening in order to contribute to the fulfillment of these demands. This research was based on action research, as it was one of the best ways that led us to read the reality and develop this research. A field research was used with interviews with municipal and state leaders of the MPA and school students' families who participate in MPA's base groups and small farmers' associations. Documentary research was also carried out. This study reflects on the struggles waged by the CE to guarantee an appropriate education for peasants, such as the confrontations and resistance of Popular Social Organizations of the Countryside, along with the peasant community facing the attacks of the public power (State) and the capitalist model of production in the countryside for the closure of rural schools. The research points to the demand for an organization that can reflect and defend the interests of the CE in the city of Barra de São Francisco, to better defend itself against the attempts to close the rural schools in the city and help guarantee a quality education for the people of the countryside.

**Keywords:** Small Farmers' Movement. Rural Education. Peasantry. COMECES.



## **BIOGRAFIA**

### **Minha inserção na luta por uma Educação do Campo em Barra de São Francisco**

Para começar a falar desta pesquisa devo, primeiro, dizer que o sujeito se constrói a partir do meio no qual está inserido, assim como o meio se constrói a partir dos sujeitos que ali estão. Neste sentido, me apresento como filha de camponês e camponesa; nasci e cresci numa comunidade de pequenos agricultores, no município de Barra do São Francisco-ES, e vivenciei as transformações que foram ocorrendo dentro da comunidade, e nos sujeitos da mesma, devido aos avanços do modelo capitalista de produção nas comunidades do município.

Iniciei minha vida escolar numa Escola do Campo, multisseriada, denominada Escola Unidocente do Córrego Fervedouro, município de Barra de São Francisco, estado do Espírito Santo, na qual fui muito bem alfabetizada por duas educadoras que faziam parte da comunidade e conheciam bem aquele espaço no qual os estudantes estavam inseridos, logo, conheciam e levavam em consideração a realidade dos estudantes, por estarem também inseridas neste espaço. Esta escola funciona até hoje, sofrendo algumas ameaças de fechamento por parte do Estado, mas a resistência das famílias, e o conhecimento das mesmas de que os seus filhos têm o direito de receber uma educação de qualidade no espaço onde estão inseridos, não deixou que a mesma fechasse e funciona até os dias atuais – realidade que, infelizmente, não é de todas as comunidades do município, pois houve e ainda há um grande número de fechamento de Escolas do Campo no Espírito Santo e no Brasil.

Cursei as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas da cidade de Barra do São Francisco-ES, onde encontrei dificuldades, pois era totalmente descontextualizada da minha realidade, além da dificuldade de deslocamento, pois necessitava-se andar uma distância de 2 km até chegar ao ponto de ônibus, e depois andar mais 20 km de ônibus até chegar a escola; ainda tive que enfrentar a superlotação do transporte, além de haver um número muito grande de estudantes, por turma, o que dificultava bastante o aprendizado.

Houve, também, problema de faltas e deficiência no aprendizado, pois, nos períodos chuvosos, o transporte não passava, devido à condição precária das estradas. Durante estes períodos chuvosos, para amenizar as faltas e não perder as explicações dos conteúdos, ficava um tempo na cidade, na casa de alguns conhecidos da família, mas o distanciamento da minha família e não estar em minha casa, atrapalhava o desenvolvimento da aprendizagem. Houve, ainda, um período em que, por falta de companhia, para andar os dois km até o ponto de ônibus, comecei a estudar no turno noturno, com meus irmãos, que estudavam no mesmo, pois tinham que trabalhar durante o dia.

Antes de concluir o Ensino Médio, minha família iniciou participação no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e foi contemplada com uma moradia do Programa Nacional de Habitação Rural. A partir deste momento, comecei o processo de formação, e a militância no Movimento, onde por algum período fiz parte da Coordenação do Grupo de Base, Coordenação Municipal e Coordenação Estadual.

Graças ao MPA, a nossa vinculação nas lutas sociais e ao esforço de meus pais, hoje em nossa propriedade temos uma casa conquistada pelos projetos sociais dos governos (Lula e Dilma), facilitado o acesso por articulação do MPA; plantamos uma lavoura de café, com financiamentos do PRONAF, através de incentivo e facilitação também do Movimento, e passamos a entregar alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e hoje meus pais têm orgulho de serem camponeses (uma identidade forjada na luta), de buscarem os ideais de sustentabilidade, de diversificação, de proteção do território camponês.

Devido ao contato que estabeleci com o MPA do estado e do município, passei a participar de vários eventos como Encontro estaduais e nacionais, que acontecem anualmente no estado do Espírito Santo; participei também de feiras, atos políticos, marchas e eventos de formação política do MPA. Foi a partir destes momentos que tive o contato direto com essa realidade social do campesinato brasileiro.

Em 2009, me inseri na Pastoral da Juventude Rural (PJR), onde comecei minha militância junto à juventude camponesa, que lutava por direitos, como educação de qualidade em todos os níveis, saúde, esporte e lazer, trabalho e renda, cultura, sem ter que sair do espaço do campo, para acessar esses direitos. Em 2010, me inseri no curso de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias, na Universidade

Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel, por indicação da PJR e com apoio do MPA. Trabalhei enquanto Coordenação Estadual, e Nacional e, por um curto período, atuei enquanto Secretária Nacional da PJR. Uma experiência muito rica e satisfatória na minha caminhada de militância.

Me formei em Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias em 2014 e, neste mesmo ano, me inseri como monitora/professora na Escola Municipal Família Agrícola Jacyra de Paula Miniguite (EFA-JPM), uma escola do campo no município de Barra do São Francisco-ES, que adota como prática pedagógica a Pedagogia da Alternância, que tem, como princípio, a formação integral do sujeito, escola na qual atuo até os dias atuais.

As experiências as quais vivenciei dentro dos Movimentos Sociais e nas Escolas que trabalhei e trabalho atualmente, me fez crescer e amadurecer, enquanto sujeito social e enquanto profissional, e por serem sujeitos do campo, me fez querer entender o sujeito camponês e o espaço do campo, e os pequenos agricultores, e as contribuições da Educação do Campo, para o desenvolvimento do Campo e dos sujeitos que ali estão inseridos.

Em 2018, sou aprovada no Mestrado em Educação Agrícola na UFRRJ, tendo a clareza que essa não era uma vitória individual, e sim resultado de acúmulos adquiridos ao longo da história, na troca de conhecimentos com os espaços onde estive/estou inserida. Assumi essa nova empreitada, tendo a clareza do trabalho árduo que enfrentaria durante essa caminhada, mas certa que o retorno à Educação do Campo e ao Movimento dos Pequenos Agricultores seria gratificante, pois esta pesquisa assumiu um caráter político para propor contribuições do MPA para o avanço da Educação do Campo.

A partir das vivências, e por considerar que o sujeito interfere no meio, e o meio interfere na formação do sujeito, em uma relação dialética de transformação, enfatizo a importância dessa pesquisa, por ser uma questão que me inquieta e que merece um estudo mais aprofundado. Por ser egressa de um curso de Educação do Campo, e ter o MPA enquanto minha base de formação política, tendo participação importante na minha formação acadêmica, esta pesquisa se coloca então, enquanto um reconhecimento da importância política e social dos Movimentos Sociais Populares do Campo para a classe trabalhadora como um todo.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Os sujeitos da pesquisa .....	8
<b>Quadro 02.</b> Número e áreas dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Barra de São Francisco/ES, 2017.....	29
<b>Quadro 03.</b> Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Barra de São Francisco/ES: valor adicionado bruto a preços correntes, 2016.....	30
<b>Quadro 04.</b> Principais atividades de Produção Agroecológica e Orgânica, Barra de São Francisco/ES, 2020.....	31
<b>Quadro 05.</b> Relação de quantidade de moradias por comunidade camponesa construídas pelo MPA de 2007 até 2015 em Barra de São Francisco.....	38
<b>Quadro 06.</b> Número de estabelecimentos de ensino – Educação Básica .....	44
<b>Quadro 07.</b> Nucleação de Escolas do Campo de Barra de São Francisco – ES (1998).....	62
<b>Quadro 08.</b> Escolas do Campo do município de Barra de São Francisco: Rede Estadual.....	67
<b>Quadro 09.</b> Escolas do Campo do município de Barra de São Francisco: Rede Municipal de Educação.....	68

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização do Município de Barra de São Francisco no Mapa do Espírito Santo .....	24
<b>Figura 2</b> – Mapa do Município de Barra de São Francisco, ES .....	24
<b>Figura 4</b> – Área de estabelecimentos Agropecuários do Município de Barra de São Francisco .....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEFA	Associação de Pais da EFA Jacyra de Paula Miniguite
APERBA	Associação Promocional da Educação Rural de Barra de São Francisco
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COMECES	Comitê de Educação do Espírito Santo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
EC	Educação do Campo
EF	Ensino Fundamental
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPG	Escola Municipal de Primeiro Grau
ENERA	Encontro Nacional de Educação e Reforma Agrária
EP	Escola Pluridocente
ES	Espírito Santo
FETAES	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FUNAI	Fundo Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MSPC	Movimentos Sociais Populares do Campo
MST	Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
PA	Pedagogia da Alternância
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEDEAG	Plano de Desenvolvimento Estratégico da Agricultura
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPP	Projeto Político Pedagógico
RACEFFAES	Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância
SEAG	Secretaria de Estadual de Agricultura
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDU	Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SRE	Superintendência Regional de Educação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo Nacional das Nações Unidas para a infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>1</b>
1.1 Objetivos da Pesquisa.....	4
1.1.1 Objetivo Geral .....	4
1.1.2 Objetivos específicos.....	5
1.2 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.....	5
<b>2 A REALIDADE DO CAMPO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO.....</b>	<b>10</b>
2.1 Projetos em Disputa no Campo Brasileiro .....	10
2.1.1 Formação histórica do campo brasileiro.....	10
2.1.2 O campo do Espírito Santo.....	14
2.1.3 Agricultura Camponesa <i>versus</i> Agronegócio .....	17
2.2 A História de Barra de São Francisco .....	23
2.2.1 O processo de colonização do município de Barra de São Francisco .....	25
2.2.2 A formação administrativa do município de Barra de São Francisco .....	26
2.2.3 O conflito de terras entre Minas Gerais e Espírito Santo – Guerra do Contestado . .....	27
2.3 O Campesinato em Barra de São Francisco .....	27
2.4 A Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.....	32
2.4.1 O MPA em Barra de São Francisco .....	37
2.4.2 O MPA e a Educação do Campo.....	41
<b>3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES.....</b>	<b>46</b>
3.1 Contextualização da Educação do Campo.....	46
3.1.1 Educação Básica do Campo .....	46
3.1.2 Emergências da Educação do Campo no estado do Espírito Santo.....	53
3.1.2.1 A Educação do Campo no estado do Espírito Santo .....	53
3.1.2.2 O Comitê Estadual de Educação do Campo – COMECES.....	56
3.1.2.3 A Pedagogia da Alternância: Aspectos Conceituais.....	58
3.2 A Educação do Campo em Barra de São Francisco .....	61
3.2.1 A EFA Jacyra de Paula Miniguite: resistência da comunidade frente à ameaça de fechamento de escola do campo .....	69
3.2.2 Proposta de Intervenção: Articulação do Comitê Municipal de Educação do Campo de Barra de São Francisco.....	75
3.2.2.1 Articulação do Comitê Municipal de Educação: Demanda por uma organização em defesa da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco.....	75
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>
<b>6 ANEXOS .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo A – Roteiro de entrevista para Família de Estudantes de Escola do Campo que participa do MPA.....</b>	<b>93</b>
<b>Anexo B – Roteiro de entrevista para Família de Estudantes de Escola do Campo que participam de Associações.....</b>	<b>94</b>
<b>Anexo C – Roteiro de entrevista para Dirigentes Municipais do MPA de Barra de São Francisco.....</b>	<b>95</b>
<b>Anexo D – Roteiro de entrevista para Dirigentes Estaduais do MPA do Espírito Santo.....</b>	<b>96</b>
<b>Anexo E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>97</b>



## INTRODUÇÃO

### 1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a contribuição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo (EC) no município de Barra de São Francisco, estado do Espírito Santo e está sendo desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação Agrícola, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O movimento pela Educação do Campo tem seu berço na educação forjada na luta pela terra e por políticas públicas para os povos do campo, travada por Movimentos e Organizações Sociais do Campo em decorrência da falta de escolas, por não se conhecer o campo e suas especificidades e a baixa qualidade do ensino no meio rural.

Neste sentido, articula-se lutas coletivas dos movimentos dos trabalhadores do campo por uma educação própria e apropriada; portanto, trata-se de uma luta desses sujeitos que não se limita unicamente a educação escolar, mas uma luta que enfatiza a construção de um projeto público de educação em que a formação ao longo de toda vida seja um direito do cidadão e dever do Estado.

No debate pela construção de um projeto de educação do campo, nota-se a impossibilidade de haver uma fronteira entre educação do campo e a produção dos povos que vivem da terra. A identidade deste movimento vem sendo traçada pela luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, um direito social de cidadania ou de participação ativa na sociedade. Como afirma Caldart (2002), “o direito não pode ser tratado como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria”.

No campo brasileiro há hoje uma grande disputa entre dois projetos de agricultura. De um lado temos a agricultura camponesa, no seu início baseava-se no trabalho em pequenas áreas de terra, a produção era para autoconsumo e diversificada; a utilização da mão-de-obra era familiar, a produção do excedente é para o mercado interno e local e os camponeses tinham total controle da tecnologia necessária para a produção naquele momento histórico (sementes, raças, ferramentas, etc.). Neste projeto, percebe-se o campo como espaço de vida e trabalho (OLIVEIRA, 2010). De outro lado temos um modelo agrícola/agrário, baseado em dois pilares básicos: “[...] (1) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência das técnicas ocidentais (que se querem universais); e (2) na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 224).

Este modelo agrícola, denominado agronegócio, de acordo com Fernandes (2009), é responsável pelo aumento da conflitualidade por terras, pois o mesmo, ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, intensificando a desigualdade e injustiças sociais. Diferente do latifúndio, o agronegócio vai para além da concentração fundiária, além das terras e das fronteiras agrícolas, controla também as tecnologias de ponta, implementadas nas grandes empresas instaladas no campo (GAMACHO, 2012).

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca. Por isso, defendemos a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo por entender que estes possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a

transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital (GAMACHO, 2012, p. 03).

A agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo, é um modo de vida, uma cultura própria de relação com a natureza, uma forma diferenciada de vida comunitária, pois a família camponesa sobrevive sem necessidade de grandes extensões de terras (CARVALHO, 2015). Para maior viabilização desse processo de produção entre outros processos políticos, econômicos e sociais, as famílias camponesas do município, ou seja, os agricultores, contam com organizações políticas e sociais, que dão suporte para as famílias. Essas organizações trabalham para a viabilização de melhores condições de vida, trabalho e produção, além da busca por garantia de políticas públicas. Fazem um trabalho de formação da consciência dos camponeses e camponesas desta comunidade, para que tomem consciência da exploração e de quanto e como o capitalismo se prolifera no campo.

A agricultura camponesa foi, frequentemente, vista dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas europeias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. Frente a isso, segundo Carvalho (2004), para a construção da autonomia relativa dos camponeses perante o capital tem como uma exigência política que o próprio campesinato seja capaz, via as suas mediações de representação de interesses (organizações e movimentos sociais e sindicais), de se constituir como classe social. Para tanto, é importante, senão indispensável, que compreenda a sua relação contraditória de classe com as diversas frações de classe do capital, seja a burguesia bancária, a industrial, a comercial e ou a agrária (SILVA, 2011).

Historicamente, no Brasil, a educação escolar oferecida para as populações que vivem no campo, de acordo com Salomão (2018, p. 07)

[...] tem sido de uma violência cultural, pois desrespeita as necessidades, saberes e interesses dos (as) camponeses (as). Ou seja, tem sido uma educação “para” os (as) camponeses (as). Nessa prática, os (as) trabalhadores (as) do campo estão sendo excluídos das decisões sobre a educação melhor para si e para a sua comunidade.

Sabe-se que a educação sempre foi negada à classe trabalhadora, sobretudo à do campo, e que em determinado momento da história essa classe se une para lutar por seus direitos inclusive ao da educação (SAVIANI, 2007). Neste intuito, a Educação do Campo emerge na luta dos Movimentos Sociais do Campo, que sentem a necessidade da oferta da educação para o povo camponês, ao qual esta sempre foi negada. A Educação pautada pelos trabalhadores (as) do campo, não é apenas uma formação para o mercado de trabalho e para o consumo; ela se constitui como um processo que acontece através do trabalho, considerando-os (trabalho e educação) indissociáveis e estabelecendo uma nova relação entre ambos. É uma proposta diferenciada, que se coloca em uma posição de transformar a educação e a sociedade, propondo uma nova forma de organização das mesmas, que só será efetivada junto à revolução da classe trabalhadora (CALDART, 2005).

A Educação tecida por estes movimentos tem, como projeção, uma escola que proporcione a apropriação dos conhecimentos sistematizados, própria e apropriada do campo, se materializando em uma prática educativa que considere a realidade dos sujeitos envolvidos neste processo, e que constantemente discuta, questione, valorize, problematize esta mesma realidade. A EC está então, situada no campo de disputa, e vem se construindo junto ao processo de construção e fortalecimento das lutas pautadas pelos Movimento Sociais Populares do Campo (MSPC).

Pretende-se uma educação que vise à transformação da sociedade, sem cair na abstração de fazê-la por si só, mas entende-se que deva ser uma educação do povo, para o

povo e com o povo, construído sobre o campo e o povo camponês, desconstruindo o conceito de educação como algo específico do espaço escolar, e articulando-a a vida dos sujeitos envolvidos nesse processo. Para Caldart (2012, p. 261)

A Educação do Campo constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.

Assim, esta produção científica, justifica-se pela necessidade de uma luta articulada dos povos do campo por uma Educação do Campo que defenda as estratégias de formação escolar e não-escolar desenvolvidas junto a população camponesa do município de Barra de São Francisco. Partindo do pressuposto que a Educação do Campo é uma proposta educacional vivida e sistematizada pelos movimentos sociais camponeses do Brasil, com o objetivo de construir uma escola voltada para os interesses e lutas dos trabalhadores do campo (SALOMÃO, 2018).

De acordo com Arroyo (2010) o campo está vivo, é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão. Neste sentido, no bojo da EC articulada aos MSPC, dentre eles o MPA, a luta dos camponeses persegue o direito de viver dignamente no campo, o concebendo como espaço de vida e trabalho, fortalecendo o modelo camponês de produção com base na agroecologia, superação de todas as formas de exploração, discriminação e exclusão, contrapondo assim, os interesses da burguesia agrária, que defende cada vez mais, a expulsão do camponês do seu espaço de vida e produção. Esta pesquisa apresenta como objetivo geral: identificar e analisar a atuação do MPA na Educação do Campo do município de Barra de São Francisco/ES, identificando as demandas que apontem para fortalecimento da EC neste município, e intervindo no sentido de atender destas demandas.

Para alcançar tal objetivo, nos atemos em construir um caminho metodológico que busque clarear as problematizações relacionadas a como se dá a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores junto à EC no município de Barra de São Francisco, e as demandas para o fortalecimento da mesma. Neste sentido, a pesquisa se ancora metodologicamente na abordagem qualitativa, por estar focada no caráter subjetivo do objeto em questão, suas representações sociais que traduzem o mundo dos significados (MINAYO, 2001).

Utilizou-se a pesquisa-ação, com base em Thiollent (1990), pois esta é um dos melhores caminhos para nos conduzir na leitura da realidade e no desenvolvimento desta pesquisa. Tomando como referência estas considerações, o grande arcabouço com o qual essa pesquisa vai caminhar será a pesquisa-ação e seus princípios.

Foram realizadas conversas com dirigentes do MPA e com pais de estudantes que tem seus filhos estudando em escolas do campo. Nestas conversas, os dirigentes colocam a principal pauta de luta do movimento e a relação do mesmo com a Educação do Campo, e as famílias dos estudantes colocam a importância da EC para o processo formativo de seus filhos.

Realizou-se também a Pesquisa documental, que, conforme Marconi e Lakatos (2010), consiste na coleta de dados a partir de documentos já elaborados, entre eles documentos oficiais. Nesta parte, foram utilizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Foram consultados e analisados os seguintes documentos: Plano Camponês do MPA; Pauta de Lutas do MPA relacionadas à Educação do Campo; Diretrizes Curriculares e Operacionais da Educação do Campo (Ministério da Educação - MEC); Relatório do Fórum Municipal de EC; Relatório das reuniões do Comitê de Educação do Campo; Legislação Municipal para a Educação do Campo; Regimento Interno das Escolas do Campo de Barra de São Francisco; Plano Municipal de Educação de

Barra de São Francisco (2015 a 2025); Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas Família Agrícola (EFAs) de Barra de São Francisco. Realizou-se também a pesquisa de campo que consiste em coletar os dados da realidade a fim de analisá-los (ANDER-EGG, 1978). A pesquisa científica é constituída de partes que irão compor o todo, estando estas em constante relação, não podendo estar desconectada uma da outra; sendo assim, o nosso trabalho se estrutura em dois capítulos.

Primeiramente traremos na Introdução a apresentação de nosso trabalho, apontando a relação com o tema, apresentando o município da pesquisa e o histórico do mesmo, compreendendo a importância de conhecer a história para compreender o presente. Na pesquisa em questão, a história faz relação com o objeto de pesquisa nas categorias Educação do Campo, MSPC e Campesinato. Apresentamos o problema da pesquisa, justificativa, os objetivos, metodologia. Apresenta-se também as principais categorias que serão trabalhadas neste trabalho, sendo elas Campesinato e Educação do Campo.

No Capítulo I, apresentaremos o município de Barra de São Francisco, onde contextualizaremos a realidade do município, o campesinato no município e o Movimento dos Pequenos Agricultores, suas bases teóricas e metodológicas estruturadas na categoria Movimentos Sociais. Neste mesmo capítulo serão apresentadas as mudanças no campo do município após a inserção do Movimento. Neste capítulo abordaremos a discussão entorno da disputa entre dois projetos para o campo brasileiro que permeia a briga por território, onde de um lado está o agronegócio, que de acordo com Roos (2012, p. 04), expulsa o campesinato do campo, territorializa grandes proprietários fundiários e empresas rurais com dominação da produção de monoculturas destinadas à exportação, em oposição à demanda por alimentos, do outro lado da disputa, está a agricultura camponesa.

No Capítulo II, trabalharemos com a categoria Educação do Campo, onde apresentaremos a Educação do Campo e suas bases teóricas e metodológicas, como esta se insere no município de Barra de São Francisco. Apresentaremos também a proposta de intervenção junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores, onde apontaremos as perspectivas para a Educação do Campo em Barra de São Francisco.

A intervenção junto à Educação do Campo e a demanda de uma organização que contribua para os debates e discussões acerca da Educação do Campo, sobretudo que garanta a luta em defesa da mesma no município. Assim, temos como proposta final, uma intervenção junto aos sujeitos da pesquisa na organização do Comitê de Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, partindo do pressuposto que há a necessidade de uma representação dos sujeitos do campo, no que diz respeito à garantia do direito à uma educação de qualidade, no espaço do campo o qual estiver inserido, contextualizada com a sua realidade, crítica e na perspectiva de transformação.

Por fim, traremos as Considerações Finais. Retomaremos o processo percorrido, bem como as questões que nos motivaram e que nos acompanharam no presente estudo. Apresentaremos os dados evidenciados na pesquisa com base nos sujeitos pesquisados e na análise documental, entre outros instrumentos de coleta, propiciando-nos uma análise do caminho proposto e o lugar a que chegamos durante a pesquisa.

## **1.1 Objetivos da Pesquisa**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Esta pesquisa que se intitula “As contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o fortalecimento da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco – ES”, traz por objetivo identificar e analisar a atuação do Movimento dos

Pequenos Agricultores na Educação do Campo do município de Barra de São Francisco/ES, identificando as demandas que apontem para fortalecimento da Educação do Campo neste município, e intervindo no sentido de atender destas demandas.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- contextualizar a Educação do Campo e as Escolas do Campo no município de Barra de São Francisco;
- descrever as práticas do Movimento dos Pequenos Agricultores em defesa da Educação do Campo;
- analisar os avanços da Educação do Campo nas comunidades;
- estabelecer um diálogo entre famílias, dirigentes educacionais, militantes do MPA;
- identificar as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo em Barra de São Francisco;
- e intervir, a partir da identificação destas demandas, no sentido de construir estratégias para atendê-las.

A proposta de intervenção e de ação que será desenvolvida durante o processo da pesquisa, de acordo com o método pesquisa-ação, é contribuir na estruturação do Comitê de Educação do Campo no município. Este trabalho junto às Escolas do Campo, que tem o movimento estruturado junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores, irá contribuir na estruturação do Comitê de Educação do Campo, para que as famílias camponesas e os Movimentos Sociais tenham mais autonomia para discutir e agir a respeito de uma educação de qualidade em todos os níveis, própria e apropriada, visando garantir o reconhecimento das especificidades do povo camponês.

## **1.2 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa**

A ciência surge no contexto da sociedade enquanto uma necessidade de saber o porquê dos acontecimentos (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 84). Neste sentido, o conhecimento, concebido como algo incomensurável, torna-se um pressuposto norteador da nossa experiência cotidiana (DUARTE, s.d.). Tal afirmativa parece se ajustar de forma contundente quando fazemos referência à pesquisa de um modo geral enquanto fonte produtora deste conhecimento. Especificamente, temos a pesquisa científica, definida como uma atividade desenvolvida por investigadores, visando a novas descobertas e contribuindo, assim, para a qualidade da vida intelectual (DUARTE, s.d.).

Cervo e Bervian (2002, p. 16) afirmam que

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

A ciência tem como objetivo fundamental chegar a veracidade dos fatos. De acordo com Gil (2008, p. 08) “não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica principal a sua veracidade. Neste sentido, para que o conhecimento seja considerado científico, é necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação (GIL, 2008).

A pesquisa científica é uma das atividades primordiais para a construção do conhecimento e compreensão da realidade. É a fase da investigação e da coleta de dados sobre

o tema a ser estudado (SILVA e MENEZES, 2001). A finalidade desta, de acordo com Barros e Lehfeld (2000, p. 14), é “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos”, e a partir de interrogações formuladas em relação à pontos e fatos, que permanecem ocultados e precisam de explicações plausíveis, e respostas que irão torná-los claros e compreensíveis (PRODANOV, 2013).

Os aspectos metodológicos de pesquisa ocupam um papel de suma importância, pois é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Portanto, ocupa um lugar fundamental no cerne das teorias e está sempre referida a elas. A história da humanidade mostra que o ser humano sempre se mostrou interessado em conhecer sua realidade; neste sentido, a metodologia se configura como o caminho que nos possibilita a construção e a reconstrução da realidade, isso ocorre através da relação dialética estabelecida entre os agentes envolvidos na pesquisa (MINAYO, 2007).

A pesquisa ora apresentada partiu de uma perspectiva de natureza holística, no sentido de que é, por sua vez, histórica e totalizadora, tentando captar a complexa diversidade de manifestações no debate e de seu permanente processo de transformação. Além da pesquisa teórica e documental, foi realizada a pesquisa de campo, com entrevistas com camponeses e camponesas do município. Foram consultados e entrevistados também militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores do estado do Espírito Santo, para melhor compreensão da discussão acerca do desenvolvimento socioeconômico das comunidades Camponesas.

Essa pesquisa se ancora metodologicamente na abordagem qualitativa, por estar focada no caráter subjetivo do objeto em questão e em suas representações sociais, que traduzem o mundo dos significados. Esse método de pesquisa se aplica quando o elemento em estudo é complexo, de caráter social e não tende à quantificação. Geralmente são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Como afirma Minayo (2001, p.22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os métodos qualitativos não anulam os métodos quantitativos, mesmo havendo diferenças em suas formas, associando à diferentes visões da realidade, assim como afirma Pope e Mays (apud NEVES, 1996, p.02) “Pode-se distinguir os enfoques qualitativos dos quantitativos, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição”.

Neste contexto, a pesquisa-ação é um dos melhores caminhos para nos conduzir na leitura da realidade e no desenvolvimento desta pesquisa. Tomando como referência estas considerações, o grande arcabouço com o qual essa pesquisa vai caminhar será a pesquisa-ação e seus princípios. A pesquisa-ação proporciona uma relação dialética entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa afim de criar um ambiente favorável à construção coletiva do conhecimento a partir da reflexão sobre as realidades vividas pela classe trabalhadora.

Por isso, escolhemos trabalhar dentro da vertente da pesquisa-ação, pois consiste num referencial metodológico que prima pela relação dialética entre o conhecimento e ação, entre pesquisadores e pessoas envolvidas na situação investigada e destes com a realidade. Thiollent (1985, p.14) diz que a pesquisa-ação “[...] é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”. Segundo Ander Egg (1990), uma das

características da investigação/ação/participativa é a transformação da realidade que afeta as pessoas envolvidas.

A pesquisa-ação como método agrega várias técnicas de pesquisa social. No método da pesquisa-ação utiliza-se de várias técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo afim de trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva. É um método que não acaba em si só, contribui para transformação da realidade a qual os sujeitos estão inseridos (BALDISSERA, 2001).

O lócus da pesquisa foi as escolas do campo do município de Barra de São Francisco. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma realidade e de uma necessidade de pensar estratégias de ação para o desenvolvimento da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, e como os Movimentos Sociais Populares do Campo contribuíram, contribuem e podem melhorar sua contribuição às demandas para garantia de avanços e anulação de retrocessos.

Realizamos a caracterização do campo do município de Barra de São Francisco, o processo de colonização deste município, e as frentes de atuação do MPA, inclusive na Educação do Campo. Foi feita ainda a caracterização da Educação do Campo em BSF, os processos de lutas as quais as famílias travam para manter as escolas do campo abertas, bem como as ofensivas do Estado com a política de fechamento destas escolas.

De acordo com a metodologia proposta, foram desenvolvidas ações para caracterizar esta pesquisa enquanto uma construção coletiva. Uma delas é a reunião que foi realizada com a Coordenação Municipal do Movimento dos Pequenos Agricultores, para socializar a proposta da pesquisa, onde traçamos metas para esta pesquisa, para retornar ao Movimento o reconhecimento que este merece.

A partir desta reunião, foram feitas colocações que deram rumo à pesquisa. Dentre os apontamentos foram destacados: a importância da realização de pesquisas no âmbito da Educação do Campo; e a necessidade de registrar as ações dos Movimentos Sociais Populares do Campo, neste caso, o MPA nos contextos locais, tendo em vista que estes têm sofrido recriminação e perdendo visibilidade, principalmente por interferência da mídia, que está a serviço do capital. Nesta mesma reunião constatou-se a necessidade de estabelecer um diálogo horizontal entre os MSPC e a academia, e a importância de ampliar o acesso dos camponeses à Educação de qualidade em todos os níveis.

A proposta de intervenção e de ação que foi desenvolvida durante o processo da pesquisa, de acordo com o método pesquisa-ação, foi contribuir na estruturação do Comitê de Educação do Campo no município, para que as famílias camponesas e os Movimentos Sociais tenham mais autonomia na hora de discutir educação de qualidade em todos os níveis, própria e apropriada, que garanta as especificidades do povo camponês.

Para isso, foi necessário:

- contextualizar a Educação do Campo e as Escolas do Campo no município de Barra de São Francisco;
- descrever as práticas do Movimento dos Pequenos Agricultores em defesa da Educação do Campo;
- analisar os avanços da Educação do Campo nas comunidades das Escolas do Campo do município;
- estabelecer um diálogo entre famílias, dirigentes educacionais, militantes do MPA;
- identificar as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo em Barra de São Francisco;

- e intervir, a partir da identificação destas demandas, no sentido de construir estratégias para atendê-las.

Sendo assim, logo que foi definido o tema, foi realizada uma reunião, no dia 11 de fevereiro de 2019, no Clube Ecolaser, município de Barra de São Francisco - ES, com os dirigentes municipais da Movimento dos Pequenos Agricultores, onde foi colocado a intencionalidade e os objetivos da pesquisa, e a resposta do Movimento foi favorável. Definimos as seguintes bases da pesquisa: a importância de pesquisas no âmbito da Educação do Campo; necessidade de registrar a atuação do MPA nos contextos locais; necessidade de estabelecer um diálogo horizontal entre Movimentos Sociais Populares do Campo e a academia; e a importância de ampliar o acesso dos camponeses à educação de qualidade em todos os níveis.

Os sujeitos da pesquisa são: dois dirigentes municipais do MPA de Barra de São Francisco; uma dirigente estadual que compõe o Setor de Educação do Movimento a nível estadual; um dirigente estadual do MPA do Espírito que presta assessoria jurídica para o movimento; e 04 famílias (pais) de estudantes de escolas do campo do município de Barra de São Francisco, conforme quadro abaixo:

**Quadro 01:** Os sujeitos da pesquisa

Sujeito	Sexo	Atuação
DIRIGENTE MUNICIPAL 01	MASCULINO	Articulação Política do movimento no município
DIRIGENTE MUNICIPAL 02	FEMININO	Articulação Política do movimento no município
DIRIGENTE ESTADUAL 01	FEMININO	Articulação Política e Setor de Educação
DIRIGENTE ESTADUAL 02	MASCULINO	Assessoria jurídica do MPA
FAMÍLIA DE ESTUDANTE DO CAMPO 01	FEMININO	Participação do Grupo de Base do Movimento dos Pequenos Agricultores
FAMÍLIA DE ESTUDANTE DO CAMPO 02	MASCULINO	Participação do Grupo de Base Movimento dos Pequenos Agricultores
FAMÍLIA DE ESTUDANTE DO CAMPO 03	FEMININO	Participação da Associação de Pais da EFA Jacyra de Paula Miniguite – APEFA
FAMÍLIA DE ESTUDANTE DO CAMPO 04	MASCULINO	Participação em Associação da Comunidade

Cada sujeito da pesquisa estabelece alguma relação com a Educação do Campo e estão articulados em alguma organização no município, seja MPA, associação de comunidade camponesa, ou em associação de escola do campo e pedagogia da alternância. A escolha destes se deu pela compreensão que os mesmos trazem da Educação do Campo, a qual contribuiu muito para a construção das reflexões acerca da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco.



As entrevistas foram organizadas por categorias e por grupos, de modo que um roteiro foi direcionado para dirigentes estaduais do MPA (Anexo D) e outro para dirigentes municipais (Anexo C). Esses dois grupos foram entrevistados a partir da categoria Movimentos Sociais e Educação do Campo. O outro grupo de entrevistas se dividiu em Famílias de Estudantes de Escolas do Campo que participam do MPA (roteiro do Anexo A) e Famílias de Estudantes de Escolas do Campo que participam de associações (roteiro do Anexo B). Para as famílias participantes do MPA, as entrevistas se organizaram na categoria Educação do Campo e Movimentos Sociais, e com as famílias participantes de associações trabalhamos a entrevista nas categorias Educação do Campo e as EFAs. Para todas as pessoas entrevistadas, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO E), que foi por elas assinado.

O fato de colocarmos as EFAs como categoria para coleta de dados se deu pelo fato de que no município de Barra de São Francisco existem duas EFAs, sendo que uma oferta as séries finais do Ensino Fundamental e a outra oferta as séries finais do Ensino Fundamental o Ensino Médio Integrado e o Curso Técnico em Agropecuária. Esta última vem sofrendo nos últimos anos uma forte ameaça de fechamento. As comunidades escolares das duas EFAs estão organizadas em Associação, sendo elas Associação de Pais da EFA Jacyra de Paula Miniguite (APEFA) e Associação Promocional da Educação de Barra de São Francisco (APERBA). Essas duas escolas reúnem cerca de 375 famílias, que são totalmente contrárias ao fechamento, conforme levantamento feito através de um abaixo assinado organizado pela APEFA, onde a maioria das famílias das duas associações assinaram contra o fechamento desta escola. Outra fonte de dados em relação a contrariedade das famílias ao fechamento de escolas do campo, é o fato de que a partir do momento que houve a ameaça do fechamento do Ensino Médio da EFA Jacyra de Paula Miniguite, houve uma mobilização das famílias das duas EFAs, onde as mesmas se organizaram por meio de grupo de *WhatsApp*, reuniões online via plataformas digitais, onde 80% do público das duas EFAs tinha grande participação nestas articulações.

A intenção da pesquisa é a contribuição para uma ação coletiva, de organização e consolidação de um Comitê de Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, por meio de uma articulação entre os Movimentos Sociais, entidades civis e os poderes públicos para o fortalecimento da Educação do Campo, bem como para defesa do campo enquanto espaço tempo de produção de saberes e de uma educação emancipatória. Para tanto, durante o período da pesquisa houve a participação e acompanhamento de reuniões do Comitê Estadual de Educação do Campo (COMECES), junto a Coordenação Administrativa da EFA Jacyra de Paula Miniguite, também com a Coordenação do MPA, para coleta de dados e orientações relacionadas a formação de um Comitê Municipal de Educação do Campo. Foi realizado um Fórum Municipal de Educação do Campo do município de Barra de São Francisco, onde formou-se um Grupo de Trabalho (GT) de “Fortalecimento da EC em Barra de São Francisco”. Sendo que este GT, do qual passei a fazer parte, ficou responsável em dar direcionamentos para a consolidação do Comitê Municipal e discutir temas relacionados a EC no município.

Esse GT vem discutindo e encaminhando as questões relacionadas às ameaças de fechamento da EFA Jacyra de Paula Miniguite, com realização de reuniões frequentes com a comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação, estando em processos de discussões, negociações e enfrentamentos para impedir o fechamento desta escola do campo.

De acordo com a metodologia proposta, foram desenvolvidas ações para caracterizar esta pesquisa enquanto uma construção coletiva uma delas é a reunião que foi realizada com a Coordenação Municipal do Movimento dos Pequenos Agricultores, para socializar a proposta e traçar metas para a pesquisa, para retornar ao Movimento o reconhecimento que este merece.

## **2 A REALIDADE DO CAMPO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO**

### **2.1 Projetos em Disputa no Campo Brasileiro**

Durante a construção da trajetória do campo brasileiro, o que é óbvio para se observar, é que o campo brasileiro sempre foi um campo de disputa, uma linha tênue de tensionamento de dois modelos de agricultura que se enfrentam a muito tempo.

Essa disputa se clareia com o processo da expansão da agricultura industrial capitalista, que acarretou profundos impactos no espaço geográfico brasileiro. E para compreender este processo, é necessário analisar o espaço e o tempo em que este se configurou, pois, os impactos e as consequências da implementação da modernização da agricultura atuais fazem parte de um processo e de um contexto histórico que se configura de acordo com as relações de produção presentes na sociedade.

Santos (*apud* ANDRADES; CAMINI, 2007, p. 45) afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não consideráveis isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. Sendo assim, a Revolução Verde, para além de técnicas para aumentar a produtividade, é um conjunto de intencionalidade de forças produtivas inseridas dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Portanto para entender o processo da Revolução Verde, precisamos nos remeter ao contexto do final da Segunda Guerra Mundial, onde neste momento histórico “é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas” (ANDRADES; CAMINI, 2007, p. 45).

#### **2.1.1 Formação histórica do campo brasileiro**

Pombo (1996) afirma que esta luta entre a classe trabalhadora decorrente do campo e a aristocracia agrária prolonga-se por muito tempo. A sociedade brasileira nunca, em momento algum, esteve ausente por nenhum momento do antagonismo que perdura entre os latifundiários e a classe camponesa, e essa não é uma luta exclusiva dos camponeses brasileiros.

Apenas no século XIX, como afirma GUIMARÃES (1963), começa a ser vista a batalha dos camponeses contra os latifúndios, abrindo uma pequena brecha entre o invulnerável e opressivo sistema agrário estabelecido desde o período de colonização brasileira:

Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu redor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsos com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 1963, p. 45).

Desde os primórdios do período da colonização brasileira, a forma agrária que se impregnou no país é a dominação dos meios de produção, a privatização das terras e o impedimento do acesso a esta pela classe menos favorecida, a qual exploravam, seja como escravos, libertos, europeus pobres que migraram para o Brasil ou os índios nativos desta terra, dentre estes citados acima, o início da formação da classe camponesa no Brasil.

Visto como um resíduo, o campesinato, no caso particular do Brasil, tendo como modelo as formas camponesas europeias medievais, aqui não reconhece sua presença histórica. A situação dos camponeses aqui no Brasil parecia ainda mais crítica, pois estes compreendiam os povos indígenas e africanos, e ainda os brancos pobres trazidos pela colonização europeia, ou seja, todos os que eram excluídos da formação agrária brasileira. No período da colonização, uma pequena elite monopolizava e açambarcava a posse das terras e organizava a estrutura agrária brasileira; como frisa FREIRE, compreendia “senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens” (FREIRE, 2002).

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida do índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveu defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. (FREIRE, 2002 pg. 79)

Para o autor, todo esse processo estava subordinado à política e ao realismo econômico e jurídico que aqui se constituiu desde o primeiro século e que foi elemento decisivo para a formação nacional, principalmente no espaço agrário com o início da agricultura no Brasil. Esta acontece com o processo de ocupação de Portugal às terras brasileiras no século XV.

Com os franceses avançando para a ocupação das terras americanas, o Rei de Portugal precisava garantir sua posse das terras brasileiras, e o seu direito fundado na soberania do Papa e no sistema de guarda-costas volantes não eram suficiente para garantir o afastamento dos franceses das terras. Portanto, não existia melhor forma e mais segura para defender e se apossar das terras do que ocupando efetivamente e colonizando. Porém, havia uma dificuldade, ninguém se interessava pelas terras brasileiras (OLIVEIRA, 2008).

O Reino não contava com população suficiente para uma colonização. Realizar uma colonização numa costa imensa como era o Brasil era uma tarefa difícil, dessa forma, a tática mais eficaz utilizada pelo Rei de Portugal seria oferecer para aqueles que se abalasses para colonizar as terras brasileiras, vantagens consideráveis como poderes soberanos com concessão do Rei. Mas, mesmo assim, eram poucos os pretendentes a tal esforço.

Caio Prado Junior, ao estudar a formação do campo brasileiro, se deteve em trazer esta formação desde o período da colonização brasileira, quando os Europeus resolvem invadir o Brasil.

Os (doze) que se apresentaram não eram figuras da alta nobreza ou do alto comércio, inclusive com mínima expressão social e econômica. A maioria destes fracassou nesta empreitada perdendo todas as suas posses, sem conseguir nenhum tipo de povoamento. Apenas dois tiveram sucesso, e um destes com a ajuda significativa do Rei. O plano de Portugal era dividir a costa brasileira em doze setores lineares com extensões que variam entre 30 e 100 léguas que viriam a se chamar de capitânias, estas serão doadas a titulares que receberão regalias e poderes soberanos como apontar as autoridades administrativas e nomear juizes em seus respectivos territórios, cobrar e receber taxas de impostos e distribuir terras, estes chamados de donatários. (PRADO JR, 1983, pg. 31).

A perspectiva maior de cultivo após avaliação do clima da região era plantação de cana-de-açúcar como principal atividade agrícola e econômica, pois o clima quente e úmido da costa brasileira lhe seria favorável. Quanto a mão-de-obra, contava-se a princípio com os nativos, ou seja, com os indígenas que naquele momento histórico eram numerosos e pacíficos no litoral.

Com menos de 30 anos de colonização brasileira e do estabelecimento da agricultura no Brasil, a escravidão de índios se generalizava por todo o território brasileiro, porém, isso não acontecera sem lutas prolongadas. Os índios que até então trabalhavam para os portugueses e que até aquele momento eram pacíficos, já não se submetiam mais a obediência aos europeus em troca de insignificantes objetos, portanto tornam-se mais exigentes, e a margem de lucro do império português no Brasil diminuía consideravelmente. Além disso, o índio por ter natureza e cultura nômade, acostumado com o trabalho livre e esporádico da extração de pau-brasil, não se dera com o trabalho disciplinado na lavoura. “Os nativos defenderam valentemente; eram guerreiros e não temiam a luta”. (PRADO JR, 1983, p.83.)

Em suma, durante os primeiros anos do “descobrimento”, os nativos foram tratados como parceiros comerciais, uma vez que os interesses portugueses se voltavam ao comércio do pau-brasil, realizado na base do escambo. Com o passar do tempo, e ante a necessidade crescente de mão-de-obra dos senhores de engenho, essa relação sofreu alterações. Com a instalação do Governo Geral, em 1549, intensificou-se a escravidão dos indígenas nas diversas atividades desenvolvidas na Colônia, gerando constantes conflitos.

A estrutura da agricultura e da formação agrária brasileira vinha se configurando de forma que não sobrasse espaço para camponeses, pois o que se aspirava ao momento não era a posição de pequenos agricultores, mas o que se aspirava no momento para esta formação era o posicionamento dos grandes e ambiciosos senhores que não se contentariam com a propriedade pequena e por isso conspiraram para a grande propriedade. Além disso, a cultura de cana-de-açúcar economicamente, só seria interessante para estes em grandes plantações.

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; a agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. É fatal, portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior, como é a regra nos trópicos e será o caso do Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico. (PRADO JR, 1983, p. 35).

Instala-se então no Brasil os sistemas de *plantations*, um sistema que explorava a grande propriedade, o sistema de monocultivo e a mão-de-obra escrava, quando os escravos, vindo do continente africano são introduzidos o Brasil.

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de

mão-de-obra suficiente, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não migra para os trópicos, em princípio para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliá a semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indenturedservants*, a substituição pelo negro não tardou muito. E, aliás, esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento, na civilização ocidental, da escravidão em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste séc. XVI em que se inicia aquela civilização. (PRADO JR, 1983. p. 35).

Quando se constitui a Lei de Terras, em 1850, o acesso à terra passa a ser apenas mediante a compra, ou seja, só teria acesso quem tivera poder aquisitivo para tal. “Além de estabelecer que a partir de então, ficava proibida a aquisição de terras públicas mediante qualquer outro meio senão a compra, revalidou as sesmarias concedidas até 1822 e retificou as posses, impondo a existência de cultura efetiva ou de princípio para que tal acontecesse” (REGO, 2003, p.114).

Das sesmarias de 1822 até a promulgação da Lei de Terras em 1850 não houve qualquer legislação que regulasse o acesso à terra, sendo este possível apenas por meio de posse. As demais terras eram consideradas devolutas e só poderiam ser adquiridas mediante compra. Contudo, as pressões do sistema mundial capitalista, entrando em sua primeira fase de industrialização, estimularam políticas e ações que acabaram por acirrar a precária situação de sobrevivência dos cultivadores pobres livres no período imperial (CAVALCANTE, 2005).

A promulgação da Lei de Terras autorizava o governo a vender terras devolutas, e ainda a trazer certo número de colonos para serem empregadas em estabelecimentos agrícolas ou para a construção de colônias dirigidas pela administração pública, colônias estas que se estabeleceram principalmente no sul do país. A vinda dos imigrantes era financiada pelos recursos oriundos da venda das terras devolutas (NETO e NETO, s.d. p. 07). O que significava que escravos libertos, índios e europeus que não possuíam nenhum tipo de poder aquisitivo não teria acesso à posse da terra, se organizando então uma estrutura agrária composta por latifundiários no campo brasileiro, o que garantiu mão-de-obra e enormes latifúndios para os fazendeiros. É óbvio que esta Lei foi instituída para o favorecimento dos setores dinâmicos da economia de exportação brasileira, como uma tentativa bastante eficiente das corporações dominantes da estrutura agrária brasileira de regular o acesso a terra e ao trabalho (SILVA, 2008).

Quando se fala da estrutura agrária que se instalou no Brasil, sobretudo quando se fala da história e do papel do campesinato neste processo, é imprescindível que se coloque em consideração os processos históricos nos quais estão inseridos e, além disso, considerar os subjulgamentos aos quais esses sujeitos estão submetidos, que diminuem a importância do campesinato na história da sociedade e, sobretudo na história do próprio campesinato.

De acordo com Motta e Menezes (2009), as Ligas Camponesas é uma expressão bastante forte da luta dos camponeses em todo o mundo, sendo uma organização dos próprios, lembradas pelo papel que desempenhavam, e pelas guerras a que deram origem durante quase cem anos. As mais célebres das Ligas Camponesa foram as da Alemanha nos séculos XV e XVI, momento em que o modo de produção era o feudalismo, e os camponeses, chamados servos, eram escravizados pelos príncipes e barões feudais por um lado e por outro, sujeitos ao dízimo da Igreja e ao foro pelo uso da terra cada ano mais pesados, às vezes causados pelo insucesso da produção, os camponeses acabam por se rebelar contra os senhores feudais, lançando mão de uma série de lutas (MOTTA e MENEZES, 2009).

Com a tradução da bíblia do latim para o alemão, acelerou o processo da revolta dos camponeses. A igreja dominava os fiéis e se usava de discursos bem como: Deus queria que

fosse servos, outra hora, diziam que a fortuna dos senhores era dada por Deus por que eles mereciam, e assim por diante. Como é colocado por JULIÃO (1962, p. 274):

Foi assim que o camponês alemão ficou sabendo que Cristo era um homem pobre, humilde, sem dinheiro; que andava de sandálias e a pé, como ele; que não tinha terras, não cobrava foro nem dízimo de ninguém; que dizia ser mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que o rico entrar no céu; que, ao contrário dos cardeais e bispos, não vivia nos palácios com os ricos e, sim, nos campos com os miseráveis; que Deus dissera a Adão e Eva que a terra era dele para ser distribuída indistintamente entre todos aqueles que quisessem ser seus inquilinos; que cada um deveria ganhar o pão com o suor de seu rosto; que o próprio Cristo, apesar de manso de coração, usou do chicote contra os mercadores do templo, que aproveitavam a religião para usufruir bens materiais e fazer negócios, que o demônio, certa vez, lhe ofereceu todas as riquezas deste mundo para que modificasse as suas ideias, mas Ele preferiu continuar com os humildes.

Para Julião (1962), foram esses conhecimentos que contribuíram para esclarecer e abrir os olhos dos camponeses da Europa Central, e fazer com que eles vissem e comparassem as palavras da bíblia com a realidade, foi assim que viram que enquanto os representantes de Deus e de Cristo viviam em palácios luxuosos, usufruindo dos pajens, cortesãos e escravos, os príncipes e barões feudais se achavam sócios de Deus nas terras da Igreja, e as alugavam para os cristãos afortunados.

Ainda de acordo com Julião (1962), a partir da revolução do campesinato, com a significativa contribuição da tradução da bíblia, os camponeses se negaram a pagar o aumento dos impostos altíssimos aos nobres e se negaram a pagar o dízimo obrigatório à Igreja. E como não podia esperar outra reação dos barões feudais e dos líderes da Igreja, os rebeldes, infratores, os que iam contra a lei da Igreja e dos senhores feudais eram severamente punidos, sentenciados, excomungados, chegando até serem queimados em praça pública ou às vezes até aldeias inteiras eram queimadas.

Neste sentido, podemos afirmar que o campo brasileiro se constrói no movimento de luta pelo acesso à terra e ao trabalho dos povos nativos, dos negros introduzidos da África e dos europeus pobres trazidos da Europa, cada um com sua cultura, seu modo de vida e de trabalho. Essa é uma caracterização dos camponeses brasileiros que dentro de sua diversidade constrói-se enquanto uma unidade de classe, a classe camponesa para produção e reprodução da própria existência.

Enfrentamentos que foram travadas para garantia da existência das comunidades camponesas, para a garantia da agricultura camponesa, lutas que garantiram que muitos camponeses não fossem expulsos de seus espaços. Camponeses que precisaram resistir e se adaptar à proliferação do capitalismo no campo, para permanecer naquele espaço, sofrendo fortes mudanças num processo metamórfico, tendo que se ajustar a tais mudanças ao longo de seu processo histórico e da sua construção enquanto sujeitos camponeses sem perder a identidade.

### **2.1.2 O campo do Espírito Santo**

O campo do estado do Espírito Santo, está imergido em um cenário de contradições, marcado historicamente por grandes ciclos econômicos, seguindo uma lógica do processo de territorialização do modo de produção capitalista, baseado na economia pautada em uma lógica hegemônica. De acordo com Silva (2011), a economia capixaba teve forte presença da produção do café, desde o período colonial, sendo que tal produção baseava-se na mão-de-obra escrava e monocultura. Assim, até a década de 60, a produção cafeeira teve grande participação na economia do estado. Na década de 50, 75% dos estabelecimentos

agropecuários tinham o café como principal atividade econômica, correspondendo assim a mais de 1/3 da renda gerada e 40% das receitas tributárias (ESTADO, 2008, p. 20). A partir dos anos 60, surge o discurso do esgotamento dos solos e do baixo nível tecnológico para controle da broca do café. O Governo Federal implantou o “Programa de erradicação dos cafezais”, alegando crise nesta atividade, e esta alegação acarretou grandes transformações na base econômica, o que possibilitou que o Espírito Santo se inserisse em um novo ciclo econômico, o ciclo da industrialização (SILVA, 2011).

A partir dos anos 60, a redução da produtividade cafeeira em solos já depauperados ou degradados, as tecnologias insuficientes ao controle da broca-do-café, promovendo perdas substantivas em qualidade e o acúmulo de excedentes de oferta levou o Governo Federal a conceber e implementar o “Programa de Erradicação de Cafezais”. (ESTADO, 2008 p 20)

Os diagnósticos para planejamentos regionais, naquele momento histórico, apontavam que a economia capixaba se baseava em uma estrutura fundiária de base familiar, ou seja, pequenas propriedades, e isso era considerado um atraso, e por isso devia ser superado. Por este motivo, adotou-se o discurso da crise e a implementação de Erradicação dos Cafezais, fazendo parte de uma estratégia econômica desenvolvimentista.

[...] no discurso desenvolvimentista da década de 1960 a agricultura familiar foi apontada como a raiz da “crise”, ou seja, o problema não estava no café, mas na “base agrária” do estado, concentrada em pequenas unidades familiares, onde era produzido o café. Assim, mesmo reconhecendo que a “crise” não era da produção, pois o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução, e identificando que havia transferência de renda do produtor ao comércio exportador, o discurso desenvolvimentista da década de 1960 identificou na base agrária de pequena propriedade familiar a causa da “crise”. [...] A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado em relação “aos demais centros do país”, e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional (DARÊ, 2010.p 143).

O campo do Espírito Santo é caracterizado, de acordo com Scarim e Oliveira (2012), enquanto um espaço de produção e resistência econômica, política e cultural. É um espaço de disputa de território, onde o capitalismo agrário avança cada vez mais, campo adentro do Espírito Santo. Este estado apresenta uma estrutura fundiária com um número relativamente grande de pequenas propriedades rurais, se comparado a realidade agrária geral do Brasil, porém, ainda é marcado, em seu território, uma grande faixa com ampla presença de latifúndios. De acordo com Bernardo Neto (2009), esse fenômeno está associado, principalmente, à expansão da monocultura de eucalipto e cana-de-açúcar, que chegam ao estado a partir da década de 1970, no processo de expansão da Revolução Verde.

A monocultura do eucalipto se inseriu primeiro nos municípios do norte litorâneo e, mais adiante, avançou para outros municípios, atingindo praticamente todas as regiões capixabas, sendo que foram desenvolvidos programas específicos de fomento “florestal”<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Florestas de eucaliptos têm fins comerciais – a madeira é destinada à indústria de móveis ou à fabricação de papel, entre outras aplicações. Como a ideia é maximizar a produção, trabalha-se com a monocultura de eucalipto, sendo fomentada pela Fibria, com incentivos para que os agricultores plantem eucaliptos em suas propriedades, aumentando assim o deserto verde com florestas de eucalipto no estado do Espírito Santo, principalmente nas cidades de São Mateus e Aracruz, afetando negativamente a biodiversidade, poluindo o solo e as águas.

inclusive para os pequenos agricultores, oferecidos pela empresa Aracruz Celulose<sup>2</sup>, incentivado também pelo próprio Estado. De acordo com Barcelos (2010, p. 155)

A visão normalmente aceita dos programas de fomento florestal se justifica, também, pela insistência em considerar a agricultura camponesa um sintoma estrutural do desmatamento, por suas técnicas e por sua racionalidade, quase sempre, refratária aos procedimentos modernos de gestão, racionalização, ordenamento e planejamento do espaço, dos saberes e das técnicas. Implica, assim, num modelo incapaz de conter o avanço predatório da fronteira agropecuária, frequentemente incorporada aos remanescentes florestais, sem contudo, dispor de um projeto de futuro para as florestas, qual seja, um projeto de fomentar florestas [...]. Sem a capacidade para gerenciar suas matas, fragmentos e práticas, sobretudo pela ausência do domínio da ciência, da técnica e do racional, a agricultura camponesa foi inserida no âmbito dos programas de fomento florestal, como um novo jeito de corrigir suas práticas de uso dos recursos naturais, oferecer os “fatores ausentes” ao planejamento e desenvolvimento e fortalecer, sobretudo, um nicho específico de mercado mercado, normalmente associado à ideia de “políticas de suprimento de madeira”.

A estratégia adotada pelas empresas é a culpabilização dos camponeses sobre os desmatamentos das áreas ocupadas, no sentido de justificar os programas florestais pela ótica ambientalista. As empresas sustentam essa afirmação sobre a incapacidade dos camponeses em gerenciar suas matas pela falta do domínio tecnológico. Assim os camponeses foram sendo transformados em “produtores florestais” (neste caso, floresta de eucalipto), sendo obrigados a ressignificar a relação com a terra e outros meios de produção através da especialização e da integração com a grande indústria (SILVA, 2010).

Desta forma, o agronegócio ocupa grande parte do território rural do Espírito Santo, principalmente na região Norte e parte da região Noroeste do estado, com monocultivos de cana-de-açúcar, eucalipto e atividade pecuária. No caso da produção de eucalipto, se dá principalmente para a produção de celulose, impulsionado pelo grupo Votorantim.

Neste sentido, as áreas ocupadas pelas florestas plantadas de eucalipto para abastecimento da indústria de papel e celulose, situada no município de Aracruz, ganham representatividade no padrão de uso do solo, ocupando as terras com relevo menos acidentado, que viabiliza as estratégias de mecanização e com fácil acesso às vias de circulação, sobretudo pela BR 101. Estas áreas eram predominantemente ocupadas por comunidades camponesas, como Pequenos Agricultores, Quilombolas e Indígenas, abrangendo, inicialmente, os municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Aracruz. Grande parte da expansão territorial do agronegócio silvicultor se estabeleceu por ocupações irregulares, sob a forma de violência direta e indireta, pois, na avaliação do Estado e do capital, além das condições geofísicas, foi diagnosticado um fator de maior relevância, o que foi chamado de “vazios demográficos”.

As monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, são as principais responsáveis pelas mudanças na agricultura do estado, sobretudo na região norte do mesmo. Além destas culturas, outra atividade agrícola que passou a ganhar força no estado foi a fruticultura

---

<sup>2</sup> Recentemente, houve uma fusão entre o grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Aracruz Celulose S.A, resultando na FIBRIA, com áreas plantadas em todo o Brasil e escritório em várias partes do mundo, passando a configurar-se como uma das maiores multinacionais do ramo de papel e celulose. Segundo a empresa, sua base florestal própria está distribuída da seguinte maneira: o complexo industrial da Fibria no Espírito Santo tem 210 mil hectares de florestas plantadas com eucalipto. No estado da Bahia são 99 mil hectares, no Mato Grosso do Sul alcançam uma área de 154 mil hectares, 47 mil hectares de plantio no sul do estado do Rio Grande do Sul, nas regiões do Vale do Paraíba e Capão Bonito, interior de São Paulo, com 88 mil hectares. No total, são cinco fábricas em operação com capacidade para produzir um total de 5,25 milhões de toneladas de celulose por ano (FIBRIA, 2011).



irrigada, tendo seu início na década de 60, como elemento de modernização da agricultura. De acordo com Silva (2010), um dos fatores que impulsionou esta atividade foi a disponibilidade de solo com uma boa fertilidade de drenagem suficiente para abastecer o sistema de irrigação, mão-de-obra barata no campo, e relevo pouco acidentado, o que possibilita um alto grau de mecanização, facilitando também o processo de escoamento de produção, devido as vias de acesso.

O café segue sendo uma cultura importante em todo o estado, exceto no extremo norte litorâneo, onde a predominância é a cana de açúcar e o eucalipto. De acordo com Silva (2010, p. 65), sobre o cultivo do café no estado do ES,

o município que apresentou maior área plantada foi Vila Valério com 21.000 ha, representando 4,29% da área total do estado, seguido de Nova Venécia, com 19.600 ha (4,0% do total; Jaguaré com 18.600 ha (3,8%); Brejetuba com 16.000 ha (3,27%); Iúna com 15.930 ha (3,25%); Sooretama, 15.400 ha (3,14%); Linhares, 15.015 ha (3,07%). Estes são os mais expressivos em termos de cultivada, segue um grupo de municípios com uma variação de 2% a 3% de participação no total, quais sejam Vargem Alta, Rio Bananal, Itaguaçu, Afonso Cláudio, Colatina, São Mateus, Muniz Freire, Castelo, São Gabriel da Palha.

A dinâmica da expansão do capitalismo, no espaço agrário do ES, através de efeitos da modernização da agricultura, sobretudo, a partir de 1960, fez como que ocorresse mudanças nas relações de trabalho, de produção e no reordenamento territorial. Entende-se que o desenvolvimento do capital no campo, se dá com o apoio do Estado. O capitalismo agrário, tem por objetivo a expropriação dos meios de produção do camponês, objetivando a destruição do mesmo ou o recriando nos moldes do capital (SILVA, 2010).

Salientamos que o camponês resiste no campo, mesmo perante as investidas do capitalismo. O avanço do agronegócio e da modernização elevou a concentração fundiária, a pobreza e a exclusão dos pequenos produtores rurais. Percebemos que essa dinâmica territorial no espaço agrário capixaba potencializa as desigualdades sociais, fazendo com que seja acentuado o discurso do desenvolvimento territorial rural (SILVA, 2010). Desta forma, salientamos que a maneira de resistir a expansão capitalista no campo, bem como a expropriação dos povos do campo, é o envolvimento de agentes locais no desenvolvimento econômico da comunidade, articulando lutas junto a Movimentos Sociais Populares do Campo, para que sejam possibilitadas políticas públicas para produção e reprodução do campesinato.

### 2.1.3 Agricultura Camponesa *versus* Agronegócio

O campo brasileiro é um espaço dinâmico, que contém diversas comunidades e culturas; por outro lado, se constitui enquanto um espaço de constantes conflitos por terra (MPA, 2009). Portanto, é necessário a compreensão de que há dois Projetos de Campo que estão em disputa no Brasil.

Para tratar do debate que discute a disputa entre projetos no campo brasileiro, faz-se necessário tratar da disputa por território sinalizada por conflitos entre Agricultura Camponesa *versus* Agronegócio, onde esta primeira resiste às investidas do Capitalismo Agrário que se instalou no Campo brasileiro (SILVA, 2015). De acordo com Roos (2012, p. 01)

Na compreensão da questão agrária brasileira é central a análise do enfrentamento entre campesinato e as formas de manifestação do capitalismo no campo, sejam elas consideradas produtivas (agronegócio), ou de caráter especulativo e rentista (latifúndio). Na conflitualidade entre camponeses e o agronegócio verifica-se um

conjunto de ações assentadas no território que se erguem como parte das estratégias de existência, resistência e expansão de ambos os modelos de desenvolvimento.

De acordo com Cosme (2020), as forças da contrarreforma agrária, nos diferentes períodos e governos nos últimos 70 anos, impediram que houvesse qualquer mudança na estrutura fundiária no Brasil, mantendo assim, até a atualidade, o modelo colonial agrário e agrícola dominado por latifundiários, atualmente denominado de agronegócio, “em detrimento da agricultura camponesa e da realização da política da reforma agrária, mesmo existindo um conjunto de leis para implementá-la elaborado pelo próprio Estado e governo” (p. 47).

A compreensão do debate e da luta de reforma agrária, passa pelo entendimento dos processos que ocorreram nacionalmente, durante o período da ditadura militar, tendo esta, grande influência no processo de impedimentos da efetivação da reforma agrária no Brasil. Para Cosme (2020), o golpe militar de 1964, foi pensado e colocado em prática, devido ao período entre o pós-guerra e o ano de 64 ter se constituído enquanto um período de grandes tensões e efervescência da luta social de grupos de trabalhadores que sofreram historicamente com o processo de exploração, efetivado pelas classes hegemônicas, em especial, a partir das manifestações de revoltas nascidas no campo brasileiro, tendo o campesinato como ator principal das mobilizações.

Martins (1984) afirma que, havia o receio por parte dos coronéis latifundiários tradicionalistas, de que as forças dos trabalhadores e trabalhadoras do campo se acumulassem, em prol de uma modificação do regime da propriedade via reforma agrária. Esse medo acendeu um alerta na classe dominante e grupos hegemônicos no poder, contribuindo para o golpe de 1964. Ainda de acordo com Martins (1984, p. 21), “o golpe de 1964 [...] teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que, pela primeira vez em sua história, ingressavam maciçamente no cenário político”.

No período de 1963 a 1964o Brasil passava por um momento de demanda de modernização para atender aos interesses econômico dos países industrializados de primeiro mundo. Portanto, investe-se na modernização da agricultura com: especialização do nível técnico de mão-de-obra, alto investimento em mecanização, ou seja, investem-se muito em maquinários, utilização de adubo químico, e formação de uma estrutura agrária eficiente, ou seja, o Brasil passou a produzir produtos agrícolas primários em larga escala, e como a produção é de grande porte, produz-se matéria-prima para exportação (OLIVEIRA, 2010).

Até 1964, os debates em torno da questão agrária giravam em torno das relações de produção, a estrutura fundiária e suas consequências políticas e econômicas. A partir do Golpe Militar de 64, com o desenvolvimento da agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, vê-se um processo de enorme êxodo rural, pois as famílias do campo, encurraladas pelos grandes latifúndios, não tendo meios nem condições para permanecer na terra, migram para a cidade. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, esse processo de industrialização das terras dos camponeses, já se inicia no final do século XIX e início do século XX, quando o capital monopolista começa a estruturar-se.

Ampliava e redefinia o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Estabelecia as bases para a transformação desta em renda capitalizada, tornando-se seu proprietário, sem, contudo, expropriar a terra do camponês. Foi nesse processo dialético que o próprio capital se incumbiu de estabelecer novamente a supressão do divórcio entre a agricultura e a indústria, divórcio esse que ele teve que estabelecer para se apropriar de ambas (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

No Brasil, a organização camponesa tem início há muitos anos. A maioria das tentativas de organização era para organizar sindicatos rurais, porém não obteve grandes sucessos, mesmo tendo um bom impulso no início das organizações. Em 1955, no nordeste brasileiro, mais precisamente em Pernambuco, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada de Liga Camponesa da Galileia, organizado pelos camponeses do Engenho da Galileia, município de Vitória do Santo Antão, não muito longe de Recife. Esta liga se configura como a pioneira no nordeste brasileiro, inspirando a criação de centenas de outras ligas em outros espaços da região e em várias outras regiões do país.

[...] a ação do campesinato organizado em torno das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais, do Partido Comunista do Brasil, além da entrada da Igreja Católica na disputa pela hegemonia dessas lutas, consequentemente conjugadas ao medo das classes e grupos dominantes do ideário comunista que rondava a América Latina, bem como a predisposição do governo João Goulart (1961-1964) em prol da realização da reforma agrária, foram combustíveis para a efetivação de mais um pacto conservador pelo alto na sociedade brasileira, jogando o país na agonia de mais de duas décadas de ditadura (COSME, 2020, p. 49).

De acordo com Martins (1984), nos anos da ditadura, “a questão agrária torna-se uma questão militar, justamente para não se transformar em uma questão política” (p. 105). Neste contexto aumenta-se os conflitos territoriais por todo o país, em uma disputa travada entre camponeses e indígenas contra empresas e grileiros de terras. Assim, o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, explorador e desigual se espalhou pelo campo do Brasil, “com a expansão da apropriação da renda territorial pelo capital via fartos volumes de recursos públicos na forma de incentivos fiscais, em uma ponta, na outra, esse mesmo processo gerou formas de resistência, ou seja, o campesinato que resistia ao processo de expropriação, expulsão e exploração pelo próprio capital” (COSME, 2020, p. 57). Neste sentido, vale salientar, de acordo com Martins (1984, p. 107), “que é na contradição entre a produção e a distribuição que o capitalismo revela o segredo da acumulação, enquanto modo de produção de riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade”.

Soma-se ao processo de capitalização do campo, no período do governo José Sarney, a organização e articulação da União Democrática Ruralista (UDR), esta organização contribui para a eliminação de qualquer possibilidade de mudança na estrutura de suas propriedades privadas capitalistas. De acordo com Martins (1991, p. 47), a UDR constitui-se enquanto “uma organização direitista e antidemocrática que representa os interesses de alguns dos mais violentos proprietários de terras desse país [...]”. A UDR nasce em agosto de 1985, em Goiânia durante um leilão de gado, para arrecadar dinheiro entre os latifundiários com o objetivo de manutenção da estrutura agrária baseada em grandes propriedades privadas de sustentação capitalista e impedir o avanço dos movimentos sociais do campo (OLIVEIRA, 2007 apud COSME, 2020).

O agronegócio é a face que comprova o desenvolvimento do capitalismo no campo. Sua forma de produção, agroindústria e comercialização respondem aos interesses das transnacionais, da burguesia agrária ou não, e tem como única finalidade o lucro e a acumulação do capital (SILVA, 2015). O agronegócio, vê o campo apenas como lucro, e defende um campo sem gente, as substituindo por máquinas.

Na outra ponta, temos um modelo de agricultura que, apesar de estar às margens deste processo de investimentos do Estado, sofrendo todos os tipos de agressão, inclusive a expulsão massiva dos povos do campo, pois, em nenhum momento da história do Brasil existiu um plano de desenvolvimento pleno para a agricultura camponesa, esta continua

produzindo alimentos livres de transgênicos, com respeito à biodiversidade e a todos os tipos de vida existentes no planeta (MPA, 2015).

Para o avanço do agronegócio é necessário a extinção das comunidades camponesas, apropriação de seu território, destruição de seu modo de vida, porém, por outro lado há a resistência dos camponeses a este modelo, pois, a reprodução e recriação camponesa implica na tomada de território do agronegócio e a destruição de sua forma de produção e acumulação capitalista. Neste sentido se trata de modelos antagônicos de produção, onde um pressupõe a extinção total do outro, sem a mínima chance de complementação de modo que não há espaço nem condições para o grande agronegócio e a agricultura familiar prosperarem simultaneamente (STÉDILE, 2014).

Para Ross (2012), o desenvolvimento atrelado ao sistema capitalista instalado no campo, denominado agronegócio, se sobrepôs ao projeto de desenvolvimento da agricultura camponesa. Estudiosos como Graziano (1994) defendem que não há a necessidade de realização da reforma agrária para o desenvolvimento do país. Para este autor, além de não existir mais latifúndios, as grandes propriedades seriam mais eficientes economicamente do que as pequenas. Por outro lado, Almeida (2008) contesta a lógica defendida do agronegócio enquanto uma via de desenvolvimento; a autora coloca que o agronegócio é caracterizado pela violência, exploração dos trabalhadores, da terra e dos recursos naturais, consumo de dinheiro público, lucro e apropriação da renda da terra. Para Ross (2012, p.04),

Este modelo de agricultura pela agricultura capitalista tem expulsado o campesinato, territorializando, grandes proprietários fundiários e empresas rurais orientadas para a produção de monoculturas destinadas à exportação em oposição à demanda por alimentos. Destarte, a miséria, pobreza, violência, expulsão dos camponeses do campo, degradação ambiental e o fim da diversidade agrícola são consequência do agronegócio. É preciso destacar ainda que este modelo nega a gravidade da concentração da terra e ignora a manutenção do rentismo fundiário (ROSS, 2012, p. 04).

Para Fabrini (2008), o agronegócio e o latifúndio possuem muitas semelhanças. Tanto um quanto o outro reproduzem a acumulação primitiva do capital como trabalho escravo, peonagem e superexploração do trabalho, dentre outras formas que ferem a vida humana. O autor salienta que este sistema é insustentável economicamente, e sobrevive às custas do financiamento do Estado.

O Estado, para Marx (2017, p.133) é

uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”, para manter a ordem social, por isso, este está a serviço da classe que tem o domínio dos meios de produção, no caso da sociedade atual, está a serviço do capital.

Com isso podemos afirmar que a ideia de desenvolvimento da agricultura pensada para o campo brasileiro, não atende as necessidades do camponês, e sim a necessidade de reprodução do capitalismo no campo.

O Estado brasileiro fez uma clara opção pelo agronegócio ao longo da história, tanto que a agricultura latifundiária, primária exportadora sempre esteve no centro de seus investimentos e dos programas de governo. Neste sentido, temos um modelo de agricultura que apesar de estar às margens deste processo de investimentos do Estado, sofrendo todos os tipos de agressão, inclusive a expulsão massiva dos povos do campo, pois, em nenhum momento da história do Brasil existiu um plano de desenvolvimento pleno para a agricultura camponesa, esta continua produzindo alimentos livres de transgênicos, com respeito à biodiversidade e a todos os tipos de vida existentes no planeta.

Ainda antes de terminar a Segunda Guerra, instituições privadas, como a Rockfeller e a Ford, viam na agricultura uma boa chance para a reprodução do Capital, então começaram a investir técnicas para o “melhoramento” de sementes, as quais denominaram Variedades de Alta Produtividade. Após a Guerra, as indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica começam a incentivar o uso de agrotóxicos: herbicidas, fungicidas, inseticida e fertilizante na produção agrícola, pois precisava-se garantir a produção e eliminar qualquer fungo, inseto e ervas daninhas. Além da adoção de maquinário pesado como tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola. Ou seja, estes agrotóxicos e os maquinários pesados são um reaproveitamento dos equipamentos utilizados na Guerra, pois, precisava-se de uma utilidade para os tanques e os gases produzidos durante o período da Segunda Guerra Mundial. O processo de Revolução Verde vai além do fator técnico, mas também atacam questões sociais, políticas e econômicas para a intensificação da modernização da Agricultura (ANDRADES e CAMINI, 2007).

O capital avançou para se reproduzir no Brasil, principalmente a partir da ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970, se valendo do uso exacerbado de agrotóxicos vindos da Guerra. Contrapondo este movimento, a esquerda se reorganiza para resistir à Ditadura Militar.

É importante ponderar que a Revolução Verde deu base para o modelo de agricultura pautado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, sendo que “hoje é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo” (ANDRADE e GANIMI, 2007, p. 44).

O modelo dominante atual de agricultura no Brasil, faz com que haja alterações nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional. Este processo influenciou de forma direta ou indireta os atores da produção da agricultura de formas distintas. De um lado proporciona benefícios para os grupos hegemônicos instalados no campo, agentes do agronegócio; por outro lado, para os camponeses significa dificuldades de reprodução e viabilização de sua produção frente aos desafios impostos pelo mercado (PENA, s.d).

Tal problemática é acentuada com o avanço do modelo de agricultura convencional que tem se mostrado insustentável, sobretudo do ponto de vista socioambiental. O que predomina nesse modelo é a maximização do lucro e da produção, não levando em consideração os aspectos sociais das famílias, que se veem obrigadas a abandonar suas terras além de terem de abandonar a capacidade dos agroecossistemas naturais (GRAZIANO NETO, 1985).

O espaço camponês brasileiro é um campo de disputa entre o capital agrário hegemônico e a classe camponesa que resiste bravamente à esta dominação. Uma forma que o campesinato encontra para resistir à esta dominação é partindo para o campo da produção de alimentos: a agricultura familiar/camponesa, com apenas 24% das terras brasileiras, produz 76% da comida que vai pra mesa do brasileiro; por outro lado, o agronegócio, ocupando 76% das terras do território brasileiro, produz apenas 24% de comida, além dos créditos serem muito mais facilitados para o agronegócio, sendo que a agricultura familiar acesa 14% do crédito disponibilizados e o agronegócio acessa 86% do crédito (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A grande minoria destas terras está nas mãos dos pequenos agricultores, e a grande maioria está nas mãos dos grandes proprietários. Neste sentido, dois territórios se colocam em disputa: campesinato X agronegócio, em que o agronegócio propõe uma terra para superprodução e exportação dos produtos primários, que se traduz em terra de negócio e monocultura, e por outro viés está a agricultura camponesa, que por sua vez, propõe o acesso à terra de trabalho, defende o campo como espaço de vida, produção de alimento saudável e a garantia da diversidade de alimentos (ALMEIDA, MARINS, SANTOS, 2012, p. 4).

Neste sentido, o modelo de agricultura dominante na esfera global, é um modelo agroindustrial, que põe em risco a integridade da vida humana, a sustentabilidade do planeta bem como preservação dos recursos naturais, e por outro lado, a agricultura camponesa, que dispõe da mão de obra familiar, é quem produz de fato alimento para as famílias brasileiras (SANTOS et al, 2014).

Os sistemas camponeses de produção são complexos arranjos entre cultivos, árvores, animais e solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto de cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade.

Para que este sistema funcione são necessários um conjunto de pequenas agroindústrias caseiras como farinheira, o engenho, o moinho, o pilão, o monjolo, os tachos para fazer doces, o forno e o fogão a lenha, entre outros. Todas essas agroindústrias processam os alimentos *in natura*, aproveitando o seu excedente para garantir uma alimentação diversificada ao longo de todo ano e renda para a família. É, portanto, um sistema produtivo autônomo e soberano, não é dependente de insumos externos e produz alimentos prontos para o consumo (MPA, 2012).

Como já dito anteriormente, com a política desenvolvimentista, adotada no Brasil a partir de 1930, há crescimento das cidades, com o aumento destas, aumenta também a compra de alimentos. Porém não acontece a Reforma Agrária. Durante este período a agricultura camponesa assume três papéis fundamentais: “produção de alimentos para o mercado interno, liberação de mão-de-obra para a indústria e ocupação do território nacional para a incorporação de terras para a produção agrícola” (MPA, 2012, p. 7). O agronegócio é a face que comprova o desenvolvimento do capitalismo no campo. Sua forma de produção, agroindústria e comercialização respondem aos interesses das transnacionais, da burguesia agrária ou não, e tem como única finalidade o lucro e a acumulação do capital.

Para o avanço do agronegócio é necessário a extinção das comunidades camponesas, apropriação de seu território, destruição de seu modo de vida, porém, por outro lado há a resistência dos camponeses a este modelo, pois, a reprodução e recriação camponesa implica na tomada de território do agronegócio e a destruição de sua forma de produção e acumulação capitalista. Neste sentido se trata de modelos antagônicos de produção, onde um pressupõe a extinção total do outro, sem a mínima chance de complementação de modo que não há espaço nem condições para o grande agronegócio e a agricultura familiar prosperarem simultaneamente.

Os camponeses e as organizações sociais do campo se posicionam contra o discurso hegemônico que defendem o agronegócio. Movimentos Camponeses integrados à Via Campesina<sup>3</sup>, e outras organizações populares do campo, elaboraram um documento afirmando que a financeirização e acumulação de capital, o uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas e a produção de monoculturas destinadas à exportação, geram desemprego, concentração da terra, danos ao meio ambiente, exploração dos camponeses através do domínio da produção, circulação e comércio, provocando, sobretudo a exclusão do campesinato e a violência no campo (VIA CAMPESINA, 2010). De acordo com Roos (2012, p. 04)

---

<sup>3</sup> Via Campesina: a Via Campesina é uma organização internacional que envolve diversas organizações e movimentos sociais do campo. No Espírito Santo, O MPA é uma das organizações integrantes desse movimento. Em geral, nesse espaço são realizadas reflexões sobre temas relacionados ao campesinato, ajudando cada organização participante a direcionar seus trabalhos e pautas de luta. Por meio dessa organização, também é possível integrar estratégias e táticas, fortalecendo o campesinato capixaba e mundial (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Os movimentos camponeses ao rejeitarem o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio têm se constituído como protagonistas na recriação e na garantia de existência do campesinato. Dentre as diferentes formas, pelas quais os camponeses organizados nos movimentos têm resistido, se destacam as ocupações de terra e acampamentos, que em diversas situações, resultam na conquista dos assentamentos rurais. Deste modo, as lutas travadas para retomar e permanecer na terra são centrais na compreensão do campesinato.

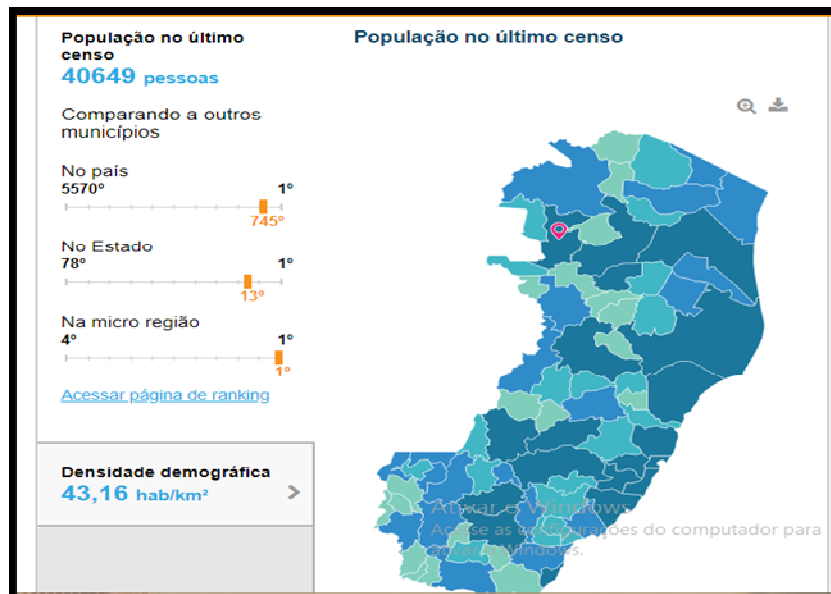
Os Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC) lutam hoje para contrapor este modelo hegemônico de sociedade, pautado a garantia da vida, sem opressão, sem exploração. Mesmo com toda opressão do Estado burguês, os MSPC, por estarem organizados, conseguem fazer o enfrentamento direto a esse sistema, garantindo alguns direitos, como acesso à terra, luta contra os agrotóxicos e qualquer tipo de exploração do homem, transformando o campo em um lugar de viver com qualidade (MEDEIROS, 1989).

Sendo assim, a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação no sentido amplo de processos de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p.23). Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora, pelo sistema do capital.

## **2.2 A História de Barra de São Francisco**

O município de Barra de São Francisco, em sua estrutura, é considerado um município rural, pois grande parte do seu território ser considerado rural e a economia em sua maioria gira em torno do trabalho familiar na agricultura do município. Grande parte das famílias vivem e trabalham basicamente em pequenas unidades de produção, dispendo do trabalho familiar considerada por muitos como agricultura familiar, ou considerado e chamado por outros como agricultura camponesa, tendo uma diversidade de produção na agricultura, predominante em pequenas propriedades, produzindo café, hortaliças, produção pecuária, com produção de leite e fruticultura, movimentando assim, um grande percentual da economia no município.

O Município se situa no Noroeste do estado do Espírito Santos, como mostra a Figura 1, sua fundação de acordo os dados disponibilizados no site da Prefeitura, foi por meio de lavradores vindos de Minas Gerais e de Colatina-ES à procura de terras devolutas e férteis e se estabeleceram na confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, fundando o Patrimônio de São Sebastião.



**Figura 1** – Localização do Município de Barra de São Francisco no Mapa do Espírito Santo  
Fonte: Censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Barra de São Francisco, pelo Decreto-lei Estadual nº 15.177, de 31/12/1943, desmembrando do município de São Mateus, . De acordo com dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2017, o município possuía uma população estimada em 40.649 habitantes. O município é composto por 06 distritos, sendo estes: Cachoeirinha do Itaúnas, Paulista, Poranga, Monte Sinai, Santo Antônio e Itaperuna.



**Figura 2** – Mapa do Município de Barra de São Francisco, ES  
Fonte: www.pmbf.es.gov.br



### 2.2.1 O processo de colonização do município de Barra de São Francisco

Para entendimento da situação presente de Barra de São Francisco, e para compreensão dos processos da Educação do Campo no município, é importante retomarmos a história deste, onde destacamos sua formação, os avanços e as lutas por território que este município também passou.

Para iniciarmos a retomada histórica de Barra de São Francisco, é importante destacar as informações e registros sobre o processo de colonização do município, que se deu por volta do ano de 1928, com a construção da ponte sobre o Rio Doce, na cidade de Colatina-ES, em que foi possibilitada a travessia deste rio. Assim, o processo de colonização do município se deu com a chegada dos italianos e posteriormente dos alemães, sendo que estes colonizaram a região das terras que até então pertenciam ao município, na época chamado de província, de São Mateus.

Com a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, no ano de 1928, sobretudo italianos desbravaram a região, indo em direção a São Domingos até Nova Venécia. Este trajeto foi seguido de forma cada vez mais numerosa por descendentes de alemães, a partir de 1938, indo em direção a Córrego Bley, Barra de São Francisco e, finalmente, em 1942, Vila Pavão, então chamada de Córrego Grande. (ROLKE, 2016, p.317).

Com a chegada dos alemães e italianos, deu-se início às primeiras lavouras de café na região. Durante este período, o governo incentivou a produção do café e facilitou o seu escoamento até o Porto Vitória, construindo, além da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, estradas que ligavam a cidades desta região à capital Vitória. Estas obras foram facilitadas devido ao bom preço do café na época.

A partir da chegada dos desbravadores advindos de outras regiões, principalmente da camada “Terra Fria”, Barra de São Francisco à princípio foi se transformando em uma vila formada por colonizadores vindos de localidades de Minas Gerais como Conceição de Ipanema, Resplendor, Itueta, Afonso Cláudio, Pancas, Baixo Guandu, Aimorés e Mutum.

Os processos de territorialização do município se deram através da posse dos imigrantes que vieram desbravar as terras francisquenses e posteriormente foram sendo criadas leis que o constituíram enquanto município e definiam o seu território. Em 24 de junho de 1935, o município foi denominado terceiro distrito de São Mateus e Patrimônio de São Sebastião. Foi desmembrado de São Mateus através da Lei Estadual nº 15.177 de 31 de dezembro de 1943, se tornando assim Município de Barra de São Francisco (MERLO, 2018; SILVA e LOPES, 1999).

O nome Barra de São Francisco é devido a região ser de confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, uma vez que este primeiro é barrado pelas águas do segundo, assim, acharam por bem homenagear o Rio São Francisco por ter um percurso mais longo. Como havia na região uma grande variedade de animais silvestres, aves e peixes oferecidos pelas águas cristalinas e abundantes dos rios da região, escolhe-se São Francisco de Assis, o santo protetor dos animais como padroeiro da cidade. Assim, é comemorado o aniversário da cidade no dia 04 de outubro, sendo decretado feriado municipal pela Lei 131/2005 do dia 17 de outubro do ano de 2005 (MERLO, 2018).

Dentre as primeiras modificações e avanços, podemos destacar o grande fluxo migratório que ocorreu na década de 40, quando o desenvolvimento da cidade foi impulsionado. Dentre as mudanças, podemos destacar a abertura da primeira estrada ligando Águia Branca até Barra de São Francisco. A cidade foi se transformando e o seu crescimento acelerando. As ruas a princípio, que eram estreitas, iam sendo alargadas. As barracas rústicas

de estuque e tijolos passaram por reformas e surgiram construções novas, mais confortáveis e modernas (SILVA e LOPES, 1999).

A extração de madeiras de lei iniciou-se depois da construção da estrada para Colatina. As matas e florestas foram devastadas rapidamente, até que a madeira foi desaparecendo drasticamente, produzindo riqueza para uma minoria, e deixando a região empobrecida (SILVA e LOPES, 1999), propiciando a abertura de estradas e causando grande prejuízo à fauna e a flora.

Em 1951, iniciava-se o uso de luz à motor no município. Devido ao crescimento do município, em 1957, é instalada a primeira usina elétrica na cidade, que forneceria energia apenas para o distrito sede. Com o crescimento do município, fez-se necessário construir uma nova usina para atender as demandas da comunidade “estimulando ainda mais a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes (SILVA e LOPES, 1999). Aproveitando a força d’água do Rio Preto, um dos afluentes imponentes e a abundância do Rio São Mateus, foi construída a nova usina elétrica da cidade, marcando o progresso e o desenvolvimento histórico do município. A Prefeitura, na época, teve participação na construção, fornecendo cimento, brita e todos os postes de madeira” (idem, *ibidem*, pág. 58).

O Governo do Estado arcou com as demais despesas, aplicando recursos que eram repassados para o município. Esta usina forneceu melhor eletricidade para a sede durante muitos anos e serviu de extensão à de Nova Venécia, para eletrificação de alguns distritos de Barra de São Francisco. As comunidades do campo só foram receber luz elétrica anos depois que a cidade já havia recebido.

## **2.2.2 A formação administrativa do município de Barra de São Francisco**

De acordo com Silva e Lopes (2009), em 24 de junho de 1935 foi criado na cidade de São Mateus o seu terceiro distrito, denominado Patrimônio São Sebastião, passando a se chamar mais tarde Barra de São Francisco. Somente a partir dos quadros da divisão territorial de 1936 e 1937 surge em publicações oficiais o nome Barra de São Francisco como distrito integrante de São Mateus, saindo da condição de distrito e de elevando a categoria de município com o Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943. A instalação do município ocorreu a 1º de março de 1944 (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2015).

O Decreto-Lei Estadual nº 15.177/1943 de 31 de dezembro de 1943, dispõe da divisão administrativa do estado onde pertenciam a Barra de São Francisco os distritos de Ametista, hoje cidade de Mantenópolis, Gabriel Emília, hoje cidade de Mantena e Joeira, hoje cidade de Ecoporanga. Em 1948, estabelece-se uma nova divisão por meio da lei nº 166/1948 de 24 de dezembro de 1948 que desmembrou o distrito de Ametista (hoje Mantenópolis), o elevando a município. Com esta mesma lei cria-se também o município de Joeira (hoje Ecoporanga), desmembrando-o também de Barra de São Francisco (SILVA e LOPES, 1999).

Através da Lei nº 252/1949 de 10 de outubro de 1949, os colonos que chegaram ao município no início da sua formação foram beneficiados pois o Estado cedeu através desta lei “terras devolutas aos atuais ocupantes nos municípios de São Mateus e Barra de São Francisco. Dentre as condicionantes pode-se tomar posse das parcelas das terras já produtivas” (MERLO, 2018, p. 42).

O Estado criou as leis que organizava o município administrativamente, as quais colocavam os limites da sede e dos distritos. A Lei nº 256/1949 de 22 de outubro de 1949, dispõe da criação de vários distritos judiciários, dentre eles destinou-se para a comarca de Barra de São Francisco o distrito de Paulista e Água Doce. É importante ressaltar que o distrito de Água Doce deixa de ser distrito pertencente a Barra de São Francisco e se eleva a município através da Lei nº 4.074/198, de 06 de maio de 1988 (MERLO, 2018; SILVA e LPOES, 1999).

Desta forma, no município de Barra de São Francisco, entre várias leis de criação, de 1943 até 2003, foi se constituindo com o limite administrativo de 09 distritos, sendo eles: Sede, Paulista, Poranga, Monte Sinai, Santo Antônio, Cachoeirinha de Itaúnas, Itaperuna, Vargem Alegre e Monte Senir. Este último foi elevado a distrito através da Lei Municipal nº 092/2003, de 10 de novembro de 2003, sendo o último distrito a ser criado até a presente data.

O distrito de Gabriel Emílio, hoje cidade de Mantena-MG, foi desmembrado do município de Barra de São Francisco, através do acordo firmado entre Minas Gerais e Espírito Santo, acordo este que foi feito para resolver os conflitos por territórios conhecido como Guerra do Contestado entre Espírito Santo e Minas Gerais.

### **2.2.3 O conflito de terras entre Minas Gerais e Espírito Santo – Guerra do Contestado**

É importante destacar uma marca importante na história de Barra de São Francisco, trata-se da participação da Guerra do Contestado, esta, configurando-se em muitos anos de conflitos entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em disputa por território, iniciada em 1904 e se arrastando até 15 de setembro de 1963, quando, depois de décadas de litígio, Minas Gerais e Espírito Santo, através dos governadores Magalhães Pinto e Lacerda de Aguiar, assinaram um acordo de paz (RAMOS et al, 2018, s.p).

A discórdia começou no início do século passado e seis décadas depois as relações entre os dois estados atingiram o auge do estremecimento, quase resultando em conflito armado. De acordo com o historiador Jader Alves Pereira (2013, s.p),

o motivo era a disputa por uma área rica em plantações de café, o Contestado, de cerca de 10 mil quilômetros quadrados, pouco maior do que a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e localizada na divisa dos dois estados. A briga pelos limites teve seu epicentro em Mantena, na Região do Vale do Rio Doce, a 450 quilômetros da capital, e em Barra de São Francisco, no Noroeste do Espírito Santo. As tropas de prontidão se estranharam, mas não chegaram ao combate. O episódio deixou marcas profundas em moradores e militares, que nunca se esqueceram dos anos de tensão e das confusões administrativas.

Mesmo não havendo confronto direto entre as tropas capixabas e mineiras, a questão do limite territorial deixou um saldo grande de mortos, tanto civis quanto militares, e o número total de vítimas ainda é incerto. Sendo que em 1958, os dois governos retiraram suas tropas da região e iniciaram o processo de negociação com base em laudos legais. No ano de 1963, após passar por comissões dos dois estados, a Guerra do Contestado chega ao fim com a assinatura de um acordo firmado entre os governos de Minas Gerais e Espírito Santo (RAMOS et al, 2018, s.p).

É importante ressaltar que essa história ainda precisa de estudos, para ser escrita e pesquisada a fundo. “As citações sobre a Guerra do Contestado, são sempre da ocorrida entre 1912 e 1916, no Sul do Brasil, e nunca mencionam essa passagem”, afirma o mestre em história Francis Andrade, em documentário, que trabalha com projetos culturais na Prefeitura de Mantena. O que temos sobre esta Guerra do Contestado acontecida nos limites entre Barra de São Francisco/ ES e Mantena/ MG, são relatos em sites locais, dois documentários, um intitulado “Contestado 50 anos: História do Espírito Santo e Minas Gerais” e o outro intitulado “Sentinela Capixaba – O contestado” (2010). Neste sentido, salientamos que a história de Barra de São Francisco, traz em sua gênese um histórico de luta, enfrentamentos e disputa de território, para se afirmar e reafirmar enquanto município.

### **2.3 O Campesinato em Barra de São Francisco**

Entendendo que o campesinato para além do reconhecimento como um setor da economia, mas o concebendo como uma classe social e uma forma de organização da produção ou um modo de vida que lhes são próprios, e por ocuparem um posicionamento contrário às forças produtivas capitalistas, salientamos que a defesa deste se dá devido ao processo histórico de luta e resistência ao modelo dominante de produção agrícola e de sociedade, “que nos remete a um passado e um presente de luta e um futuro de possibilidades” (MARQUES, 2008, p. 59). Neste sentido, neste tópico, intencionamos trazer a formação do campesinato no município de Barra de São Francisco, as relações que estabelecem no campo do município.

A colonização do município de Barra de São Francisco, de acordo com Silva e Lopes (1999) deu-se aproximadamente no ano de 1927, quando lavradores e posseiros, abriram as primeiras clareiras na floresta densa, buscando terras devolutas e férteis. Assim, com a derrubada de parte da mata, constroem as primeiras moradias, utilizando a madeira, cipós e folhas de palmito extraídos da própria mata.

Em 1929, registra-se as primeiras lavouras, um ano após a construção da ponte sobre o Rio Doce, este empreendimento estava ligado ao desenvolvimento da zona cafeeira no Norte do Espírito Santo. A partir deste momento foram chegando mais trabalhadores na região, formando assim em 1932, o primeiro aglomerado de casas que recebeu o nome de Patrimônio de São Sebastião e pertencia ao Município de São Mateus, este sendo apontado como destaque no Norte Capixaba, pelo grande e constante desenvolvimento.

Com o aumento do fluxo de trabalhadores rurais em busca de novas terras migrando para o pequeno aglomerado de casas, este pequeno povoado foi elevado à categoria de distrito, sendo o terceiro de São Mateus, sendo nomeado como Barra e São Francisco.

Assim o município de Barra de São Francisco, tem sua gênese com trabalhadores rurais vindos, em sua maioria do Estado de Minas Gerais, Sul do Espírito Santo e Município de Colatina, estes chegaram ao local desbravando matas, e demarcando seu espaço naquela região. Para estes trabalhadores a noção de posse de terras e de tamanho de terra variava de acordo com a necessidade de cada um de produzir o necessário para o consumo da família.

Para Esterci (2009), esta concepção de posse e extensão de terras para aquele povo era bem semelhante à concepção dos ribeirinhos da Amazônia, à noção de propriedade dos posseiros, que demarcaram seu espaço de terra em Santa Terezinha, na Amazônia, no final dos anos 60, em que tinham a concepção de posse da propriedade mais vaga e imprecisa que a propriedade fundiária. A noção de propriedade entre os camponeses de Santa Terezinha era, todavia, suficiente para delimitação dos direitos de cada um sobre o espaço disponível. Ainda segundo Esterci (2009, p. 229) “a propriedade além da casa, da roça, do sítio, da capoeira, incluía também espaços ainda não trabalhados e deixados como reserva para plantios e extração da madeira necessária ao reparo da casa e construção de cercas”.

De acordo com SILVA e LOPES, 2009, p. 19

As primeiras casas eram toscas de estuque, construídas de esteios e grossos barrotes com varas amarradas de cipó e paredes embarreadas, cujo piso era o próprio chão. A cobertura das primeiras palhoças era feita de palhas de palmito nativo na região, existente em grande quantidade, e tabuinhas lascadas da madeira. O maior problema para os colonos era o preparo dos grandes barrotes e vigas extraídos e lavrados a machado pelos valentes forasteiros. Num esforço quase sobre-humano, o povoado surgia e se expandia como por encanto.

A região era muito rica em caças, havendo grande variedade de aves e pássaros. Os rios ofereciam grande variedade de peixes, e como eram compostos de águas cristalinas e despolidas, eram utilizadas como bebida e na utilização nos afazeres domésticos (SILVA e LOPES, 2009).

De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural - INCAPER (2020), os aspectos fundiários de um município refletem, grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar. No município de Barra de São Francisco/ES, o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

A estrutura fundiária de Barra de São Francisco/ES retrata o predomínio das pequenas propriedades. A predominância da Agricultura no município é a Familiar, sendo que dos estabelecimentos, cerca de 81,06% são de Agricultores Familiares (Quadro 02).

**Quadro 02.** Número e áreas dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Barra de São Francisco/ES, 2017.

Grupos de área total	Número Estabelecimento		Área (Hectares)	
	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não familiar	Agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 3 ha	128	408	121	548
De 10 a menos de 50 ha	112	878	636	5431
De 3 a menos de 10 ha	111	842	2348	18008
De 50 a menos de 100 ha	61	93	4544	5945
De 100 a menos de 500 ha	101	0	18373	0
De 500 a menos de 1000 ha	6	0	4160	0
Produtor sem área	1	1	0	0
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>2221</b>	<b>30182</b>	<b>29932</b>

Fonte: INCAPER (2020)

O município possui 2.740 propriedades rurais (IBGE, 2017), sendo que em sua estrutura fundiária é composta predominantemente por pequenas propriedades que dispõem do trabalho familiar, conforme mostra o Quadro 01. Sendo assim, parte das famílias vivem e trabalham basicamente em pequenas unidades de produção dispondo do trabalho familiar, sendo uma média de 24 hectares por estabelecimento agropecuário, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Denominado por muitos como agricultura familiar, e por outros como agricultura camponesa, tem uma diversidade de produção na agricultura, predominante em pequenas propriedades, produzindo café, hortaliças, fruticulturas, produção pecuária, com o leite e derivados e a carne, movimentando assim, um grande percentual da economia no município.

O está situado na zona rural, pois sua extensão territorial em sua maioria é ocupada por pequenos estabelecimentos agropecuários, sendo que 72% do município é ocupado por estabelecimentos agropecuários. Como mostra a figura 2,

Censo Agropecuário		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA	CARTOGRAMAS	RANKING
Ano: 2017 Resultados preliminares ▾ <a href="#">Fonte</a>		Barra de São Francisco Adicionar comparação ▾ Adicionar comparação ▾  			
Notas					
✓ CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS					
➤ ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		67.297,885			hectares
✓ NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		2.748			estabelecimentos

**Figura 4** – Área de estabelecimentos Agropecuários do Município de Barra de São Francisco  
Fonte: Censo Agropecuário de 2017

A agricultura participa de forma significativa na economia municipal, porém, a cafeicultura ainda é a principal produção agrícola no município – sua participação contribui de forma significativa para a sustentação econômica do município (INCAPER, 2020). Aproximadamente 18,04% da população do município está ocupada em atividades agropecuárias. De acordo com o IBGE (2016), o município tem na agropecuária 5,03% do seu PIB (Tabela 1).

**Quadro 03.** Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Barra de São Francisco/ES: valor adicionado bruto a preços correntes, 2016.

ATIVIDADE ECONÔMICA	PORCENTAGEM
Agropecuária	5,03
Indústria	27,38
Serviços – Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	43,64
Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	23,93

Fonte: INCAPER (2020)

As principais atividades econômicas do município de Barra de São Francisco, agrícolas e não agrícolas são: Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços. O município tem na agropecuária a base de sua economia, sendo a pecuária (leite e corte) e o café as principais atividades agrícolas geradoras de emprego e renda (INCAPER 2020; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2019).

Embora a cafeicultura represente uma importante fonte de renda para os agricultores, com relação à produtividade média das lavouras, esta se apresenta bem abaixo da média estadual, tanto para o café conilon (21 sacas beneficiadas/ha) quanto para o arábica (13 sacas beneficiadas/ha) (IBGE, 2017), o que reforça a necessidade de ampliar as ações para a disponibilização das tecnologias desenvolvidas para a cafeicultura, bem como ampliação de

ações visando a diversificação das atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores, com vistas a melhoria na geração de renda das famílias rurais.

A intensificação da migração europeia, em fins do Século XIX, permitiu o surgimento, da região Central-Serrana capixaba, de novos núcleos cafeicultores, introduzindo um novo modo de produção, centrado em pequenas lavouras, com a produção diversificada para a subsistência das famílias (SEAG, 2008, p. 17).

Nas décadas de 1980 e 1990, a cultura do café volta a ganhar espaço em alguns municípios, em função das pesquisas de melhoramento genético da variedade conilon, principalmente, porém, com características técnicas completamente diferentes da fase anterior (SOUZA 2010, p.64). A cultura de cultivo do café é muito mistificada pelo discurso de transformar o camponês em empreendedor rural; tal discurso de desenvolvimento vem sendo desconstruído ao longo de determinados períodos, como por exemplo, a chegada de organizações sociais do campo na comunidade.

Nos anos 1990 a cultura do café predominava ainda mais no município, assim como em muitas comunidades camponesas, com a produção do café em alta. Em 1995 acontece uma baixa no preço, e os pequenos agricultores da comunidade entraram em crise. Neste período, muitas famílias não resistiram nas comunidades e acabaram passando por um segundo processo de migração para outros espaços: algumas migraram para cidades, e outras acabaram migrando para outro espaço camponês. Nos dias atuais, para algumas famílias o café é a principal fonte de renda, mas já não é mais a única. A maioria das propriedades hoje é diversificada. Cultiva-se o café, mas cultiva-se também atividades no campo da olericultura, da pecuária, da criação de suínos e aves, além de grande parte da produção estar em transição agroecológica. De com o INCAPER (2020), em Barra de São Francisco/ES, existem vários produtores em fase de transição agroecológica e conta com 10 produtores com produção orgânica regularizada, através da Organização Social, conforme mostra o quadro 03.

**Quadro 04.** Principais atividades de Produção Agroecológica e Orgânica, Barra de São Francisco/ES, 2020

Atividades	Número de Estabelecimentos	Principais produtos
Pequenas propriedades rurais que produzem de forma diversificada sob os princípios da agroecologia.	20	Abóbora, abobrinha, banana da terra, banana prata, banana nanica beterraba, cenoura, feijão carioca, feijão vermelho, fubá, inhame, pepino, repolho, tomate, couve, abacate, café-em-pó, brócolis, alface, aipim, mexerica, ovos caipira, pães caseiros e doces caseiros, etc.

Fonte: INCAPER (2020)

O desenvolvimento destas atividades conta com o acompanhamento de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, INCAPER e da articulação da Associações das Comunidades. Outra organização de produtores rurais que vem ganhando destaque no município, é o grupo “Campo e Cidade”, organizado por pequenos agricultores de várias partes do município, que produzem de forma agroecológica e fazem entregas na cidade destes produtos, mediante encomenda por um grupo do aplicativo *WhatsApp*. Esse grupo tem sua gênese formada por famílias que participam de Grupos de Base do MPA, e parte do princípio da aliança Campo e Cidade, sendo esta uma bandeira de luta de defesa deste Movimento.

## 2.4 A Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Conforme já vimos afirmando nesta pesquisa, é sabido que no campo brasileiro a estrutura foi pensada para atender as necessidades do mercado, defendendo o agronegócio enquanto estratégia de territorialização do capital, inserindo a lógica de produção e reprodução das forças produtivas capitalistas.

De acordo com Santos (2016), o agronegócio se sustenta através da exploração da terra, dos recursos naturais, mão-de-obra no campo e exportação da produção primária, sob a defesa do Estado. Esta sustentação fornecida ao agronegócio tem gerado uma crise de alimento, que se propaga devido à submissão do campo ao modelo capitalista de produção agrícola.

O fato é que o campo brasileiro foi tomado, de acordo com Santos (2016, p. 03)

[...] pelas corporações financeiras do setor agroalimentar, e não somente essas, mas todo um “arsenal”, cuja finalidade é a subsunção da terra, o valor de uso, enfim da riqueza produzida por cada homem, em cada país que ofereça condições para extração, principalmente entre os países de periferia do capitalismo.

Contrário a este modelo de produção no campo, várias frentes de lutas foram e vem sendo construídas como forma de resistência a super exploração da terra, expulsão dos camponeses do campo. Neste sentido, o MPA tem construído desde a década de 1990 a luta pela garantia de seu território no Brasil, como estratégia de luta contra a expansão capitalista no campo (SANTOS, 2016).

O MPA é uma organização política, sobretudo das famílias dos agricultores, que surge em 1996 no Sul do país diante de uma necessidade dos camponeses que não encontravam forma de trabalharem em suas propriedades pois, na época, se passava por um intenso momento de seca e se vivia um momento de total escassez de investimento ou apoio por parte do Poder Público, que simplesmente ignorava o campo, situação que várias outras regiões do país também enfrentavam, como a região Sudeste e, sobretudo, a região Norte (GORGEN, 2010).

A construção deste Movimento se deu a partir a expropriação dos agricultores familiares imposta pelo governo neoliberal na década de 1990. De acordo com Gorgen (1998), durante a década de 1990, os pequenos agricultores passavam por uma grande situação política econômica e social, com ausência de políticas públicas e subsídios que viabilizassem a produção. Ocorria neste período também uma forte estiagem nos estados da região sul do Brasil. Este fator climático tornava a situação econômica e social dos pequenos agricultores ainda mais grave (SANTOS, 2016).

O fato que deflagrou este entendimento para os pequenos agricultores foi a Seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul. Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de Sindicatos e da Federação dos Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores (MPA, s/d, p. 01)

Em um dado momento, durante este período, articulado com alguns sindicalistas, organiza-se uma mobilização histórica pela agricultura camponesa no Rio Grande do Sul. Esta mobilização conseguiu arrancar uma avaliação profunda sobre a situação da organização dos camponeses e camponesas, além de revigorar um método de organização das lutas políticas. De acordo com o MPA (s.d), foram organizados cinco Acampamentos da Seca, nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, no RS. Este Acampamento reuniu mais de 25.000 pequenos agricultores, surgindo assim o MPA.



O momento do acampamento no Rio Grande do Sul em 1996 se caracterizou como fundamental, porque deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo, pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do Movimento (SANTOS, 2016, p. 23).

De acordo com Carvalho (2015), no Acampamento da Seca, as reivindicações eram por anistia das dívidas do custeio agrícola da safra dos anos de 1995 e 1996, criação de linha de crédito com subsídio para recuperação da capacidade produtiva, liberação de sementes de milho para alimentação dos animais e anistia de sementes concedidas pelo governo do estado. Conodá (2004) afirma que esta mobilização conseguiu uma linha de crédito para auxiliar os pequenos agricultores chamada de “cheque-seca”, no valor de R\$ 400,00.

Para além do Acampamento da Seca, foram realizadas outras ações de reivindicações por parte dos pequenos agricultores, podemos citar, de acordo com Carvalho (2015), o fechamento da BR – 386, e com a negação do governo do RS a negociação, estes seguiram para a Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, onde enfrentaram fortes repressões. Frente a esta ação dos agricultores, o Governo Federal liberou recursos com juros de 12% ao ano. Esta proposta do governo foi recusada pelos agricultores; conforme afirma o MST (1996), a federação de prefeitos e governo do RS assume cada um 3% dos juros do financiamento.

Neste período, havia uma grande demanda por crédito agrícola. Em julho de 1996, foi lançado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Os pequenos agricultores não se sentiram atendidos com as condições do PRONAF, e por isso voltaram a se organizar com mobilizações em 1997, para forjar “crédito subsidiado, seguro agrícola e fim da política de exclusão dos pequenos agricultores” (COSTA, 2014, p. 63).

Logo após estes acontecimentos, um fato importante na trajetória de formação do MPA, foi o protesto conhecido como “Ferramentaço”, onde os agricultores fizeram protestos com suas ferramentas. Após o Ferramentaço, 11 militantes iniciaram uma greve de fome que durou de setembro a outubro de 1997, esta ação foi pensada para coincidir com a chegada do Papa ao Brasil, evidenciando a proximidade deste grupo com setores da igreja católica (CARVALHO, 2015). Em audiências em Brasília com o Ministério da Fazenda, o grupo obteve crédito subsidiado por meio da criação de uma linha especial do Pronaf, apelidada Pronafinho, para financiamento de custeio com rebote (bônus de adimplência) de R\$200,00, operacionalizada em 1998 (COSTA, 2014).

O primeiro encontro de agricultores, acontece em dezembro de 1996 com agricultores de 07 estados, onde assume-se a construção de um Movimento Nacional de Luta do Pequenos Agricultores, em que trabalha-se a defesa, de acordo com Gørgen (1998, p. 63) “[...] da luta de massa, organização da base, formação política, ideológica e técnica [...]”. Dois anos depois, o MPA realiza seu segundo encontro, onde participam militantes do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Roraima e Minas Gerais. Neste encontro são discutidas as características do Movimento. A partir de então, o MPA passa apresentar uma pauta de nível nacional. De acordo com Carvalho (2015, p. 92)

Além das demandas por crédito e anistia de dívidas e sementes de 1996 e 1997, inclui seguro agrícola subsidiado e preços agrícolas que viabilizem a produção. A pauta começa a trazer elementos da visão de mundo do movimento, pois fala da “agricultura familiar como base para a produção de alimentos para o povo brasileiro” e de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento para o Brasil” que garanta emprego, terra, moradia e educação. Os termos evidenciam a proximidade

ao DNTR/CUT. O MPA posiciona-se contra a política econômica do governo, pede aumento do poder aquisitivo do povo e reforma agrária.

O MPA se estende por quase 17 estados do país nos anos seguintes como um movimento de nível nacional de camponeses que entendem a profunda crise civilizatória a qual a sociedade organizada sob a lógica do capital se encontra, criando a cada dia falsas soluções para suas crises que eleva a níveis brutais a exploração dos trabalhadores, a destruição da natureza e em seus limites ameaça todos os seres vivos.

Este Movimento Popular do Campo busca a valorização e reconhecimento da identidade e da cultura camponesa, tendo como proposta a unidade na diversidade, ou seja, caracteriza-se enquanto luta unificada de classe camponesa, mas considerando que há diversidades camponesas multifacetadas, dentro de uma mesma classe, que se organiza em luta contra o sistema capitalista de produção, que por si só, é excludente e explorador da classe trabalhadora.

Tem como objetivo, assim como todos os Movimentos Sociais Populares do Campo, a luta para garantia do campesinato enquanto classe social historicamente construída, o compromisso de garantir que esta classe não seja esquecida e nem subjugada e, além disso, trabalha em defesa dos camponeses e das camponesas para viabilização de melhores condições de vida e trabalho para os mesmos. Um movimento que se afirma enquanto classe camponesa determinada a cumprir a tarefa histórica de lutar e construir um Plano Camponês como parte do Projeto Popular.

Na Carta no seu Terceiro Encontro Nacional, realizado em março de 2010, em Vitória da Conquista-BA, o MPA afirma que

O capital, amparado pelos Estados Nacionais Imperialistas, e pela sua classe social organizada em nível internacional, a burguesia, tem investido de forma violenta para manter calada a voz dos trabalhadores e de suas organizações que denunciam o projeto de morte e anunciam a urgente necessidade de um novo projeto para a sociedade (MPA, 2010, p. 02).

Diante deste cenário, este movimento camponês, se afirmando enquanto classe camponesa, dispõe-se a cumprir a tarefa histórica de construção de um Plano Camponês, como parte do Projeto Popular, como contribuição para construção de uma sociedade baseada nos princípios do socialismo. Reafirma também o caráter de movimento de massa que luta incansavelmente contra os valores do capitalismo e seu projeto de campo(o agronegócio), “denunciando e impedindo suas ações destrutivas contra a sociedade e a natureza” (MPA, 2012, p. 3).

Partindo do pressuposto de que o território é o lócus das práticas espaciais, é possível afirmar que o pensamento marxista, de acordo com Whitacker (2015), articulado às discussões da “[...] da incorporação de capital natural, tem profunda significância para a interpretação da teoria das crises e dos ciclos econômicos na análise da realidade socioespacial tendo em vista uma aferição sobre a coexistência do capitalismo com propostas completamente antagônicas, como o desenvolvimento sustentável” (WHITACKER, 2015, p. 05).

De acordo com Marx (2011), o modo de produção capitalista transforma tudo que está ao seu alcance em mercadoria, principalmente o que facilita, acelera e potencializa sua capacidade de produção e reprodução. Neste sentido, os recursos naturais se integram a este processo de mercantilização, tanto para fornecer matéria-prima, quanto para potencial energético e ainda como garantia do controle territorial. Frente a este processo de dominação do capital sob os processos produtivos do campo, bem como os recursos naturais, interpreta-se o processo de territorialização do modo de produção capitalista, compreendendo que este é

o resultado de disputas de poder sobre o controle de território, sendo que este acontece através de conflitos para obter a posse, domínio do uso e controle da terra e dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2005).

Whitaker (2015, p. 7) considera o “[...] território como uma totalidade dinâmica e contraditória produzida histórica e geograficamente em ritmos contínuos e descontínuos na relação espaço e tempo e sociedade e natureza”. Neste sentido, a luta do Movimento também é pelo controle do território e pela soberania alimentar, como condição básica à construção do Plano Camponês e do Poder Popular.

Soberania alimentar é

“[...] o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (VIA CAMPESINA, 2008).

De acordo com Casali (2019), além do acesso à terra e água, a família camponesa necessita de elementos importantes para produzir, como soberania genética, sendo estes, sementes, raças e mudas crioulas; soberania cultural, acesso ao conhecimento e afirmação da identidade cultural, controle dos sistemas de agroindústria e mercado. Trata-se de políticas voltadas para a estruturação dos sistemas camponeses de produção, levando em consideração as diversas realidades do campesinato brasileiro. O autor ainda afirma que não se pode pensar a produção camponesa, dissociada de formação técnica e política. Para o mesmo, o MPA saiu da pauta exclusivamente reivindicativa, mais voltada para o campo econômico e das necessidades imediatas, e passa a agregar uma pauta também voltada ao campo político, ou seja, uma pauta que permite uma visão mais ampla e profunda a respeito do campesinato brasileiro (CASALI, 2019).

No campo da produção, de acordo com a Cartilha produzida por um coletivo e organizada pela Direção Nacional do MPA para o I Congresso Nacional do Movimento, realizado em São Bernardo dos Campos, no ano de 2015, a proposta do movimento consiste em produzir alimentos saudáveis, limpos, de qualidade, para garantir a soberania alimentar do povo brasileiro, buscando construir cada vez mais comunidades autônomas a partir dos diferentes modos de vida existente no campo (MPA, 2015). Ao analisar a cartilha, podemos perceber que a produção é uma das principais pautas de luta do movimento, estando esta, no centro da construção do plano para o campesinato. De acordo com este coletivo “não existe vida no campo e nem na cidade sem comida. Sem comida não existe camponês e nem campesinato” (MPA, 2015, p. 11).

Em entrevista cedida a esta pesquisa, a Dirigente Estadual do MPA do ES, coloca que

O MPA surge em 1996, lá no Rio Grande do Sul, numa luta por sobrevivência, a partir do momento que o MPA passa a se organizar enquanto Movimento Social, a primeira luta que fizemos, foi para salvar a nossa produção, então a nossa mensagem política é a luta pelo alimento. Então, quando a gente vai discutir qualquer coisa, a nossa pauta é a alimentação saudável. É produzir comida para nós, porque nós não somos besta, e para os outros ao redor de nós, que não tem condição de produzir comida. Por isso assumimos a política do alimento, ou seja, produção de comida. Paralelo a produção de comida, a gente luta pelas outras coisas que fazem parte da vida comum das pessoas, que seria a luta pela água, a luta pela moradia, luta pela

formação, luta pela educação, todas as lutas que vão fazer a nossa unidade produtiva no campo, para sobreviver dignamente (DIRIGENTE ESTADUAL 1, 2020).

Na Carta do III Encontro Nacional do MPA de 2017, nota-se também na sua pauta a defesa da produção como garantia da soberania alimentar do povo brasileiro, onde a mesma afirma que o MPA se compromete a

controlar nossa atividade produtiva desenvolvendo Sistemas Camponeses de Produção, tecnologias de base ecológica, controlando a comercialização de nossa produção ligando campo e cidade afirmando a necessidade da reforma agrária como condição para a redistribuição da população no espaço geográfico e uma das soluções para crise social e ecológica (MPA, 2012, p. 02).

Em outra entrevista, a Dirigente municipal do MPA de Barra de São Francisco, reafirma que o campo da produção é uma das principais pautas de luta do movimento. De acordo com a mesma,

Um dos caminhos para a continuação da luta, é a produção. Não parar de produzir alimentos saudáveis, a nossa principal bandeira vai ser esta da produção de alimento limpo, livre de transgênicos, comercializados a preço justo para quem compra e para quem produz. A nossa luta vai ser por aí (DIRIGENTE MUNICIPAL 2, 2021).

É importante garantir, como afirma Casali (2019), que da produção até a alimentação, é necessário passar por vários momentos, e necessita de vários elementos como terra, água, sementes, créditos, tecnologias apropriadas, energia, assistência técnica, comercialização, saúde e qualidade de vida, recuperação do meio ambiente, moradia digna no campo etc. Neste sentido, o MPA defende a Agricultura Camponesa por ser um modelo de produção que liberta, respeita a vida, a natureza, com base na agroecologia, na diversificação agropecuária e com sustentabilidade econômica, ou seja, preço justo para quem produz e para quem consome – por isso o movimento vem trabalhando em defesa da aliança campo e cidade.

Como estratégia política, o MPA mantém sua estrutura orgânica com o desenvolvimento de seu trabalho através de Grupos de Base, formados pelas famílias camponesas, sendo esta estratégia de enfrentamento a garantia de resistência a diversas conjunturas presentes no sistema capitalista de produção, sobretudo do capital agrário.

O MPA tem seu próprio jeito de organização, que é chamado de processo de organicidade, pautado pela necessidade do envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte do MPA no processo de decisão, que dará rumos políticos ao movimento. Para que seja possível este coletivo, e todos os camponeses e camponesas se sintam parte do movimento, este mantém sua organicidade através de Grupos de Base, formados por todas as famílias camponesas que fazem parte do movimento. Ou seja, para fazer parte do MPA, as famílias precisam estar agrupadas em grupos de base, pois são nestes que são passadas informações de tudo o que acontece no processo de luta do movimento, onde contribuirão para as discussões e tomadas de decisão das outras instâncias, como a Coordenação Municipal, formada pelos coordenadores dos grupos de base.

A Coordenação Regional também faz parte do processo de organização do movimento, sendo constituída por representantes dos municípios, Coordenação Estadual, esta, é responsável pela organização política, e formação das lideranças. Constituída pelas coordenações regionais, a Direção Estadual, eleita nos Encontros Estaduais, tem como função dar direcionamento político à organização dentro do estado, pois, esta representa o MPA politicamente em diversos momentos importantes, como negociações, imprensa etc. Por último, o movimento conta com a Direção Nacional, em que é constituída por militantes dos estados, indicados em encontro nacional para compor a direção nacional.

Destacamos, com base em Gorgen (2012, p. 493), dentre as principais ações desenvolvidas pelo MPA, “[...] a formação de militantes e de famílias camponesas em temas importantes como a história do campesinato, conjuntura agrícola e agrária, cultura, relações de gênero, poder e classe, desafios da agricultura camponesa [...]”, entre outros temas, que também são abordados na Educação do Campo, com convergência de pensamentos com os Movimentos Sociais Populares do Campo, inclusive o MPA.

A partir de estudos realizados na Cartilha do III Encontro Nacional do MPA, podemos afirmar, que para o movimento, a formação é um processo contínuo de elevar a consciência dos camponeses, de toda classe trabalhadora. “Ter formação, é ter conhecimento. O conhecimento é a nossa capacidade de ter informação, de assimilação e aplicação. Ou seja, entender a realidade e intervir, ter proposta de mudança” (MPA, 2015, p. 13). Em sua prática de formação, o MPA trabalha a partir do método Ação – Reflexão – Ação, ou seja, parte do fato concreto, realiza a reflexão do fato concreto, a partir de estudos do conhecimento acumulado ao longo da história da luta de classes, e parte para uma nova ação, na perspectiva da transformação.

Seminários sobre educação camponesa, realizados em diversos estados, e em parceria com outras organizações do campo, são também temas importantes abordados pelo Movimento e vem ampliando o debate e desenvolvendo ações importantes em defesa ao direito da Educação do Campo, que contemple a realidade dos filhos dos camponeses (GORGEN, 2012).

Ao analisarmos a Cartilha do III Encontro Nacional do MPA, percebe-se que no campo da formação, o movimento defende a unidade ideológica, que venha para tornar comuns as ideias, os valores que queremos cultivar como, por exemplo, solidariedade, companheirismo, coletividade, etc., bem como os princípios da dignidade e protagonismo, produção de alimentos saudáveis, orientação socialista, direção coletiva.

De acordo com entrevista realizada com uma dirigente estadual do MPA do Espírito Santo, é preciso mais formação, conhecimento da nossa realidade, o que possibilitará o aumento da nossa autonomia em todos os aspectos: controle do território camponês, modo de vida, implementação de estratégias de enfrentamento ao sistema capitalista de produção, auto sustentação política, ideológica e financeira (DIRIGENTE ESTADUAL DO MPA DO ES, 2020).

#### **2.4.1 O MPA em Barra de São Francisco**

O MPA chega a Barra de São Francisco através de articulações de sujeitos que já trabalhavam na defesa dos pequenos agricultores no município, e através de outras organizações, como associações de pequenos agricultores, lideranças da igreja católica, que posteriormente viriam a se constituir enquanto coordenação do Movimento. Estes sujeitos participaram de reuniões e formações à nível estadual, para compreenderem o processo de trabalho e a organização do MPA, iniciando assim a formação dos grupos de base no município. Neste sentido, o movimento surge no município de Barra de São Francisco, 10 anos após a sua existência a nível nacional, através de sujeitos que atuavam em outras frentes de organizações sociais no município, como Igrejas e Associação de Pequenos Agricultores.

Estes agricultores e futuros militantes do movimento se dirigiram até Domingos Martins, cidade do Sul do estado do Espírito Santo, para uma formação, onde começaram a conhecer a política do MPA. Esses sujeitos voltaram com interesse de fortalecer o movimento no município, pois algumas pessoas já tinham participado de algumas reuniões, mas não tinham dado continuidade ao trabalho. Ao chegarem, começaram a trabalhar os grupos de base, fazendo visitas às comunidades, conforme informado por um Dirigente Municipal do MPA de Barra de São Francisco, em entrevista concedida para esta pesquisa.

De acordo com o dirigente municipal 01, entrevistado no processo da pesquisa, a motivação para se ingressar no MPA foram as ações firmes do movimento em relação as políticas que devem ser implantadas na agricultura, uma ação de valorização da agricultura camponesa, pois este via as outras organizações do município muito refém dos políticos, faziam o que os políticos orientavam. O movimento tem uma outra visão, que é tensionar para que o Estado reconheça que existe uma necessidade de uma política diferenciada para a pequena agricultura. Vale salientar o que vimos afirmando durante esta pesquisa, que historicamente o Estado faz a opção por garantir as políticas de expansão e domínio do agronegócio no campo brasileiro, deixando os pequenos agricultores às margens dos processos de produção agrícola, com pouca ou nenhuma política de incentivo a agricultura camponesa (CARVALHO, 2016).

Em entrevista, a dirigente estadual do MPA afirma que os Movimentos Sociais, principalmente no campo, foram atropelados. Durante muito tempo acreditou-se que ser camponês é atrasado. “[...]Então historicamente ficamos com as piores terras, no sentido de acessibilidade, por isso estamos nas grotas do país, e mesmo estando nas condições mais perversas de produção, a gente consegue produzir mais de 80% dos alimentos que todo mundo compra por aí”.

A Dirigente Municipal 2 afirma que, hoje organizado em 07 comunidades camponesas do município de Barra de São Francisco, com Grupos de Base estruturados, o MPA trouxe para as comunidades 40 moradias no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). De acordo com a Cartilha desenvolvida para o III Congresso Nacional do MPA, pela primeira vez na história se constrói habitação rural no campo. O MPA, à nível nacional, já construiu milhares de casas no campo brasileiro, e vê a necessidade de construir para todos que precisam. Salienta que essa conquista só foi possível devido a organização e o processo de luta do MPA (MPA, 2015). Desde a chegada do MPA no município, 11 comunidades foram beneficiadas com moradias dignas, mudando também a paisagem da comunidade e a qualidade de vida destes camponeses, conforme mostra o quadro abaixo.

**Quadro 05.** Relação de quantidade de moradias por comunidade camponesa construídas pelo MPA de 2007 até 2015 em Barra de São Francisco.

COMUNIDADE CAMPONESA	QUANTIDADE DE MORADIA
Santa Angélica	06
Itá	05
Vila Poranga	01
Fervedouro	06
São Marcos	03
Itauninhas	02
Itaúnas	02
Vargem Grande	03
Rio do Campo	04
São João do Itaperuna	04
Córrego da Queixada	04
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Autora, a partir de MPA Barra de São Francisco, ES (2015).

No caso do município de Barra de São Francisco, de acordo com relatório das reuniões que aconteciam para discutir e encaminhar os processos das moradias, registra-se que o processo de construção das terraplanagens das primeiras moradias que chegaram ao município, para as famílias dos camponeses organizadas no movimento, foram realizadas em

forma de mutirões, preservando os valores da solidariedade e da coletividade (MPA BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2007)

O dirigente municipal 1, em entrevista, coloca que outras políticas também foram desenvolvidas com o auxílio do MPA, como por exemplo, o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Diálogos dos Saberes entre técnicos agropecuários e agricultores (Programa de Assistência Técnica Rural - ATER); Fortalecimento da Feira Livre; Agroecologia; Fortalecimento da Educação do Campo. Dessa forma, o MPA despertou o sentimento de pertença dos camponeses.

O MPA no município passou por várias experiências desde o início da sua articulação, vários passos foram dados, e muitas famílias mudaram o jeito de produzir, fazendo o processo de transição para a agroecologia. Uma das ações, que consideramos importante no processo de luta e articulação do MPA no campo da produção e da resistência camponesa são os bancos de sementes crioulas, sendo que o uso destas passou a ser potencializado com a chegada do Movimento no município. A prática do Banco de Sementes retornou às famílias camponesas das comunidades do município, onde muitas sementes foram recuperadas e multiplicadas, e realizava-se as trocas em festas do MPA no município (MPA, 2015). O Movimento possibilitou também aos pequenos agricultores que tivessem acesso à assistência técnica, diálogo do conhecimento com as famílias camponesas e acompanhamento na produção das unidades produtivas.

Em entrevista, a Dirigente Estadual do MPA do ES afirma que há a necessidade da continuidade da organização dos camponeses, produzindo comida saudável e alimentando a nação, fazendo a resistência e o enfrentamento às ações do capital e, assim, transformando a estrutura do modo de produção capitalista para um modo de produzir baseado nos princípios e valores socialistas.

No campo das dificuldades que os Movimentos Sociais Populares do Campo enfrentam, sobretudo o MPA, o Dirigente Municipal 01, coloca que as dificuldades são políticas, pois o movimento não é uma política de governo, é uma política popular, e por ser uma política popular, há pouco interesse do poder público em contribuir com o mesmo, pois a independência do pequeno agricultor não é de interesse do Estado, que serve ao capital.

A fim de garantir a independência política/ideológica, o movimento precisa se auto sustentar financeiramente. Vale ressaltar que essa auto sustentação financeira não é apenas para arrecadação de dinheiro, trata-se de uma decisão política que a militância toma juntamente com a base. O Dirigente Municipal 01 ainda salienta que o Movimento enfrenta dificuldades financeiras, sendo esse um dos maiores problemas, pois os programas sociais que contribuía na manutenção do movimento estão sendo desmontados pelo atual governo. Muitos destes programas são propostas do movimento, por isso, muitas vezes, esbarra-se no desânimo de alguns dos militantes (DIRIGENTE MUNICIPAL 01, 2021).

A Dirigente Estadual do MPA coloca que as dificuldades do movimento estão ligadas ao processo histórico, começando pelo acesso à terra - “muitos de nós ainda não temos acesso à terra”, diz. A questão da comercialização também é um desafio para o Movimento; segundo a mesma, os camponeses produzem a comida, porém não conseguem vencer o atravessador. A questão da educação também é colocada como um desafio, pois o camponês foi um dos últimos a receber educação, e quando recebeu, foi uma educação totalmente descontextualizada, que servia somente para formação para o mercado capitalista

Durante a entrevista, questionamos sobre as estratégias que o Movimento tem adotado para enfrentamento da ofensiva de uma política de marginalização que os Movimentos Sociais vêm sofrendo na atual conjuntura, em que estamos passando por governo nada progressista, e que serve claramente ao capital internacional. De acordo com o Dirigente Municipal 01, há a necessidade e reavaliação, o MPA tem buscado reforços até no âmbito

internacional, para o fortalecimento da política do movimento, para romper com a desvalorização e criminalização dos Movimentos Sociais Populares do Campo. Por isso a luta para mostrar que os movimentos não são criminosos e sim propositivos para que as pessoas tenham uma vida digna, e defesa da igualdade social.

Já o/a Dirigente Estadual 02 coloca que uma estratégia que o movimento tem tomado é o empoderamento a partir do conhecimento. Neste sentido, a organização tem aberto o leque para o estudo. Neste último período, priorizou o estudo e o entendimento do inimigo. O limitador neste processo foi a pandemia, pois os estudos foram realizados através de conferências *on-line*, e esta tecnologia não consegue chegar à base mais remota.

Conhecer o inimigo, nos conhecendo, entendendo da conjuntura e do processo histórico. Estamos neste período na retaguarda, nos preparando, tentando aprimorar esta questão da tecnologia. Dizer que nós estamos aqui, não estamos com medo e temos domínio do que nós queremos. A atual conjuntura nos preocupa, mas não nos amedronta, pois o agronegócio e o capitalismo sempre existiu e não vai ser diferente agora.

Neste ano de 2020, a sociedade precisou se reorganizar e se reconfigurar em virtude do Covid-19, um vírus que atingiu grande parte do planeta, não sendo diferente no Brasil e na cidade onde foi realizada a pesquisa, influenciando também na forma de organização dos Movimentos Sociais Populares do Campo, visto que são movimentos de massa, e mobiliza milhares de pessoas. Neste sentido, quando questionamos como o Movimento no município está se articulando antes, durante e após a pandemia no município, tanto o Dirigente Municipal 1 e o Dirigente Municipal 2 colocam que antes da pandemia os Grupos de Base estavam se articulando com reuniões contando com a participação das famílias, e a Coordenação Municipal também estava se articulando e se reunindo na primeira semana de cada mês. Em 2019, estava sendo planejada uma festa em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, porém veio a pandemia e os planos precisaram ser adiados.

Durante a Pandemia as reuniões e os encontros presenciais cessaram, a direção municipal estava conversando através de grupos de aplicativos, para repassarem informações. De acordo com o Dirigente Municipal 01, as famílias organizadas no Movimento não pararam com a produção, continuaram produzindo e comercializando através dos pontos de comercialização, menos o PNAE. Continuaram fazendo o trabalho de entrega de cestas na cidade, com produção de alimentos agroecológicos, com venda via grupo de *WhatsApp*, chamado de “Grupo Campo e Cidade”.

As perspectivas do movimento no município, pós pandemia, parte do princípio de não parar com a produção de alimentos, rearticulação da massa e das coordenações dos grupos de base, bem como a rearticulação dos próprios grupos de base que deram uma enfraquecida no período da pandemia. A intenção é retornar às atividades presenciais, cumprindo todos os protocolos de segurança, para que não corram o risco de contaminação pela Covid-19 (DIRIGENTE MUNICIPAL 02, 2021). Ao falar das perspectivas do Movimento no município, o Dirigente Municipal 01 coloca que o MPA tem muito a construir. Com as políticas de desmonte, a tendência é o avanço da fome e do desemprego. A valorização do campo é uma das maneiras de reverter essa situação, visto que o campo é um espaço de produção de alimentos e geração de emprego e renda.

Para a Dirigente Estadual, as perspectivas em relação ao movimento são muito boas. O movimento tem uma preocupação com o próximo período, pós pandemia. Vem alertando a sociedade sobre uma possível crise da fome ainda maior. Acredita-se que o alimento saudável pode ser um aliado para o enfrentamento da pandemia, alertando que a fome não é um problema que surgiu com a pandemia, esta já existia, e já matava antes mesmo de aparecer o vírus.



Percebemos que há uma preocupação por parte do movimento em relação ao posicionamento do governo sobre a vacina, sendo que esta preocupação também está no campo do acesso à esta, se a mesma irá chegar à todas as camadas da sociedade, principalmente no campo. O movimento e os camponeses vêm sofrendo com a ausência do Estado, nota-se um abandono do governo principalmente em relação aos povos do campo. Neste sentido, o dirigente estadual do MPA 01 reafirma que a produção de comida saudável, conseguindo colocá-la na mesa dos menos favorecidos, será de grande apoio para enfrentamento do vírus neste momento.

Neste sentido, cabe aos camponeses e às camponesas buscar alternativas e trilhar os próprios caminhos para a afirmação do campesinato brasileiro. Para isso, é necessário estar bem organizados, garantindo que a pauta de luta não seja enfraquecida, continuar os processos de produção e reprodução da vida no campo, resistindo e enfrentando as investidas do capital, preservando o campo como um espaço de vida e trabalho, lutando para que o camponês tenha condições dignas de vida neste espaço, dominando o seu território.

#### **2.4.2 O MPA e a Educação do Campo**

Sabe-se que o acesso à Educação sempre foi de forma mais dificultada para a classe trabalhadora, sobretudo à do campo, e que em determinado momento da história essa classe se une para lutar por seus direitos, inclusive à educação (SAVIANI, 2007).

Neste intuito, a Educação do Campo emerge na luta dos Movimentos Sociais do Campo, que sentem a necessidade da oferta da educação para o povo camponês, ao qual esta sempre foi negada. A Educação pautada pelos trabalhadores (as) do campo não é apenas uma formação para o mercado de trabalho e para o consumo, a qual lhes é historicamente oferecida; ela se constitui como um processo que acontece através do trabalho, considerando-os (trabalho e educação) indissociáveis, e estabelecendo uma nova relação entre ambos. É uma proposta diferenciada, que se coloca em uma posição de transformar a educação e a sociedade, propondo uma nova forma de organização das mesmas, que só será efetivada junto à revolução da classe trabalhadora (CALDART, 2011).

Na sociedade capitalista, a educação tem o objetivo de formar os sujeitos para atender a demanda do mercado e serem dominados pelo capital, para reproduzir seus interesses. No Brasil, historicamente, as organizações sociais vêm realizando lutas pela garantia do direito a educação, ou seja, a luta é pelo acesso a um modelo de educação que atenda aos interesses dos trabalhadores. De acordo com Soares (2015), a Revolução Verde no Brasil fez com que aos jovens camponeses fosse destinada a formação para serem técnicos orientado pelo pacote tecnológico, e aos jovens das cidades a formação para trabalhar nas fábricas. E aos filhos dos burgueses, foi destinado o ensino que os possibilite ocupar os cargos mais importantes da sociedade, mantendo assim, a estrutura da sociedade (CIAVATTA, 2005).

De acordo com Manacorda (2002), a constituição das escolas é distinta para a burguesia, para a classe trabalhadora e até para frações dessa classe, de acordo com os interesses específicos do setor produtivo. Para a maior parte da classe trabalhadora do campo, além de uma escola básica precarizada, organizou-se também um sistema de ensino prioritariamente profissionalizante, o que quer dizer que os trabalhadores, do campo ou cidade, foram preparados unicamente para o trabalho manual.

A educação defendida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores é a escola da comunidade que dialogue com a realidade dos sujeitos que estão ali inseridos. De acordo com Casali (2019, p. 64),

o fato de as escolas não estabelecerem diálogo com a realidade, com os símbolos que representam a vida da comunidade, não reconhecendo os conhecimentos que

fazem parte do acúmulo histórico da comunidade, acabam servindo como instrumento para apagar a luz de cada indivíduo. Quando a escola nos individualiza, nos fragmenta e nos reduz a reprodutores e repetidores dos símbolos burgueses, deixamos de sermos indivíduos. Só é gente quem cultiva valores, quem cultiva sementes e quem cultiva gente, porque a terra nos cultiva e nós cultivamos a terra.

O MPA levanta a bandeira da educação, exigindo uma política pública de educação do campo que insira e contemple em seus conteúdos e metodologias o campo que queremos, os camponeses e camponesas que queremos, em que defenda o campo enquanto um espaço de vida, sem o aliar à figura do atraso, desenvolvendo um trabalho pedagógico sob a realidade do sujeito camponês.

O Coletivo Nacional de Educação Camponesa do MPA afirma que

Em seus territórios, onde consolidar as comunidades camponesas e suas diversidades a sobrevivência acontece pela relação com a terra e seus saberes passando de geração para geração, esses camponeses (as) vivem o desafio da “educação letrada”, excluídos de políticas públicas educacionais contextualizada, seja por estarem em comunidades remotas, distantes das cidades (centro da visão dos gestores públicos), onde por ventura se concentram mais escolas. Muitos camponeses historicamente privados do “direito” de estudar, muitos deles não tiveram condições de acessar a escolarização pública, por obstáculos estruturais como distância e mobilidade ou por questões de projeto educacional que negue a condição camponesa. Uma pequena parte com mais condições financeiras buscaram suprir em parte a ausência do direito do ensino público de qualidade (MPA, 2020, p. 01).

De acordo com a Dirigente Estadual do MPA do ES 01, falar de Educação Camponesa é olhar para o campo, e ver que, para além de um espaço de produção, é preciso olhar sua totalidade, e olhar sua importância dentro de um projeto de sociedade, reafirmando que ele tem sua própria identidade, sendo um conjunto de valores fundamentais para o fazer da educação. Consideramos experiências para além da sala de aula. Vale ressaltar que experiências na sala de aula são fundamentais para a construção do conhecimento, para o fazer da ciência e para a construção da autonomia do sujeito; no entanto, a educação do campo é muito ampla, está presente na prática do cotidiano, na produção e reprodução do campesinato.

Ao analisar o Plano Camponês do MPA, podemos perceber que o movimento parte em defesa das escolas do campo, locais, contextualizadas com a realidade dos sujeitos, e que promova o desenvolvimento das comunidades camponesas. Defende uma universidade de acesso dos camponeses, possibilitando que no campo tenha médicos, advogados, arquitetos, professores com boa formação etc (MPA, 2015).

Por muitos anos, a falta de acesso à escolaridade para os camponeses era uma realidade geral; na atualidade, depois de muita luta, alcança-se avanços e conquistas no campo da educação para os camponeses, como ampliação da quantidade das escolas em algumas comunidades camponesas, e a Educação do Campo e Pedagogia da Alternância na educação formal. Vale ressaltar que, mesmo com estas conquistas, ainda se encontram muitos desafios – dentre eles, podemos destacar o desmonte das Políticas Públicas e o fechamento de escolas do campo. Esses são fatores que dificultam o processo da luta pela Educação do Campo.

A dirigente municipal 02 coloca que, enquanto coordenação e direção municipal, no exercício da tarefa de articulação política do movimento, tem a preocupação, e tem sempre buscado informar os pais sobre a importância de manter as nossas escolas do campo. Tem feito o diálogo, estando sempre na luta para fazer algo que impeça que o governo feche as nossas escolas do campo.

Em entrevista, esta mesma dirigente municipal revela que a motivação para ingresso no MPA foi justamente o fechamento da escola de sua comunidade, que seu filho estudava. Ela conta que

Na época fechou quatro escolas, das escolas do estado. Aí fechou sem nem avisar nós pais, quando apareceu um militante da direção do MPA de Linhares, e fez reunião com alguns pais. Na época já existia um grupo de base do MPA de Água Doce porém eu ainda não fazia parte, foi quando ele reuniu com a gente, e fomos pra briga, e conseguimos abrir as escolas novamente, no campo. Uma a gente nunca conseguiu, mas não foi por falta de luta, foi por falta de alunos mesmo, só tinha dois alunos na região, e essa ficou. Escola de Barra Alegre, Córrego da Cambeva e José Lino.

Sobre o processo de fechamento das escolas da região, a mesma conta que

Na época o superintendente regional da educação, reuniu com alguns pais na Vermelha, lá na escola Aladim, e conversou com alguns pais, mas a maioria de nós nem sabia. A maioria dos pais nem sabia que as escolas iam fechar. O representante do Estado informou que iria fechar a escola, pois o estado não tinha condição de manter, tinha dificuldade por serem poucos alunos, e não compensava. Fecharam sem perguntar a comunidade. A partir desta reunião, alguns pais descobriram, nos chamou e conversou com outras pessoas, e aí convidamos o dirigente estadual do MPA para vir, que atuava no setor de Educação, o dirigente do MPA veio e fez uma conversa com os pais, explicando que nós tínhamos o direito de manter as escolas na comunidade, que o fechamento de escola seria muito prejudicial para nós, fechar uma escola é a mesma coisa que acabar com a comunidade. Com isso começamos a entender que era isso realmente que iria acontecer, e começamos com o processo de luta. Nos organizamos e fomos conversar com o superintendente, eram 12 pais e mais dois alunos. Fizemos a conversa com o representante do estado, onde colocamos o posicionamento de que queríamos a escola aberta, o superintendente continuou alegando que iria abrir, e na outra semana mandou abrir a escola.

É importante ressaltar que nem todos os processos de luta contra o fechamento da escola é somente na base da conversa e reuniões. De acordo com a Dirigente Estadual 1, há momentos de a comunidade, juntamente com os Movimentos Sociais que defendem a EC, ter que fazer enfrentamentos mais diretos, como mobilizações nas Secretarias de Educação Municipal e Estadual, para que a escola do campo se mantenha aberta.

Em 2011, o MST lançou uma campanha de denúncia contra o fechamento de escolas no campo brasileiro, a qual foi denominada “Fechar Escola é Crime”, denunciando o fechamento de 24 mil escolas no campo, no período do ano de 2002 até 2010. Este quantitativo correspondia ao fechamento de 3 mil escolas por ano. Em 2013, o governo de Dilma Rousseff sancionou uma lei que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. Trata-se da Lei 12.960, de 27 de março de 2014.

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 28. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.” (BRASIL, 2014)

A campanha não surtiu o efeito esperado, mesmo com a lei aprovada em 2013, que obrigou a realização de consulta às comunidades antes do fechamento de escolas. Embora a campanha não tenha surtido o efeito esperado pelo Movimento da Educação do Campo, considera-se que a aprovação da lei acima citada, foi uma conquista deste movimento, forjada

no mote “Fechar escola é crime”. Um levantamento atualizado, com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica, revela que, entre 1997 a 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro (ALENTEJANO e CORDEIRO, 2019).

**Quadro 06.** Número de estabelecimentos de ensino – Educação Básica

Número de estabelecimentos de ensino – Educação Básica			
Ano	Total	Urbanos	Rurais
1997	222.520	87.921	137.599
2018	181.939	124.330	57.609
Diferença	- 43.581	+ 36.409	-79.990

Fonte: Censo Escolar – INEP (2019)

A partir deste quadro, podemos perceber que os níveis de escolaridade do campo continuam sendo muito inferiores aos da área urbana. Dados do IBGE (2017) revelam que a taxa de analfabetismo no campo é de 7,7%, contra 5,2% nas cidades.

De acordo com o Dossiê da Educação do Campo (2020), “fechar escolas representa um violento ataque à própria humanização da população da nação brasileira. Configura-se um crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, às florestas e às águas” (DOSSIÊ DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2020, p. 398).

De acordo com a Dirigente Estadual, a atuação do MPA frente à política de desmonte da Educação do Campo, principalmente o fechamento de escola, se dá na discussão da Educação em dois âmbitos: o primeiro é educação interna, voltada para o movimento, e o segundo é a educação externa. O processo da educação interna acontece quando o movimento consegue se reunir presencialmente, paralelo aos encontros municipais, estaduais e nacionais, onde trabalha-se com cirandas. Tudo que é discutido com os militantes adultos, adequa-se à metodologia e à linguagem para discutir com as crianças. Também nas reuniões dos grupos de base, sempre há o incentivo de que, paralelo a esta reunião, haja um espaço para as crianças, para incentivar o desenvolvimento da consciência da criança. Agimos para formar a criança dentro da política no movimento.

Externamente, o movimento soma-se a outras organizações, como o MST, a Regional das Associações dos Centros Familiares em Alternância do Norte do ES - RACEFFAES, e a todos que fazem a defesa pela educação. Nas palavras da Dirigente Estadual

[...]E nas nossas comunidades do Espírito Santo, nos últimos 10 anos temos travado lutas enormes junto com as comunidades para o não fechamento das escolas, umas bem-sucedidas, outra nem tanto. Mas a gente tem fechado as comunidades, respaldado os municípios, nesse sentido até quando a gente pode. Mobilizando as famílias para enfrentamento, porque é compreendido assim, o primeiro movimento para fechar uma escola é a consulta a comunidade. Pois o Movimento não tem condição de impedir o fechamento de escola se a comunidade for favorável ao fechamento. Mostrar para a comunidade que ela não pode permitir que as escolas sejam fechadas. É isso que a gente tem feito, conversado com as famílias, no sentido de mostrar que essas escolas não podem ser fechadas, porque se ela for fechada, vai fechar a igreja, vai fechar possibilidade de festa, pois fechando a escola, automaticamente fecha a comunidade. O nosso trabalho é de dar visibilidade e importância aquela escola. Pois quando fala que vai fechar a escola, a comunidade precisa permitir (DIRIGENTE ESTADUAL DO MPA, 2021).

Com as escolas do campo sendo fechadas, torna dificultoso ou praticamente impossibilitado o enfrentamento de problemas existentes no campo da educação em âmbito

nacional como, por exemplo, o analfabetismo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), revela que o Brasil é o oitavo país com a maior população de analfabetos do planeta. Outro problema grave é o acesso e permanência nas escolas do campo e a estrutura e funcionamento das mesmas. De acordo com Kolling e Molina (2020, p. 400),

[...] a Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (CPN/Pronera) cumpre o dever de alertar a todos os setores e âmbitos da sociedade brasileira, em especial a classe trabalhadora organizada que, através de movimentos populares, sindicais e políticos partidários, vem defendendo e reivindicando a EDUCAÇÃO DO CAMPO, laica, de qualidade, socialmente referenciada, direito de todos e dever do Estado[...].

O MPA sempre se mostrou totalmente contrário à política de fechamento de escolas do campo. De acordo com o dirigente municipal 01, há um processo educacional no país muito defasado, onde há a perda de valores. A Educação do Campo é uma alternativa para a construção desses valores, se configurando enquanto educação de verdade e não apenas aprendizagem. Neste sentido, o MPA defende a luta pela Educação do Campo e se posiciona claramente contra o fechamento e a desvalorização das escolas do campo. Na fala do dirigente municipal 01, nota-se que o sentimento do mesmo é favorável ao movimento continuar fazendo o enfrentamento para impedir que este modelo de educação seja eliminado.

Neste sentido, o MPA defende uma escola do campo bem como uma educação voltada aos interesses do povo do campo, pelo fato de ter se discutido nos últimos anos, a educação e a produção enquanto política de sobrevivência. Para o movimento, estas duas bandeiras devem caminhar juntas. A educação perpassa o processo da produção, pois dentro da Educação do Campo encontra-se possibilidade de os jovens permanecerem no campo, visto que a EC valoriza o campo e seus sujeitos, ajudando a compreender que o camponês se constitui enquanto sujeito histórico social, ou seja, trabalhar a EC possibilita o empoderamento dos camponeses e camponesas, valorizando o conhecimento que estes já trazem historicamente.

Ao abordar o tema da contribuição do MPA para o avanço na Educação do Campo, a Dirigente Estadual coloca que o movimento tem contribuído com as políticas de formação interna. Segundo ela, as pessoas que passam pelo processo de formação do MPA recebem uma formação política bastante significativa, além da importância de fazer o debate do empoderamento da mulher, do camponês, do militante no fazer da formação.

O movimento realiza debates junto às comunidades, sobre o domínio do território, sendo essa uma bandeira de luta do MPA. Salientamos que, quando se faz a luta contra um fechamento de escola, automaticamente está se fazendo a luta em defesa do território, ao mesmo tempo que quando se faz a luta em defesa do território, está se fazendo a luta pela Educação do Campo – estes são fatores indissociáveis. O movimento vem contribuindo com a defesa da Educação do Campo, junto ao Comitê Estadual de Educação do Campo (COMECES), e vem alertando e orientando as comunidades, a sociedade como um todo que é necessário resistir, lutar e avançar frente às investidas do Estado para Fechamento das Escolas e desmonte da Educação do Campo.

### 3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES

#### 3.1 Contextualização da Educação do Campo

A luta pela Educação do Campo tem seu início na década de 1980 com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, desde então, reivindica escolas públicas para seus Assentamentos e Acampamentos. A partir da década de 1990, o MST e, mais tarde, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), juntamente com outras organizações sociais, colocam a Educação do Campo como uma de suas principais pautas. O movimento “Por Uma Educação Do Campo” se deu em contraposição as condições desumanas de vida no campo, uma realidade de opressão, injustiça e desigualdade; portanto, é de extrema necessidade uma transformação social estrutural urgente.

As educações tecidas por estes movimentos têm como projeção uma escola que proporcione a apropriação dos conhecimentos sistematizados, própria e apropriada do campo, se materializando em uma prática educativa que considere a realidade dos sujeitos envolvidos neste processo, e que constantemente discuta, questione, valorize, problematize esta mesma realidade. A Educação do Campo está então situada no campo de disputa, e vem se construindo, junto ao processo de construção e fortalecimento das lutas pautadas pelos Movimento Sociais Populares do Campo.

Pretende-se uma educação que vise à transformação da sociedade, sem cair na abstração de fazê-la por si só, mas entende-se que deva ser uma educação do povo, para o povo e com o povo, construído sobre o campo e o povo camponês, desconstruindo o conceito de educação como algo específico do espaço escolar, e articulando-a a vida dos sujeitos envolvidos nesse processo.

##### 3.1.1 Educação Básica do Campo

No decorrer da história da sociedade, a educação se faz presente na vida social do homem, ou seja, sua reprodução social enquanto homem, traz as marcas determinadas pelo modo como produzem sua existência, e quem a determina é o modo de produção vigente. A escola de maneira nenhuma é noutra, se configurando enquanto um aparelho ideológico do Estado, para manter as estruturas e controle social na qual, há uma classe que domina materialmente e ideologicamente, senda está a classe burguesa, que é mantida pelo sistema capitalista de produção (ALGEBAILLE, 2004). Os Movimentos Sociais Populares do Campo, emergem num contexto histórico de lutas e enfretamentos pela de garantia de direitos historicamente negados à classe trabalhadora, sobretudo o direito à terra.

O movimento Camponês é uma unidade em processo de construção, por isso

caracterizado como um situação político-coletivo; é constituído por uma diversidade de formas assumidas pelos movimentos sociais populares, que se organizam para enfrentar os desafios próprios das relações sociais peculiares ao trabalho no e do campo, no Brasil. (RIBEIRO, 2012, p. 460)

O Projeto da Educação do Campo, nasce no bojo da luta pela terra, “traz a marca histórica da participação da diversidade de coletivos e de movimentos, diversidade que o enriquece e lhe confere maior radicalidade político-pedagógica” (ARROYO, 2010, p. 236). A educação pautada como demanda dos camponeses é uma educação que interliga o homem à terra, que traduz uma formação própria e apropriada para os camponeses, pois os interesses dos povos do campo, que tem à terra como espaço de vida e trabalho, é lutar por uma educação de qualidade, sem que o estudante necessite se ausentar do seu espaço, para acessar

uma formação escolar. Nesse sentido nasce o movimento por uma educação do campo, que desponta, como um movimento dentro dos Movimentos Sociais Populares do Campo.

Vendramini afirma que

[...] a educação do campo não emerge do vazio e nem é iniciativa de políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições de sobrevivência de todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Para melhor entender o cenário da educação básica do campo em meio à luta política pelos direitos humanos negados aos povos da terra do Brasil, há que se buscar elementos, eventos, processos e movimentos que contribuam para a constituição dessa realidade.

O I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), realizado em 1997, foi um marco da luta política que demonstrou a insatisfação do MST, bem como de outros atores políticos e de instituições universitárias e científicas, com a educação básica e superior nacional, naquela época destinada às crianças, aos jovens e adultos dos sertões/campo brasileiros (KOLLING e CERIOLLI, 1999; CALDART, 2002).

A rebeldia e resistência como sentimento e a luta pela emancipação é uma marca pedagógica de diversas populações camponesas e urbanas, que estão buscando a educação humanizadora. É exatamente essa o distanciamento Educação do Campo e educação rural. O protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta por acesso a políticas educacionais. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente colonizador, para conter o homem no campo e garantir a vocação agrícola do país (BORGES; VERDÉRIO, 2013).

Nessa perspectiva o governo, procura ofertar políticas públicas de oferta da educação como a criação do ruralismo pedagógico que visa combater o analfabetismo no campo, buscando erradicar o êxodo rural com objetivo de fixar o homem na terra qualificando para o trabalho dentro do projeto de desenvolvimento nacional burguês, desse modo estaria garantida a força de trabalho necessária ao campo. Desta forma, o objetivo do governo estava longe de ser de educar o povo, o objetivo era qualificá-los para o trabalho, dedicando assim a educação plena para a elite e a operacional para os trabalhadores, formando mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, Nascimento aponta que:

Historicamente sabe-se que a educação rural está fora da agenda política do país, seja por parte do MEC ou das Secretarias de Educação dos estados da federação. A educação rural, ignorada e marginalizada, foi reduzida à escolinha rural, à professora desqualificada e às massas de analfabetos. Fica evidente que há muito tempo faltam políticas educacionais referentes à realidade camponesa [...] (NASCIMENTO, 2006, p. 868).

Na década de 90, tomam-se forças as conferências por uma “Educação Básica do Campo”, configurando-se como espaços de produção de conhecimento e de articulação de saberes, cujo objetivo era a participação camponesa na construção de um projeto político pedagógico e de diretrizes operacionais que orientem as políticas públicas para a educação do campo. Visando atender às reivindicações dos movimentos sociais do campo que, desde o final da década de 1990. Surgem, no contexto educacional da década seguinte, o parecer nº 36, de 2001, e a resolução nº 1 (3 de abril de 2002 – “Diretrizes operacionais da educação do campo”).

Diante da demora de implantação das diretrizes, o Governo Lula, por força da pressão e luta organizada dos movimentos sociais populares do campo e instituições diversas, criou,

em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), no âmbito do MEC. Segundo o mesmo, a secretaria teria como objetivo e função pôr em prática uma política que respeitasse a diversidade cultural e as experiências de educação e de desenvolvimento das regiões, a fim de ampliar a oferta de educação básica e de EJA nas escolas rurais e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Sendo assim, as políticas públicas da educação do campo se instalaram no interior de dois ministérios: do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Pronera, e do MEC, por meio da SECADI (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Alguns fatos históricos na EC que demonstram estas conquistas dos atores: a inclusão da educação do campo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, por meio da resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, (CNE/ CEB) (Brasil, 2010) e do decreto presidencial nº 7.326/2010, que institucionalizou o Pronera como ferramenta de implantação de políticas de educação do campo.

Vale lembrar que para a concretização desses programas de governo voltados para Educação do Campo, foram necessárias articulações com outros segmentos do Governo Federal para além do MEC, como por exemplo o MDA, ressaltando que a luta pela educação do campo, está diretamente e organicamente vinculada à questão agrária e a luta pela terra. É importante destacar aqui, que muitos destes programas e secretarias vem sofrendo, no governo atual, com o desmonte das políticas para o avanço da Educação para povos do campo, com por exemplo, a extinção da secretaria que tratava das especificidades e diversidades no campo da educação.

De acordo com Souza (2019) a extinção da Secadi<sup>4</sup> por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, se constitui como um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo.

Para falar em Educação do Campo, é impossível não citar a Educação Rural, que teve um marco importante na história do acesso dos povos do campo à educação. A Educação Rural nasce para atender a demanda do capital no campo, para suprir o déficit de qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho do campo e da cidade. Esta proposta não partiu da necessidade dos camponeses, parte da necessidade da garantia de aumento e melhora da produtividade das grandes propriedades monocultoras de importância para o setor agrícola e para atender a demanda de mão-de-obra para indústria. “As classes dominantes brasileiras, em especial as que vivem do campo, nunca demonstraram conhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. Desta forma, a Educação Rural, em sua gênese, esteve vinculada ao projeto de desenvolvimento do país” (VERDÉRIO, 2011, p.205).

Mesmo com todos os limites encontradas na Educação Rural, não podemos negar sua importância na história da Educação do Campo, pois foi a partir da Educação Rural que começa a se pensar atividades rurais e o governo brasileiro passa a intervir de maneira mais concreta em proposta de políticas educacionais para o meio rural, conforme Calazans (1993, p.27):

---

<sup>4</sup> A atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. Segundo informações no portal eletrônico da Andifes [2] a Secadi foi criada com vistas a “Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.” E desenvolvia ações no campo de “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais” (SOUZA, 2019)



[...] uma educação que reivindicasse a tarefa de tomar o centro da vida da comunidade rural, apertando cada vez mais os vínculos que devem prender a escola e a família, a escola e as populações do campo, estabelecendo o “ajustamento no ambiente regional” em que se desenvolvia o educando, buscando uma formação do sentimento de solidariedade humana.

A Educação do Campo é protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, remetendo às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2010).

Para se contrapor à Educação Rural, a Educação do Campo nasce de uma necessidade dos povos do campo de acessar uma educação vinculada a realidade e que considere cada povo com sua diversidade e especificidade.

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. [...]. (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26)

A transformação da escola rural tradicional, que é distanciada da realidade dos povos do campo, alerta para a necessidade de rever o projeto de educação, bem como a finalidade da formação do sujeito. Neste sentido, Caldart (2009), afirma que para a constituição de uma Educação do Campo, existem dimensões importantes que precisam sofrer modificações, dentre elas: elaborar e cultivar formas e estratégias de trabalho que reúnam a comunidade em torno da escola e em seu interior, construindo com esta uma aliança no enfrentamento de conflitos e na elaboração de soluções para os problemas; superação do individualismo, no processo formativo relacionado a construção do conhecimento e na elaboração de estratégias de trabalho que potencialize a realização das práticas coletivas no lugar do individualismo; superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, buscando construir estratégias de inserir o trabalho nos processos formativos vivenciados na escola.

O Movimento por Educação do Campo é organizado pelos Movimentos Sociais Populares do Campo, que assumiram a luta por uma escola do campo como política pública, com currículo e método vinculado ao trabalho no campo e com estreita relação com o modo de produção e reprodução da vida dos povos do campo, iniciado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terra (MST), como afirma (MOLINA, 2006).

A ideia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do ENERA [...]. No processo de construção dessa ideia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir dessa práxis, começamos a cunhar o conceito de Educação do Campo [...] em 1998.

Contando com a organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, UNESCO e UNB, a Educação do Campo se manifesta no ENERA, que reuniu a militância do MST vinculada ao Setor de Educação, o Movimento ganhou visibilidade porque foi constituído por organizações nacionais e internacionais e Movimento Sociais Populares da luta de classes e sindicais como a Central Única dos Trabalhadores – CUT (AMBONI, 2017).

[...] o tipo de escola, o projeto educativo que ali se desenvolve e o vínculo necessário desta educação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo e de seus sujeitos. Quando dizemos Por Uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 13).

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. Neste sentido, assume a dimensão de luta coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de enfrentamento dentro da política educacional brasileira, e não deixa de ser luta pelo acesso à educação de acordo com cada especificidade e particularidade dos grupos sociais que a compõem.

Após muitas lutas dos Movimentos Sociais Populares e do Movimento Por Uma Educação do Campo, elabora-se estratégias de formação escolar e não-escolar desenvolvidas junto a população camponesa. O Decreto 7.352 de 2010, em seu art. 1º, inciso I, reconhece as especificidades dos povos do campo. De acordo com o este Decreto

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (BRASIL, 2010).

Este decreto foi considerado um grande avanço para o processo de luta da Educação do Campo, pois, reconhece e considera as especificidades dos povos do campo no processo educacional, bem como nas políticas de educação. Agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras e povos da floresta, entre outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Neste mesmo artigo, há a identificação da escola do campo como “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. A Educação do Campo afirma o sujeito camponês enquanto ser social multifacetado e que traz uma unidade na diversidade onde ambas devem ser consideradas.

Quando nos referimos à diversidade do campesinato brasileiro, nos referimos as várias autodenominações regionais, que é consequência desta diversidade cultural e regional, diversidade de etnias e raças e diversidade social, ou seja, quando nos referimos à diversidade do povo camponês estamos tratando, segundo Carvalho (2005)

dos proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poli produtores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (CARVALHO, 2005, p. 68.).

Neste sentido, a Educação do Campo ultrapassa as fronteiras de caracterização das populações do campo, indica uma identidade sustentada em um projeto de economia camponesa com diversas formas de explicitação, que se manifesta mais além da individualidade.

Não podemos deixar de citar aqui, o Dicionário de Educação do Campo, como um instrumento importante de sistematização que contribui significativamente no processo de luta do acesso ao conhecimento que nos foi negado historicamente. Para contribuir no entendimento na relação da história da educação do Campo com a luta pela terra, nos recorremos a Caldart (2011, p.264), onde ela afirma que

A Educação do Campo combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela. Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de modo de vida.

Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis (CALDART, 2011). A Educação do Campo de forma nenhuma é neutra, pelo contrário, desde sua gênese defende os interesses da classe trabalhadora, para que o sujeitos desta, tenham os direitos a uma educação que vai além dos muros da escola, que lhe proporcione uma formação integral, em todas as dimensões humanas, capaz de lutar contra toda forma de opressão, na defesa da transformação social, buscando o rompimento do sistema capitalista de produção, como afirma Freire “a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

Historicamente no Brasil sempre esteve presente o processo de exclusão social, econômico e político, e este processo de exclusão é encarado como algo meramente comum em todos os espaços, por isso reflete nos espaços educacionais, pois este não está separado da sociedade que é de classe.

Como afirma Almeida, Marins e Santos (2012, p.01) “O acesso à terra que nos foi historicamente negado, estrutura por longos períodos da história uma distribuição fundiária arcaica construída para atender os interesses da classe que detém o poder econômico”, ficando estas terras nas mãos dos Latifundiários, permanecendo assim até os dias de hoje.

Neste sentido, cria-se uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade, e de uma visão particular do processo de urbanização. Alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural como adaptação reforçam essa concepção.

De acordo com Gasparin (2012, p. 01) “[...] a escola, em cada momento histórico, constitui uma expressão e uma resposta à sociedade na qual está inserida. Neste sentido ela nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida”. Desta forma, consideramos que pensar a Educação do Campo exige estabelecer métodos de ensino e maneiras de organização da escola, diferenciados dos convencionais, ou seja, promover uma mudança radical na forma escolar instaurada atualmente pela escola tradicional. A educação é um ato social que se desenvolve no cotidiano dos sujeitos, sendo assim a Educação do Campo está impreterivelmente articulada à história e a identidade do povo camponês. Para isso a efetivação da Educação do Campo, exige mudanças em todo processo de organização da escola, desde a gestão até a organização curricular.

O movimento histórico de construção da concepção da escola do campo, faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual, na disputa contra hegemônica (MOLINA; SÁ, 2012). Sendo assim a Educação do Campo coloca-se neste processo de luta por uma educação própria e apropriada do campo, e pela superação do modelo de educação que reproduz a lógica do sistema capitalista. Sendo assim a Educação do Campo se coloca como um direito e como o direito não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria (CALDART, 2002), neste sentido, as escolas pensadas a partir dos princípios da Educação do Campo, propõe superar as contradições do capitalismo e se propõe em construir uma formação crítica dos sujeitos, que possa fazer leitura crítica da realidade em vista da transformação da mesma.

O movimento histórico de construção da concepção da escola do campo, faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual, na disputa contra hegemônica (MOLINA; SÁ, 2012). Sendo assim a Educação do Campo coloca-se neste processo de luta por uma educação própria e apropriada do campo, e pela superação do modelo de educação que reproduz a lógica do sistema capitalista. Sendo assim a Educação do Campo se coloca como um direito e como o direito não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria (CALDART, 2002), neste sentido, as escolas pensadas a partir dos princípios da Educação do Campo, propõe superar as contradições do capitalismo e se propõe em construir uma formação crítica dos sujeitos, que possa fazer leitura crítica da realidade em vista da transformação da mesma.

Desta forma, é nosso dever de educadores – militantes, contribuir na construção de uma escola vinculada aos interesses desses trabalhadores, e que esta escola contribua no processo de transformação da sociedade. Reafirmamos para encerrar que as reflexões aqui expressas não conclusivas. É importante esgotar todas estas experiências que estão na

construção da Educação do Campo, e lembramos que para cumprir seu papel histórico, é preciso caminhar na direção do projeto de transformação da sociedade, estabelecer sua relação com a vida.

### **3.1.2 Emergências da Educação do Campo no estado do Espírito Santo**

A Educação do Campo no Espírito Santo tem aparecido como objeto de estudos e vem sendo bastante citada nas rodas de conversa e nos vários espaços acadêmicos, e com isso vem aparecendo no cenário de lutas por políticas públicas para os povos do campo. Ao longo dos anos, os povos do campo sempre foram colocados à margem da sociedade, tendo assim, grandes dificuldades em acessar direitos que lhes são constituídos por lei, e um desses direitos primordiais é o da educação de qualidade em todos os níveis e que contemple sua realidade.

Antes de adentrarmos diretamente nas questões e experiências da Educação do Campo no estado do Espírito Santo, cabe trazer o perfil dos sujeitos e as especificidades do território do campo capixaba.

Ao nos referirmos as especificidades do território do Espírito Santo e seus sujeitos, destacamos um dos traços mais expressivos em relação a estrutura fundiária, que implica na caracterização destes sujeitos do campo capixaba. De acordo com Neto (2012), é significativa a disseminação de pequenas propriedades rurais, que ocorreu por grande parte do território do ES, inclusive no extremo sul do estado, que segundo o autor, era predominada por latifúndio, hoje ocupada em sua maioria por pequenas unidades de produção agrícola, que dispõe do trabalho familiar. O autor ainda coloca que os dados sobre a estrutura fundiária do ES, evidenciam o desaparecimento de muitos latifúndios, fragmentando-se em pequenas propriedades.

Assim, o território do campo capixaba é formado por sujeitos camponeses e camponesas, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, sem terras, meeiros. Estes são sujeitos sociais, agentes da Educação do Campo, os quais passam por diversos processos de luta, para emancipação e afirmação da sua produção e reprodução política, econômica e social.

#### **3.1.2.1 A Educação do Campo no estado do Espírito Santo**

O Espírito Santo possui como características marcantes da ocupação do seu solo a presença maciça de comunidades de agricultores familiares, a preservação de fragmentos da sua biodiversidade nas áreas de agricultura familiar e a forte organização destas comunidades. Estas comunidades foram formadas pelos encontros e desencontros de etnias em diversos momentos do processo histórico. Diversos grupos de indígenas, africanos e europeus foram grafando a natureza com suas culturas agrárias produzindo saberes, sabores e territorialidades múltiplas que se constituem hoje num rico mosaico que é o território capixaba (COMECES, 2015).

As comunidades camponesas e tradicionais, vem resistindo no campo para reproduzir seus valores, mesmo com tantas investidas e tentativas de desterritorialização encadeadas por políticas públicas e privadas. De acordo com o Relato de Construção do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo

Esta dinâmica é fundamentalmente territorial, pois se constitui de gerações, que ao permanecerem ligadas à terra, possuem como principal patrimônio a manutenção das condições naturais de existência, isto como condição de reprodução das próprias comunidades agrárias baseada principalmente num aprendizado organizativo de base local. Mas ao longo deste processo estes sujeitos sociais aprenderam também a se articular em inúmeras redes buscando uma maior coesão regional para suas ações.

A realidade das escolas das áreas do campo no Espírito Santo, antes da Educação do Campo (EC) virar ponto de pauta nos vários espaços de segmentos da sociedade civil organizada e dos Movimentos Sociais, principalmente do campo, era de escolas totalmente desconectadas com a realidade do estudante, os professores das escolas rurais, mesmo os originários do campo, tem sua formação em cursos cujo sua matriz curricular tem a cultura urbana como referência, atribuindo ao campo a imagem de atraso e vinculando o personagem do jeca tatu ao camponês (RACEFFAES, 2012).

A EC no Espírito Santo passa por dilemas como, por exemplo, o de professores que, quando encaminhados a trabalhar em área rural, encontram uma enorme dificuldade de estabelecer a necessária proximidade das famílias das comunidades. O que se torna ainda mais agravante quanto o professor não tem nenhum tipo de vinculação com os modos de vida de campo. Para contrapor esse cenário, os Movimentos Sociais Populares do Campo vêm construindo o Conceito de Educação do Campo que cultiva, como afirma Molina e Sá (2012, p. 237)

Um conjunto de princípios e valores que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendido este espaço de vida dos sujeitos camponeses.

O MPA no Espírito Santo, junto a outros Movimentos Sociais Populares do Campo, e outras organizações sociais, se fez protagonista na luta em defesa da Educação do Campo, a partir do final dos anos 1990. Entre outras ações desenvolvidas pelo movimento, como combate a expansão do monocultivo, trabalhando com a Agroecologia enquanto princípio norteador da sua produção. O movimento desenvolve ações de natureza pedagógica, como formação dos militantes e de famílias camponesas.

Este movimento vem trabalhando com o Plano Camponês, como principal estratégia de enfrentamento do capital, sendo que este se sustenta em dois pilares, de acordo com Gorgen, (2012, p. 49)

1. condições para viver bem no campo (educação camponesa, moradia digna, espaços de esporte, lazer e cultura, saúde, vida em comunidade, etc.);
2. condições para produzir comida saudável, respeitando a natureza, e para alimentar o povo trabalhador (crédito, assistência técnica, mecanização camponesa, sementes crioulas, comercialização, seguro agrícola, apoio para agroindústrias).

Juntamente com o MPA, outros Movimentos Sociais, entidades sindicais, religiosas e educacionais foram também incluindo a EC em suas pautas de luta. Dentre essas organizações e entidades sociais podemos trazer o Movimento Quilombola, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do ES (FETAES), os CEFFAs e a Pastoral da Juventude Rural.

Em outubro de 2007, o MDA reuniu movimentos populares e poder público para debater questões relacionadas a EC no país. Nesta reunião, decidiu-se a realização de um seminário de EC no Espírito Santo e a produção de um documento que servisse de referência para a discussão em torno da EC no estado. Foi um ano de encontros mensais de um Grupo de Trabalho que ficou responsável por produzir o que havia sido encaminhado. Em dezembro de 2008, foi realizado o Seminário de Educação Escolar do Campo (RACEFFAES, 2015).

Em 2012, finaliza-se os debates iniciados em 2007 no estado, e elabora-se as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Espírito Santo, que foram encaminhadas à Secretaria Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Educação para análise e aprovação. Mesmo havendo uma participação massiva das várias entidades durante o

processo de elaboração do documento, até início de 2020, este continuava no gabinete no Secretário e do Conselho Estadual de Educação (COMECES, 2020). Assim, salientamos que a Educação do Campo no estado do ES continua sendo deixada em último plano, quando não jogada para debaixo do tapete, sendo omitida e anulada pelo sistema de ensino que não contempla as especificidades da EC e não responde as demandas do campo e dos camponeses (RACEFFAES, 2015).

Tratar da EC no estado do ES, é considerar as diferenças, territórios, processo de resistência, lutas, conquistas e alternativa educativas para o campo. As trajetórias históricas das comunidades quilombolas, indígenas, das comunidades dos imigrantes europeus, assentados e acampados da Reforma Agrária, entre outros, colocam a necessidade de reflexão dos direitos e dos saberes dos povos do campo do ES (COMECES, 2007).

No estado do Espírito Santo, pelo fato de quilombolas e indígenas fazerem parte da formação de seu povo, a Educação do Campo estabelece interface com a Educação Quilombola e com a Educação Indígena, tratando estas de dois grupos étnicos que são considerados povos tradicionais. Essas duas categorias de Educação, não se integram totalmente a EC, pois estas podem estar tanto no espaço do campo quanto da cidade, porém o diálogo é aproximado (RACEFFAES, 2015).

O reconhecimento das comunidades quilombolas e suas particularidades histórica, sociais e culturais, é institucionalizado no Decreto n/ 4.887 de 2003, quando realizou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

No Espírito Santo, em 2006, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), na comunidade Quilombola Sepé do Norte, município de São Mateus, para organização da Educação quilombola nas comunidades e apresentar as demandas para o poder público na esfera municipal, estadual e federal. Em agosto de 2014, foi constituído um Comitê Estadual para atuar junto ao poder público para a implementação das diretrizes nacionais da educação escolar quilombola (RACEFFAES, 2015).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Artigo 8, parágrafo 1º coloca que “a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para seu reconhecimento, valorização e continuidade” (CNE, 2012).

Em caráter estadual, a Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE 3.777/2014 dedica um capítulo específico à Educação Escola Quilombola. Neste capítulo são tratadas questões como finalidade, princípios norteadores, organização e oferta, Proposta Político Pedagógica, etc. De acordo com o Censo Escolar, em 2004, no ES registrava-se 14 escolas da Educação Básica localizadas e áreas remanescentes de quilombolas, destas 14, 12 eram em áreas rurais. Já no ano de 2013, o Censo Escolar registrou o aumento para 29 escolas, sendo que 28 eram mantidas pelo poder público municipal e apenas 01 era mantida pelo estado. Dessas escolas, 26 são da área da rural e 03 são das áreas urbanas, apesar de estar localizados em vilas com características do campo. Neste ano estavam matriculados 02 mil estudantes na Educação Infantil e Ensino Fundamental (CENSO ESCOLAR, 2013).

Outra modalidade de educação encontrada no ES é a Educação Escolar Indígena. De acordo com dados do Censo Escolar, registrou-se 1.200 matrículas no Ensino Fundamental e Educação Infantil, sendo 9 escolas. As aldeias indígenas do estado do ES estão localizadas nos municípios de Aracruz. De acordo com Fundação Nacional do Índio (FUNAI) “Os povos indígenas têm direito a educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena”.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB de 1996 prevê indicadores de valorização da cultura indígena. A Resolução CEE/ES nº 3.777/2014 trata a Educação

Escolar Indígena em 16 artigos. Dentre as suas normativas, prevê a elaboração e publicação sistemática de material didático específico.

Embora se tenham normas legais, de acordo com RACEFAES (2015), a educação escolar indígena precisa avançar, necessitando de uma mudança na política educacional indígena. Os indígenas ainda não conseguiram autonomia em seu sistema de ensino, seguindo os padrões da lei nacional.

O MST no ES é um movimento de massa que também traz a preocupação com a educação escolar e articula suas lutas e defesa desta. Mesmo com as dificuldades enfrentadas para a efetivação das escolas, foi possível assegurar a sua permanência até hoje, em áreas de acampamentos e assentamentos em todo o estado, escolas que atendem em sua diversidade, à educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA. As escolas de assentamento possuem uma diversidade de escolarização que possibilita atender as necessidades de cada região e de cada assentamento, considerando suas especificidades e suas particularidades (COMECES, 2007).

Com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento junto com o acesso à terra, as famílias dos diversos assentamentos e acampamentos rurais ligados ao MST do estado, demonstraram anseios pela necessidade em manter a escolaridade dos filhos sem afastá-los do meio em que estavam inseridos, garantindo o direito à escolarização na comunidade local. O MST, através do Setor de Educação e das demandas provindas das famílias, em conjunto com a SEDU, conquistou, em alguns assentamentos rurais do norte do ES, a complementação do ensino fundamental, aderindo ao sistema de alternância, tendo como meta uma educação integrada à realidade do homem do campo (MST, 2015). Assim, “através do Setor de Educação, integrado com os demais setores (formação, frente de massa, direitos humanos, comunicação, gênero, produção, finanças e saúde) os membros do movimento participam ativamente dos debates sobre a administração, a merenda, o transporte e a pedagogia das escolas de assentamentos” (COMECES, 2007 p. 70).

O conjunto do MST compreende e se envolve com as tarefas de educação como uma missão permanente de cada militante. Para o MST, como movimento social que luta pela reforma agrária, pela igualdade social e pela dignidade humana, a formação humana dos indivíduos nesse processo vem se dando historicamente, formando o sujeito social de nome “Sem Terra”, adequando assim as suas necessidades e prioridades educacionais, com o objetivo de proporcionar uma vida mais digna para os trabalhadores rurais. Assim o princípio educativo mais importante da pedagogia do MST é o próprio movimento, em seus vários momentos e processos. (MST, 2015)

A Pedagogia da Alternância (PA) é uma realidade no campo da educação no Espírito Santo, com o desenvolvimento do trabalho nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). É uma pedagogia reconhecida como apropriada para o campo. Vale ressaltar que a PA, Escolas Multisseriadas e Escolas Comunitárias são defendidas pelo MPA. As Diretrizes Operacionais da EC no Espírito Santo, que foram construídas coletivamente, ressaltam que a PA

É recomendada a organização curricular, pautada em pedagogias populares com a Pedagogia do Movimento, bem como outras desenvolvidas nos Centros Estaduais Integrados de Educação Rural – CIER, nas escolas indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais (COMECES, 2014).

Como diz Ribeiro (2010, p. 292) “[...] a Pedagogia da Alternância em tese, articula prática e teoria em uma práxis”. Segundo Caldart (2004, p.101) “[...] práticas pedagógicas certamente cresceriam muito em significados se tivessem por fundamento processos sociais de enraizamento humano”.

### **3.1.2.2 O Comitê Estadual de Educação do Campo – COMECES**



O Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES) é uma organização composta por entidades civis que tratam da Educação do Campo e representantes dos poderes públicos, em um espaço permanente de articulação, deliberação e construção coletiva, entre os movimentos sociais, entidades civis e os poderes públicos para o fortalecimento da Educação do Campo, o campo entendido enquanto espaço tempo de produção de saberes e de uma educação emancipatória. O COMECES tem como finalidade: a instituição um grupo permanente de pesquisa e fóruns de discussões de Educação do Campo; o fortalecimento da Educação do Campo por meio da articulação e construção coletiva levando em conta a diversidade do campo capixaba; Elaborar propostas político-pedagógicas próprias e apropriadas que atendam as diversidades do campo; a participação na elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo no Estado do Espírito Santo; o acompanhamento junto ao poder público da efetivação de Políticas Públicas de Educação do Campo e a articulação junto aos órgãos competentes para que estes garantam espaços adequados para a Educação do Campo, partindo do princípio que este é um direito humano.

O COMECES, tem seu início a partir da organização de um Encontro de EC com Movimentos Sociais e poder público. Foram três dias de discussão acerca da situação da EC no estado do ES. O encaminhamento desta reunião, foi o de organizar um Grupo de Trabalho – GT, o qual teria como função organizar um Seminário Estadual com todos os atores envolvidos com a cauda da EC, ficando também como tarefa deste GT, a elaboração de um documento que fosse referência para o Comitê de Educação que seria composto neste seminário (COMECES, 2010).

De acordo com o COMECES (2010) apud RACEFFAES, (2015), o Seminário Educação Escolar no Campo contou com a participação de 113 integrantes de diversas entidades e Movimentos Sociais, sendo que estes não eram apenas os que trabalhavam com educação, mas também aqueles que consideram a educação como um direito ainda a ser reivindicado por muitos, como o MST, MPA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Observatório de Conflitos no Campo da Universidade Federal do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Agricultura, entre outros, assim como representantes de órgãos oficiais das três esferas: federal, estadual e municipal (COMECES, 2010).

Durante o Seminário foi elaborado um documento norteador do trabalho do Comitê de Educação do Campo e o diagnóstico da Educação do Campo no estado do ES. No último dia do Seminário, este documento foi entregue às esferas: Federal, Estadual e Municipal. O comitê ficou constituído pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado da Educação – SEDU; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Observatório dos Conflitos do Campo – UFES; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES; União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Quilombolas; Movimento dos Indígenas; Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES; Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES; Comissões de Educação do Campo dos Territórios: Colatina, Caparaó e Montanhas e Águas.

De acordo com o Regimento Interno do COMECES, este é uma organização que visa fortalecer a Educação do Campo por meio de articulação e construção coletiva levando em conta a diversidade do campo capixaba, elaborar propostas político-pedagógicas próprias e apropriadas que atendam as diversidades do campo, participar da elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo no estado do Espírito Santo, articular junto aos órgãos competentes para que estes garantam espaços adequados para a Educação do Campo, partindo do princípio que este é um direito humano.

É importante ressaltar que o COMECES, nos últimos quatro anos do governo Paulo Hartung (2015-2018), não conseguiu estabelecer nenhum diálogo com a SEDU e nem o Conselho Estadual de Educação, assim, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo do Espírito Santo estavam arquivadas e foram retomadas neste ano de 2020, após a retomada do diálogo do Governo Casagrande com o COMECES, se comprometendo com em dar prioridade ao plano de ação estabelecido pelo Comitê. A Diretrizes Estaduais paradas há 4 anos, foram construídas coletivamente ao longo de três anos, por especialistas do estado e de âmbito nacional. Em relação a estrutura da Gerência da Educação do Campo, a demanda do Comitê é pela manutenção do diálogo na sede da SEDU, em Vitória, mas ressalta a necessidade de serem criadas estruturas de Educação do Campo nas superintendências regionais.

De acordo com o COMECES (2020), a reabertura das escolas do campo, é uma ação cotidiana do Comitê. Coloca que no início do ano de 2020, o Comitê enviou ao governador a prioridade de reabertura de seis escolas e seis outras turmas fechadas durante a gestão de Paulo Hartung. No governo Paulo Hartung, a municipalização maciça de muitas escolas do campo, forçou o fechamento pelas prefeituras, que alegavam não conseguir mantê-las devido ao custo.

Das ações planejadas pelo COMECES, está o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, extinguidos pelo ex-governador, por Resolução na SEDU, em escolas com menos de 100 alunos, o que na prática dificultava e quase impedia o recebimento de recursos federais e estaduais, o que acabava forçando o fechamento das escolas. Outra ação inconstante do COMECES, é o fortalecimento dos Comitês Municipais de Educação do Campo já existentes e a consolidação do Comitê de Educação do Campo em municípios que ainda não tem essa organização específica de defesa da EC, como é o caso do município de Barra de São Francisco, que passa por uma demanda forte de consolidação de uma organização estruturada para a defesa das escolas do campo do município, conforme veremos a seguir.

### **3.1.2.3 A Pedagogia da Alternância: Aspectos Conceituais**

A PA é pautada por necessidades dos camponeses e construída por eles e, na maioria dos casos, tendo uma participação efetiva da comunidade na gestão escolar, tende a romper com o modelo tradicional de escola e também com a educação rural<sup>5</sup>.

Mesmo que a educação rural esteja presente no campo, como ainda está, seus saberes são impostos por um sistema educacional no qual todas as escolas trabalham o mesmo conteúdo, independentemente do espaço onde estão inseridas, se urbano ou rural. Isso proporciona um estudo padrão, com pequenas variações na parte diversificada do currículo em função das disparidades regionais e/ou climáticas, o que contribui para o ensino de uma Matemática não emancipatória.

As EFAs por serem escolas diferentes, consideradas como um espaço de formação humanista, visam desenvolver um trabalho educativo inserindo o jovem na vida em comunidade, com uma formação profissional e conhecimentos amplos da realidade em que atua. O jovem é visto como um ser ativo capaz de problematizar a realidade em que vive, a fim de superar desafios postos, proporcionando a interação com o meio social, não limitado ao local.

As EFAs em sua proposta pedagógica se preocupam com a formação dos sujeitos, por meio de um ensino que permita mais do que aprender coisas, mas sim, a apropriação dos conhecimentos produzidos ao longo da história por várias gerações, de modo a pensar

---

<sup>5</sup> A educação rural, por meio da educação formal regulamentada pelo Estado, teve início no final do Segundo Império. É uma educação que está distanciada da realidade do trabalho e da vida dos agricultores, pois “tem sido utilizada pelas classes dominantes para manter a classe trabalhadora rural subordinada aos seus interesses”(RIBEIRO, 2010, p.170).

historicamente sua realidade a fim de reagir sobre ela se necessário. Como afirmam Rocha e Passarelli (2007, p. 28) “[...] a educação nas EFAs é um processo de tomada de consciência do vivido a qual se apoia, sobre a análise da realidade que está em torno do jovem e no seu compromisso com esta realidade”.

É por meio de elementos imbricados que se torna possível compreender, assim a PA como um processo também de resistência e empoderamento no mundo rural. A materialização de sua práxis nos cotidianos escolares, familiares e comunitários, acontecem através de sua metodologia e instrumentos pedagógicos, através de sua prática educacional camponesa e praticada a partir da realidades dos povos do campo (CALIARI, 2013).

A EFA, ao ter como princípio norteador do seu projeto educativo a PA, tem buscado alternativas para que os jovens camponeses permaneçam no campo, combinando períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar, oferecendo uma formação integral, na transformação do meio onde está inserido. Ribeiro (2010, p. 293), afirma que “a Pedagogia da Alternância tem o trabalho como princípio educativo de uma formação integral, que articula dialeticamente o trabalho produtivo do ensino formal”.

Adota-se, assim, um método de reflexão sobre a prática, em vista de qualificação da prática, e que exige mediações ou instrumentos de construção, no momento da produção da teoria. Como diz Araújo (2005, p.110),

Da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, a Pedagogia da Alternância se nutre do tripé ação-reflexão-ação, da práxis. O movimento de ir e vir do alternante, de combinar quinze dias na escola e quinze na família/comunidade, possibilita a este pensar a prática e retornar a ela para transformá-la.

É uma formação por meio da organização do tempo numa lógica que possibilite a presença dos camponeses no ensino sem o abandono do campo. É expressão da histórica luta dos movimentos sociais pela permanência da vida no campo e da ampliação de suas condições de vida e trabalho, uma vez que perseguem a possibilidade de se manterem no campo, rejeitando o êxodo rural. Além disso, compreendem a necessidade de garantir o direito legítimo de escolaridade em todos os níveis, numa formação que considere as suas especificidades e que garanta o acesso aos conhecimentos científicos sistematizados pela humanidade.

A organização em regime de alternância de períodos de estudos é admitida, conforme prevê o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). A mesma afirma que:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou, por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso, reduzir o número de horas letivas previstas nesta lei.

Em 2016, foi apresentado um projeto de lei pelo deputado federal Helder Salomão, para incluir a Pedagogia da Alternância na Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto de lei nº 6498/2016, que prevê a inclusão da PA na LDB, está em tramitação no Senado após ser aprovada na Câmara Federal e na Comissão de Educação do Senado. A perspectiva é que esta lei consolide e garanta a prática da Educação do Campo.

De acordo com o Projeto de Lei acima citado, prevê a alteração na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para tornar clara a possibilidade de adoção da “Pedagogia da Alternância” nas escolas do campo. Assim, o Artigo 28, inciso I, da LDB/ 96, onde era “Art. 28 [...], inciso “I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural” (BRASIL, 1996, p. 10), passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 28. [...] “I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância” (SALOMÃO, 2018, p. 27). Tal enunciado embasa legalmente a PA, efetivada nas EFAs e defendida por movimentos sociais do campo.

As experiências em PA, chega ao Brasil em 1968, a partir da experiência italiana, na cidade de Anchieta, região Sul do estado do Espírito Santo. Esse processo foi iniciado com Padre Humberto Pietrogrande, jesuíta que veio realizar uma visita no Espírito Santo, para conhecer seu local de trabalho junto à Companhia de Jesus, conhecendo assim alguns municípios da região Sul do estado, colonizado por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. Impressionado com a situação socioeconômica do povo do campo da região, o padre retorna à Itália, em busca de projetos que pudessem implantar no Espírito Santo (NOSELLA, 2014).

Neste sentido, cria-se o Mepes – Movimento de Educação Promocional da Educação no Espírito Santo, sendo oficializado em assembleia de agricultores, no dia 25 de abril de 1968, tendo como objetivo principal, “[...] a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores” (NOSELLA, 2014, p. 64).

Estabelece-se então uma comissão composta por

[...] representantes da igreja católica, dos/as agricultores/as, da sociedade civil e do governo para acompanhar o processo de implantação das EFAs, tendo início pelo município de Anchieta (1969), seguido por Alfredo Chaves (1969), Rio Novo do Sul (1969) e Iconha (1971). Inicialmente, a experiência ficou restrita a esses cinco municípios da região sul do estado (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Ao perceber que os resultados dos Egressos das primeiras EFAs no estado do Espírito Santo foram exitosos, o projeto começou a se expandir para a região Norte do estado. Assim, em 1972 a experiência chega ao norte do estado, no município de São Mateus, na EFA de Jaguaré e em seguida a EFA Blay em São Gabriel da Palha, EFA de Economia Doméstica do Quilômetro 41, município de São Mateus, e por fim, EFA do Rio Bananal no ano de 1978 (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Nos anos 80, ocorre a terceira fase do processo de expansão. Criou-se a EFA de Pinheiros, no ano de 1985, EFA de Boa Esperança, no ano de 1986, EFA de Chapadinha e EFA de Vinhático no ano de 1988. No final desse período, diferenciando todo o trabalho desenvolvido até então, o município de Jaguaré, por meio do Decreto 444/89, estabelece a criação da Escola Comunitária Rural Municipal (Ecorn), iniciando os trabalhos em abril de 1990 na Ecorn Giral e São João Bosco. Essa se constituiu nas primeiras experiências em Escolas da Pedagogia da Alternância mantida integralmente pelo poder público, com funcionamento no sistema municipal de educação.

Na década de 90, inicia-se o processo de expansão pela via pública das EFAs, com advento das escolas municipais localizadas nos municípios de Ecoporanga, Mantenópolis e São Mateus, com 1 escola e Barra de São Francisco com 2 escolas, sendo uma de Ensino Fundamental e 01 de Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária. De acordo com Oliveira Júnior (2019, s.p), “essas escolas, apesar de municipais, possuíam a mesma

organização e estrutura das escolas do Mepes, sendo inclusive chamadas de EFAs, mesmo já existindo a experiência das Ecorms. Esse modelo de EFA, na esfera municipal, trouxe muitos problemas administrativos aos municípios, dificultando o processo de expansão dos Ceffas pela via pública”.

De acordo com a RACEFFAES (2015), existem algumas iniciativas no estado, para transformar escolas convencionais em escolas comunitárias, ou seja, onde a comunidade local tenha a presença que lhe garanta participação na definição do formato de gestão. O COMECES tem a finalidade história da defesa da Pedagogia da Alternância pela via pública. Com isso, foi se aproximando das demais escolas públicas. Acredita-se em um avanço qualitativo e quantitativo com a opção pela Pedagogia da Alternância pela via pública, as multisseriadas funcionando com a PA.

Beltrán (2000, p. ), alerta que

[...] o público não deve ser confundido com o estatal, menos ainda com um espaço de dominação e subserviência. O público se afirma como espaço onde processos de identificação de interesses comuns e compartilhados, em torno dos quais pessoas e instituições que se comunicam. O “nós”, pleiteado por um espaço público, pressupõe o reconhecimento de todos e de cada um como parte constitutiva desse público, que faz parte e torna sua parte simultaneamente.

Caldart (2011) sustenta a premissa de que é possível perceber indícios de transformação da forma escolar – conteúdos de ensino, relações que acontecem no interior da escola e no trabalho pedagógico, que estão atreladas a dinâmica da vida, são produto de uma configuração histórica – nas práticas e nas reflexões pedagógicas da Educação do Campo. Entendemos ser de extrema necessidade seu estudo e efetivamente do método que essa pedagogia é de fato concretizada para que tenhamos uma compreensão do todo.

### **3.2 A Educação do Campo em Barra de São Francisco**

Em se tratando do histórico educacional do município, de acordo com o Plano Municipal de Educação (2010), em meados do século passado, já existia um bom número de escolas no município, ofertando apenas a primeira etapa do Ensino Fundamental, conhecido antigamente como primário, cujo funcionamento, em sua maioria, era feito por professores habilitados vindos principalmente da capital do estado.

O primeiro estabelecimento de ensino de maior porte construído na sede do município foi o “Grupo Escolar Governador Lindemberg”, no ano de 1950, com ensino de 1ª a 4ª séries. Os primeiros registros oficiais sobre a educação municipal foram em 1977, o documento intitulado “Divulgação das Experiências do Pró-Município”. Este documento, teria o objetivo de buscar diretrizes que viessem nortear o município na solução de problemas no setor educacional, nas séries iniciais, principalmente nas escolas na zona rural. De acordo com este documento, as unidades escolares rurais, neste ano, se encontravam em situações precárias, estando a maioria funcionando em tulhas, paióis, igrejas, porões, embaixo de árvores e lonas improvisadas (SEMEC, 2015).

No ano de 1998 é instalada a Superintendência Regional de Educação na Microrregião Noroeste I em Barra de São Francisco, criada pela Lei Estadual Nº 5.468, de 23 de setembro de 1997. A Superintendência Regional de Educação substituiu o antigo Subnúcleo Regional de Educação, passando a atender cinco municípios de sua jurisdição: Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenedópolis, Água Doce do Norte e Vila Pavão. Neste mesmo ano, o município assina o Convênio de Municipalização do Ensino nº 024/ 1998, firmado entre o Estado do Espírito Santo e o Município de Barra de São Francisco (SILVA e LOPES, 1999).

Assim, a rede municipal passa a integrar 26 instituições de ensino, sendo 13 escolas no campo, 02 creches, 08 pré-escolas, 02 escolas de 1º Grau nas Séries Iniciais e 01 Escola Família Agrícola, totalizando 1.338 estudantes, e a rede estadual de ensino contava com 13 escolas de 1º Grau e 87 escolas rurais, totalizando 9.007 estudantes. Podemos notar que no ano de 1998 havia um número de 100 escolas no campo de Barra de São Francisco (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2015).

Após a Municipalização do ensino, algumas escolas foram nucleadas, formando vários núcleos no campo. O projeto de nucleação evidenciou a fusão de várias escolas multisseriadas que funcionavam em condições precárias. De acordo com o Plano Municipal de Educação (2010), a nucleação foi a saída para atender as exigências do Fundo Nacional de Educação, de no mínimo 50 alunos por escola, para repasse de verbas para o município adquirir material didático, pedagógico e tecnológico, este mesmo documento afirma que as escolas do campo dispunham de uma quantidade mínima de estudantes o que tornava o custo do ensino muito elevado e de baixa qualidade (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2015).

De acordo com Silva e Lopes (1999) “com a fusão, as escolas nucleadas terão professores e salas em cada série, o que permitirá um aproveitamento das aulas bem maior por parte dos alunos, os mais beneficiados do arrojado projeto” (p. 55). Podemos afirmar que esta ação se configura enquanto uma política de fechamento de escolas do campo, assim as escolas do campo foram reorganizadas em 5 núcleos distintos, neste sentido, foram fechadas 15 escolas do campo no ano de 1997 no município de Barra de São Francisco, conforme indica o quadro abaixo.

**Quadro 07.** Nucleação de Escolas do Campo de Barra de São Francisco – ES (1998)

<b>ESCOLAS DO CAMPO</b>	<b>NÚCLEAÇÃO</b>
Escola Municipal Fazenda Sebastião Terto	Núcleo I – Escola Unidocente Poço Azul
Escola Municipal Fazenda Nidinho	
Escola Unidocente Poço Azul	
Escola Pluridocente Barra do Itá	Núcleo II – EMPG José Lourenço Andrade
Escola Pluridocente Barra do Rio Preto	
Escola Pluridocente São Manoel	
Escola Unidocente Córrego do Sapucaia	
Escola Unidocente Córrego Bom Fim	
Escola Unidocente Córrego do Coelho	
Escola Unidocente Fazenda Cleto Ceciliano de Paula	
Escola Pluridocente Córrego Areia Branca	
Escola Municipal de Primeiro Grau José Lourenço Andrade	
Escola Unidocente Córrego do Miracema Pequeno	
Escola Pluridocente Córrego do Bambé	
Escola Pluridocente Miracema	Núcleo IV – EP Córrego Miracema
Escola Pluridocente Córrego Miracema	
Escola Municipal Córrego do Pacote	Núcleo V – Escola Municipal de 1º Grau Córrego do Engenho
Escola Pluridocente Córrego do Coqueiral	
Escola Pluridocente Córrego do Engenho	
Escola Municipal Córrego do Engenho	

Fonte: Autora a partir de Silva e Lopes (1999).

A política de nucleação escolar das escolas do campo está intrinsecamente ligada a política de municipalização do ensino fundamental, distanciando a escola e a educação da realidade dos estudantes anulando qualquer perspectiva de uma educação para o povo camponês. Para Rodrigues (2017, p. 04) “desvincular as crianças e os jovens da comunidade e da escola pode provocar o desenraizamento da cultura local e de pertença ao grupo. A escola não pode negar a cultura local e a pertença a um grupo social com suas particularidades”.

De acordo com Tafarel e Munarim (2014), nos últimos 15 anos foram fechadas mais de 37 mil escolas à nível nacional, sendo a maioria destas localizadas em espaços rurais. O processo de nucleação de escolas do campo, advindo principalmente da municipalização do ensino e da falta de políticas públicas de atendimento aos povos do campo, foi causando o fechamento de milhares de escolas do campo nas últimas décadas bem como o esvaziamento do campo (MATOS, SOUZA e MUNARINI, 2018).

Com as escolas do campo sendo fechadas, torna dificultoso ou praticamente impossibilitado o enfrentamento de problemas existentes no campo da educação em âmbito nacional, como por exemplo, o analfabetismo. A UNESCO revela que o Brasil é o oitavo país com a maior população de analfabetos do planeta. Outro problema grave é o acesso e permanência nas escolas do campo e a estrutura e funcionamento das mesmas, de acordo com o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC (2020, p. 399)

[...] recorrendo ao relatório sobre “Educação Para Todos no Brasil – 2000 – 2015”, editado em 2012, bem como o II PNERA – Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vamos constatar que o FUNDEB, Salário Educação, FNDE – Fundo Nacional de Educação, Pagamento Piso Salarial dos Professores, entre outras medidas são insuficientes para garantir a infraestrutura e o bom funcionamento das escolas, o que requer medidas estruturantes para que a escola do campo, avance e cumpra a sua função social de garantir as crianças, os jovens e os adultos do campo o acesso ao conhecimento científico, clássico para que sejam desenvolvidas as funções psíquicas superiores no âmbito do currículo escolar.

Nas conversas, no momento das entrevistas, com as famílias dos estudantes de escolas do campo do município, quando questionamos sobre o fechamento de escola do campo, percebe-se na fala das famílias, tanto as que participam do MPA, quanto as que participam de Associações, que o posicionamento é contrário a estas políticas de fechamento de escola. De acordo com a Família de Estudante de Escola do Campo 2, “primeiramente não queremos nossos filhos dentro de um transporte escolar, indo estudar distante de casa, sendo que tem uma escola perto de casa, onde ele pode ir andando, em segundo lugar, não quero meu filho aprendendo valores que diminuem o campo e os agricultores, e por último, se acaba com a escola, acaba com a vida da comunidade.

Vale salientar aqui que o fechamento da escola aliado a política de nucleação leva a necessidade do uso do transporte escolar. De acordo com a RACEFFAES (2015, p 83)

O uso do transporte escolar para a população do campo significa, sem dúvida uma alternativa para que as crianças e jovens residentes em áreas isoladas possam ter acesso à escola. No entanto, a sua associação à política de nucleação, transformou o que seria uma garantia de direito à educação em uma inadequada compensação pelo deslocamento de grande número de estudantes para longe de suas comunidades de residência. A proliferação do uso de transporte escolar para dar sustentação à nova organização das redes, tem transformado o caminho para a escola em um percurso de grandes riscos para milhares de crianças e jovens pelas precárias condições das estradas sem pavimentação, pelo perigo das grandes rodovias e áreas desabitadas do campo, e pela precariedade dos veículos utilizados para este fim.

Para o INEP, a oferta do transporte escolar tem sido ponto de pauta de um grande debate: de um lado, temos os movimentos sociais defendendo uma política para garantir a permanência do pequeno agricultor no campo, com condições dignas de vida e trabalho, assegurando a posse da terra para aqueles que desejem cultivar a mesma; por outro lado, aparece o transporte escolar atuando em sentido inverso, levando os filhos dos agricultores para os núcleos urbanos (INEP, 2007). A associação da política de fechamento de escolas do campo ao uso do transporte escolar, de acordo com o documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012, p. 149) “ao invés de possibilitar o acesso à escola, pode dificultá-lo; ao invés de encurtar a distância percorrida a pé pelas crianças, pode aumentá-la; ao invés de diminuir o tempo necessário para chegar a escola, pode estendê-lo”.

Ressaltamos aqui, que o grande problema não é o transporte escolar em si, mas a distância que o mesmo precisa percorrer para levar os estudantes do campo para os centros urbanos. A necessidade de transporte escolar continuará existindo, considerando que existem estudantes que ainda residem a uma distância considerável da escola, mesmo que esta seja do campo. Defende-se, assim, que o tempo de viagem não seja demasiado longo, no trajeto entre residências e escola.

Se por um lado nota-se no município uma política de fechamento de escolas do campo, por outro lado surge no município uma experiência educacional, com princípios da Educação do Campo, que vem para fortalecer e valorizar os filhos dos pequenos agricultores, ofertando uma educação que considerasse a realidade dos povos do campo do município. Refiro-me ao surgimento da Escola Família Agrícola Normília Cunha dos Santos, a primeira escola na modalidade Pedagogia da Alternância de Barra de São Francisco. Esta escola foi construída através da organização dos pequenos agricultores do município, que queriam uma educação que contemplasse sua realidade e suas especificidades, que educasse seus filhos para permanecer no campo.

A construção da história da EFA “Normília Cunha dos Santos” está cheia de experiências e espaços coletivos que marcaram profundamente transformações político-econômico-cultural. Em vista de construir uma sociedade mais justa e solidária e comprometidas com a população menos favorecida. Levando em consideração as diversas necessidades, houve um anseio muito forte da população do meio rural e das diversas lideranças de iniciar uma escola do “Povo para o Povo”. Com coragem e determinação, Padre Fernando Vitalle, da Paróquia de São Francisco de Assis, o grande articulador deste projeto, e parte da população francisquense, começaram a dar os primeiros passos rumo à sonhada escola para as crianças e adolescentes rurais.

Padre Fernando Vitalle, não vendo outra saída, começa a ir de casa em casa pedindo contribuições para a aquisição do terreno para a implantação da escola. Nem todos tinham condição que colaborar com dinheiro, portanto nada era rejeitado, tudo o que vinha era bem-vindo. Assim, foi realizado diversos leilões, rifas e campanhas nas colheitas de café, com o intuito de arrecadar recursos para concretizar o início deste projeto (PPP DA EFA NORMÍLIA CUNHA DOS SANTOS, 2019).

Já no início da década de 1980, o terreno para a implantação da EFA foi adquirido. Era uma área de 11 hectares que foi vendida pelo Senhor Geraldo Cozer na comunidade Córrego Queixada, próximo à sede do município de Barra de São Francisco. A preparação do terreno para plantio e organização da infraestrutura, foi realizada com mutirões organizados pelas igrejas e associações de moradores das zonas rurais.

Padre Fernando Vitalle e os agricultores locais iniciaram a construção do prédio escolar que logo foi necessário paralisar por falta do engenheiro civil. Com a saída do Padre Fernando as obras ficaram paralisadas. Depois de vários anos levantaram novamente a bandeira de luta para a construção da EFA “Normília Cunha dos Santos”, através de um grupo organizado. Tiveram, na liderança deste movimento, indivíduos de organizações como a PJ



(Pastoral da Juventude), Associações locais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e Câmara de Vereadores (principalmente, vereadores que conseguiram garantir a EFA na Lei Orgânica do município). Após a lei aprovada, o município teve o prazo de 1 (um) ano para realizar a construção. Com a licitação pronta, a EFA “Normília Cunha dos Santos” começa, de pouco a pouco, a ganhar forma, e em 1991, com muita gratificação e alegria, o prédio escolar é, enfim, concluído. Em 18 de novembro de 1991, os agricultores do município e pessoas da comunidade local mobilizaram e iniciaram uma associação de pais e agricultores cujo nome ficou definido como APERBA (Associação Promocional de Educação Rural de Barra de São Francisco).

Em 1992 a escola não iniciou seu trabalho pedagógico devido a questões políticas, porém a luta não foi em vão, no dia 02 de agosto de 1992 a EFA “Normília Cunha dos Santos”, conforme o Ato de Criação a Lei 058 de 23/0692, foi finalmente inaugurada. Em março de 1993 suas portas se abrem para receber 02 (duas) salas de aulas lotadas, com o total de 51 (cinquenta e um) estudantes (PPP DA EFA “NORMÍLIA CUNHA DOS SANTOS”, 2019).

Porém, os problemas e as dificuldades eram demasiados, pois, a água potável era trazida de carro pipa, da cidade para a escola, pois ainda não havia canalização de água potável. Além disso, haviam outras limitações, uma delas era falta de apoio dos órgãos públicos, que não confiavam muito na proposta da escola. No entanto, a associação APERBA, comunidades, pais, monitores, estudantes foram valentes, e mesmo com todas essas dificuldades não desanimaram, seguiram seu trabalho com muita garra, perseverança, diálogo e muita organização, conseguindo superar os vários obstáculos.

Além disto, esta escola surgiu a partir da necessidade e organização de camponeses do município e de outros da região, pois buscavam uma educação que atendesse às especificidades dos jovens camponeses. Já havia, desde 1993, uma EFA no município, mas esta só atendia as séries finais do Ensino Fundamental (EF). Com o passar dos anos, as turmas do EF desta EFA concluíam o curso e seus egressos, para continuarem seus estudos e por não terem uma escola de Ensino Médio (EM) em regime de alternância no município, tinham que se deslocar para outro município que tinha uma EFA de EM ou ingressar numa escola em regime regular.

Em maio de 2004 foi realizada uma assembleia para socializar o projeto da EFA e criar uma Comissão Representativa dos Agricultores para dar os primeiros passos em sua execução. Em julho do mesmo ano, em reunião com o Secretário Estadual de Educação, o projeto foi socializado e discutido, bem como uma possível parceria nos aspectos de manutenção e construção. Em setembro de 2004, ocorreu uma assembleia para socializar as atividades e trabalhos realizados pela comissão, com a participação e orientação da Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES). Nesse momento, foi discutida e decidida a ideia de criação da Escola Família Agrícola de Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Agropecuária “Jacyrá de Paula Miniguite”, em Barra de São Francisco (PPP DA EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE, 2019).

Na Educação do Campo e Pedagogia da Alternância a escola está sempre preocupada com o desenvolvimento geral e integral do estudante, preparando o estudante para uma vida cidadã justa e digna, baseado no princípio da PA, transformando a vida em escola e a escola em vida, de acordo com a realidade sócio-cultural do meio onde nasce, se desenvolve e se insere, respeitando assim o princípio pedagógico da “Primazia da vida sobre a escola”. Confrontando a realidade vivenciada com os conhecimentos técnicos científicos gerando reflexão para a tomada de consciência e ação transformadora (PDI EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE, 2019).

Em entrevista, a Família de estudante da escola do campo 1, participante de Grupo de Base do MPA, ao ser perguntada sobre o que conhece sobre a Educação do Campo, coloca que a Educação do Campo foi construída a partir da luta dos agricultores, que não tinham uma educação própria e apropriada do campo. Coloca ainda que a Educação do Campo possibilita que os filhos tenham uma educação voltada para a realidade do campo, valorizando os pequenos agricultores (FAMÍLIA DE ESTUDANTE DE ESCOLA DO CAMPO 1, 2021).

Já a Família de Estudante das escolas do campo 4, participante da Associação de Pequenos Agricultores da comunidade, relata que o conhecimento que traz sobre a EC é que é uma educação que não incentiva o jovem a sair do campo, pelo contrário, trabalha um campo de princípios e valores, defendendo o trabalho do camponês. Coloca ainda que o filho estudou a vida toda em escola do campo, e não se arrepende por isso, pois hoje o mesmo valoriza e trabalha no campo juntamente com a família.

Podemos apontar que o avanço na trajetória da Educação do Campo em Barra de São Francisco foi o reconhecimento das Escolas do Campo enquanto especificidade. Cria-se um setor de Educação do Campo dentro da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC e na Superintendência Regional de Educação do estado do Espírito Santo. Esses setores dentro destas duas instituições são responsáveis em garantir o funcionamento e orientar os professores do campo. O limitante é que, embora estejam em setores específicos destas secretarias, já houve tentativa de fechamento de escolas do campo no município. Estamos falando de escolas tanto estaduais quanto municipais do campo de Barra de São Francisco – algumas foram fechadas, outras, só não foi possível seu fechamento, devido a articulação das famílias, da comunidade com a contribuição do MPA nos debates e processos de enfrentamentos.

O Plano Municipal de Educação de Barra de São Francisco, 2014 a 2024, traz a Educação do Campo com embasamento legal, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que determina em seu artigo 28

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação ao calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho da zona rural.

A Educação do Campo, consta também no Regimento Comum das Escolas de Educação Básica do município de Barra de São Francisco, onde em seu artigo 19, este prevê que

A educação do campo que ocorre nos diferentes níveis e modalidade de educação, tem por objetivos: I – valorização da cultura camponesa em sua relação dialética com o contexto nacional e/ou global; II – a afirmação da realidade e dos saberes camponeses; III – a compreensão da organicidade dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade; IV – o fortalecimento de uma relação dialógica entre escola e comunidade; V – a oferta de uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social.

As diretrizes norteadoras do Plano Municipal de Educação de Barra de São Francisco, no que tange a Educação do Campo, partem do princípio da construção de um pressuposto educacional que seja capaz de refletir sobre a realidade da população do campo, articulando políticas específicas para a inclusão da comunidade camponesa na educação escolar (SEMEC, 2015).

De acordo com a família de estudante da escola do campo 3, a partir do momento que a família vivencia a educação do campo, percebem que os filhos não aprendem apenas teoria, mas a prática também, “pois a Educação do Campo, valoriza o conhecimento que a gente carrega, porque ela mostra a realidade do agricultor, de quem mora no campo, trabalha no campo, para quem vive no campo, para quem coloca alimento na mesa da família”.

Ao analisarmos o Plano Municipal de Educação, percebemos que o documento traz a necessidade de criar novas teorias educacionais, com uma pedagogia própria do campo, de forma que evite a contínua expulsão do homem do campo para centros urbanos. A rede municipal de ensino coloca que, em atendimento a legislação, na oferta da educação básica para a população rural, sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, nas palavras do Plano Municipal de Educação, especialmente quando

- a) Aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- b) À organização escolar própria, incluindo (se for o caso) adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- c) A adequação à natureza do trabalho na zona rural.

De acordo com a pasta responsável pelo Setor de Educação do Campo, na Secretaria Municipal de Educação do município de Barra de São Francisco, entre os objetivos do Plano Municipal de Educação está o de organizar, implementar e supervisionar as políticas públicas permanentes destinada a melhorias das escolas do campo, respeitando suas peculiaridades, para que seja possibilitada a permanência do homem no campo, em seu espaço de vida, produção e reprodução, evitando assim, a contínua migração da população rural para a área urbana do município, sem nenhuma forma de planejamento (SEMEC, 2021).

No município de Barra de São Francisco, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, existem 22 escolas no campo, sendo 08 da rede estadual, conforme quadro abaixo:

**Quadro 08.** Escolas do Campo do município de Barra de São Francisco: Rede Estadual

<b>Escola</b>	<b>Localidade</b>
EEEF Antônio Cirilo	Córrego do Denzol
EEEF Itá	Córrego do Itá
EEEF José Lino	Córrego do Rio do Campo
EEPEF Córrego Fervedouro	Córrego Fervedouro
EEUEF Córrego do Fagundes	Córrego do Fagundes
EEUEF Boa Esperança	Córrego Boa Esperança
EEUEF Fazenda Barra Alegre	Fazenda Barra Alegre
EEUEF Itauninhas	Córrego Itauninhas

Quadro elabora pela autora, a partir do Plano Municipal de Educação de Barra de São Francisco (2015).

Já na rede municipal de Barra de São Francisco, as escolas do campo correspondem a 14 escolas, conforme mostra quadro abaixo:

**Quadro 09.** Escolas do Campo do município de Barra de São Francisco: Rede Municipal de Educação

<b>Escola</b>	<b>Localidade</b>
EFA Jacyra de Paula Miniguite	Córrego do Recreio
EM Cabeceira de Santo Antônio	Córrego Cabeceira de Santo Antônio
EM Córrego do Engenho	Córrego do Engenho
EM Fazenda Barbosa	Fazenda Barbosa
EM Fazenda Geraldo Cozzer	Fazenda Geraldo Cozzer (Fechada em 2019)
EM Fazenda Itaúnas	Córrego Itaúnas (Fechada em 2019)
EM Evandra Chaves de Oliveira	Córrego Alto Paulista
EMFA Normília Cunha dos Santos	Córrego Queixada
EM Otto Saar	Córrego do Itá
EM Poranga	Vila Poranga
EM Santa Angélica	Córrego Santa Angélica
EM Santa Tozzi de Palma	Córrego das Palmas
EM Vargem Grande de Itaúnas	Córrego Vargem Grande de Itaúnas

Quadro elabora pela autora, a partir do Plano Municipal de Educação de Barra de São Francisco (2015).

No Plano Municipal há trechos que citam a PA, no item Metas e Estratégias. De acordo com o documento, uma das metas é garantir para os professores, formação específica para a educação do campo em consonância com a PA, respeitando os requisitos estabelecidos a esta modalidade de ensino. Vale ressaltar que os professores das EFAs participam de formação continuada ofertada pela RACEFFAES ao menos uma vez ao ano, estando garantido no calendário escolar com aprovação da Secretaria de Educação. Por outro lado, há um ponto limitante, pois o rodízio das equipes de professores, tanto das EFAs quanto das escolas do campo, atrasam e defasam o processo de formação dos estudantes e dos próprios professores na PA e na EC. O processo de contratação do professor é via processo seletivo, com edital, porém, há a inexistência de processo seletivo específico para as escolas do campo e para as EFAs. Neste sentido, muitas vezes professores totalmente desvinculados com o campo e com a realidade dos estudantes acabam pegando aula nestas escolas.

Outro fator importante a se considerar, no que diz respeito a Educação do Campo dentro do Plano Municipal de Educação, é que outra meta citada no documento é “expandir a Educação do Campo criando novas instituições que adotem a Pedagogia da Alternância e as especificidades para os povos do campo” (SEMEC, 2015). É importante lembrar aqui que todo o suporte citado acima pela Secretaria Municipal de Educação, representando o poder público municipal, só está garantido no papel, ou na teoria. Na prática, os fatos acontecem de maneira contraditória.

Referimo-nos a esta última meta citada logo acima, sobre a política e expansão da educação do campo, bem como da Pedagogia da Alternância no município de Barra de São Francisco, pelo poder público municipal. Se no documento está escrito que a expansão da PA e da EC são metas, na prática acontece o contrário. Vimos cada dia mais escolas do campo sendo fechadas pelo município, sem consulta a comunidade, o que é proibido por lei, e a Pedagogia da Alternância sendo cada vez mais minada e impedida de realizar seu trabalho

pedagógico, por ter que responder a burocracias impostas pelo sistema educacional e pelo poder público municipal.

Se hoje são 22 escolas no campo, vale salientar que este número já foi muito maior, e ainda seria, se não fosse a política criminoso de fechamento de escolas do campo, obrigando os filhos dos camponeses entrarem em um transporte escolar, se deslocando quilômetros de sua casa e sua comunidade, sendo obrigado a conviver com culturas e saberes totalmente descontextualizados da sua realidade.

A pauta unificada dos Movimentos Sociais Camponeses, intitulada na luta pela Educação do Campo no Espírito Santo (2016), fruto de intensas discussões e debates dos movimentos sociais populares do campo do estado do ES, expressa os debates em emabates que vêm sendo empreendidos desde 2004, quando ocorreu a II Conferência Nacional Por Uma Educação o Campo, onde estiveram reunidos movimentos sociais e sindicais camponeses e demais entidades que possuem práxis na área (COMECES, 2016). Nesta pauta defende-se o não fechamento das escolas do campo e reabertura das que foram fechadas irregularmente: o direito a educação e o cumprimento da legislação vigente. Chama ainda o poder público do estado e dos municípios para a reponsabilidade de manutenção do funcionamento regular de escolas do campo, indígenas e quilombolas nas comunidades onde haja demanda por escolarização de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

É importante ressaltar aqui que, nos anos de 2017 a 2020, acreditava-se, por parte das EFAs e das famílias dos estudantes, que seriam anos de avanço da Educação do Campo no município, pois o governo municipal era de uma frente progressista, sendo que o representante do executivo, era professor, monitor de EFA, com uma formação bastante concisa no âmbito da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância, por isso acreditou-se que o diálogo seria facilitado e o avanço da EC e da PA seria certo. Mas o que ocorreu foi o contrário das expectativas: não só não houve avanço da EC e nem da PA, como houve fechamento de Escola do Campo e tentativa de fechamento da Escola Família Agrícola Jacyra de Paula Miniguite desde o primeiro até o último ano do governo municipal de 2017/2020.

Frente a ofensiva de tentativa de fechamento da EFA, as famílias, juntamente com o Comitê Estadual de Educação do Campo, MPA e equipe de monitores se organizaram e travaram uma luta que está durando 4 anos, para impedir que mais uma escola do campo seja fechada. No tópico seguinte abordaremos de forma mais consistente essa investida do poder público no fechamento desta escola.

### **3.2.1 A EFA Jacyra de Paula Miniguite: resistência da comunidade frente à ameaça de fechamento de escola do campo**

A EFA Jacyra de Paula Miniguite nasce por reivindicação das famílias da EFA Normília Cunha dos Santos, por esta ofertar apenas as séries finais do Ensino Fundamental. Quando os estudantes terminavam a 8ª série, hoje o 9º ano, não tinham uma escola no município para que pudessem continuar os estudos na modalidade Pedagogia da Alternância, tendo que se dirigir para escolas urbanas ou se deslocarem para outros municípios que ofertavam o Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio.

A EFA Jacyra de Paula Miniguite é uma instituição pública municipal, vinculada a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Está situada na Rodovia Barra de São Francisco x Ecoporanga KM7, Córrego Recreio - Zona Rural, Barra de São Francisco-ES. Ela está inserida em uma comunidade essencialmente rural, agrícola e pecuária. A Escola recebeu o nome “Jacyra de Paula Miniguite” para homenagear uma Camponesa que sempre lutou pelo campo, uma senhora que admirava a educação do campo. Atualmente, suas filhas são todas educadoras, atuaram por muitos anos em escolas do município.

A Escola trabalha na modalidade Pedagogia da Alternância, que tem como princípio a formação integral do sujeito, alternando tempos e espaços entre sessão e estadia. Além da formação geral e profissional, leva em consideração todas as dimensões da pessoa, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante, através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida/Profissional junto à família e ao meio em que vive. Atende alunos do Ensino Fundamental (séries finais - 6º ao 9º ano) e do Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária (1ª a 3ª série).

O foco da Pedagogia da Alternância desenvolvido pela EFA é o estudante como centro e sujeito do processo educativo situado no seu meio; estabelece como necessário que o camponês se aproprie dos serviços públicos que lhes são de direito, e que possam atender as suas reivindicações na luta e conquista de sua cidadania.

Em maio de 2004 foi realizada uma assembleia para socializar o projeto da EFA e criar uma Comissão Representativa dos Agricultores para dar os primeiros passos em sua execução. Em julho do mesmo ano, em reunião com o Secretário Estadual de Educação, o projeto foi socializado e discutido, bem como uma possível parceria nos aspectos de manutenção e construção. Em setembro de 2004 ocorreu uma assembleia para socializar as atividades e trabalhos realizados pela comissão, com a participação e orientação da Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES). Nesse momento foi discutida e decidida a ideia de criação do Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Agropecuária em Barra de São Francisco (PPP, 2019).

A partir de muita luta e persistência dos parceiros envolvidos, em 18 de abril de 2005 as atividades letivas da Escola Família Agrícola Municipal de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Jacyra de Paula Miniguite de Barra de São Francisco foram iniciadas, atendendo 41 estudantes, entre eles também jovens dos municípios vizinhos, como Mantenedópolis, Ecoporanga, Vila Pavão, Nova Venécia e Água Doce do Norte.

A Escola foi criada pela Lei Municipal Nº 23 de 21/03/2005, complementada pela Lei Nº 51 de 06/06/2005 e Lei Nº 142 de 14/11/2005 para oferta do curso e teve seu funcionamento aprovado pela Resolução do CEE/ES Nº 2.675 de 04/04/2011, e convalida os estudos dos alunos concluintes em 2010. Em 2010, através da Resolução do CEE/ES Nº 2.484 de 29/11/2010 foram convalidados os estudos dos alunos concluintes em 2008 e 2009 (PPP, 2019).

A EFA assume com princípio pedagógico a PA. Neste sentido entende que a vida, o dia a dia, o trabalho e a vivência são fontes naturais do desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento que devem ser complementares com momentos de reflexão e aprofundamento planejados e coletivos (PPP, 2019).

Segundo o Regimento Interno da EFA, que determina os objetivos do curso ofertado, em seu artigo 18, tem como objetivo a formação básica do cidadão:

Art. 18. A Educação Profissional técnica de Nível Médio, integrada aos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, tem por objetivo proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológico, sócio históricos e culturais.

Além da formação geral e profissional, leva em consideração a formação omnilateral, buscando trabalhar todas as dimensões da pessoa, além de descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida/Profissional, junto com a família e o meio em que vive. Atualmente, atende alunos do

Ensino Fundamental séries finais (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária, da 1ª a 3ª série.

Como a história é dinâmica, percebeu-se a necessidade de reformular o curso, pois o momento histórico exigia mudanças necessárias à reformulação, devido aos seguintes motivos: desistência dos estudantes pelo curso, devido à concorrência por outras escolas que oferecem curso de 3 anos; na conjuntura atual, buscam cursos de períodos menores, para ingressarem mais cedo na Universidade, uma realidade que não era tão acessível, no período em que a escola foi fundada; buscavam cursos mais rápidos também, pela diminuição dos custos no período de formação; pela busca do mercado de trabalho e pela necessidade de garantir a sucessão familiar no campo; e maior disponibilidade para o trabalho junto a família na propriedade. No ano 2014, a escola passou a ofertar o curso sem internato, ou seja, os estudantes não pernoitavam na escola. Isto ocorreu devido à grande expansão da PA nos municípios atendidos pela escola até o momento.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, no ano letivo de 2014, foi aprovada a alteração na organização curricular desenvolvida no ano letivo de 2011 e 2012 para regularizar a vida escolar do aluno, através dos artigos 1º e 2º da Resolução 3.817 de 18/07/2014 (PPP, 2019).

Através da Resolução do CEE/ES Nº 4.264 de 23/09/2015, foi aprovada a organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Eixo tecnológico Recursos Naturais, para as turmas que iniciaram em 2014 e 2015 com três anos de duração do curso.

No ano de 2015, além da oferta do curso mencionado, a EFA passa a ofertar também o ensino fundamental séries finais (6º ao 9º ano). Em 03 de fevereiro de 2015, iniciou-se o ano letivo na escola da rede municipal de ensino, ofertando uma turma de 6º ano, sendo que a cada ano, gradativamente, abriu uma turma do ano subsequente.

Por trabalhar na modalidade Pedagogia da Alternância e Educação do Campo, as escolas enfrentam muitos desafios para conseguir trabalhar as suas especificidades. Em se tratando de PA, sempre existem inúmeras barreiras a serem ultrapassadas, sobretudo nos tempos modernos onde a valorização do homem do campo é mínima. Manter a escola ativa é mais que uma luta diária, é um compromisso dos monitores e famílias que lutam para garantir uma educação de qualidade que valoriza seus estudantes, não para levá-los e formá-los para atender demandas em grandes centros urbanos, mas para levar conhecimento e novas competências na comunidade em que vivem, no ambiente em que se encontram.

A EFA Jacyra de Paula Miniguite, desde a sua criação, passa por processo de luta para se manter aberta e com manutenção, de acordo com a Família de Estudante de Escola do Campo 3, que também participa da Associação das Famílias da EFA Jacyra de Paula Miniguite, “a escola nunca teve um olhar do município, onde este nunca olhou para a escola com bons olhos” (FAMÍLIA DE ESTUDANTE DE ESCOLA DO CAMPO 3, 2021). Conforme citamos acima, havia uma esperança de avanço da EC e PA no município depois que o governo municipal passou a ser de caráter mais progressista e democrático, visto que o executivo (prefeito) era fruto da EC e PA.

Porém em seu segundo ano de mandato, no ano de 2018, por pressão do Ministério Público, o prefeito municipal de Barra de São Francisco, do mandato 2017 – 2020, recebeu uma denúncia do Sindicato de Professores – SINDIUPES, partindo do núcleo de professores efetivos da rede, que buscavam reajuste salarial, dizendo que a prefeitura municipal deveria fechar a EFA Jacyra de Paula Miniguite. O argumento era que o município só poderia assumir o Ensino Médio caso a Educação Infantil e Ensino Fundamental estivessem em boas condições de manutenção. Pelo fato do poder executivo ter negado o reajuste salarial dos servidores efetivos da rede municipal de educação, estes fizeram denúncia ao Ministério Público que, no final do ano de 2018, pressionou o prefeito a não abrir matrícula para o Curso

Técnico em Agropecuária da EFA Jacyra de Paula Miniguite (EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE, 2020).

As famílias entenderam que esta era uma tentativa de fechamento de escola, e se organizaram juntamente com o MPA, COMECES e outras organizações e entidades sociais da localidade e proximidades, para somar forças para enfrentamento desta luta travada com o sistema de ensino municipal. Vale ressaltar que a vontade das famílias desta escola, conforme a Família de Estudante da Escola do Campo 3, é que “os filhos ingressem na EFA, que é uma escola da EC e PA, e saiam formados Técnicos em Agropecuária”.

Iniciou-se assim, uma maratona de reuniões, conversas e negociações para que o Curso Técnico em Agropecuária permanecesse aberto. Após pressão das famílias, que precisaram acionar assessoria jurídica do MPA, o executivo municipal abre matrícula para o Ensino Médio Técnico Profissionalizante, já dando indícios que a tentativa de fechamento da escola, não pararia por ali. Os anos de 2019 e 2020 foram de tensão por parte do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Educação, professores efetivos querendo reajuste salarial, e as famílias, juntamente com a equipe de monitores resistiam bravamente a todas estas investidas.

Por isso, durante este período, as famílias se organizaram com outras instituições e realizaram um abaixo assinado, colhendo mais de 600 assinaturas, e mais de 100 depoimentos em defesa da permanência e não fechamento do curso técnico em Agropecuária em Pedagogia da Alternância e Educação do Campo (RELATÓRIO REUNIÃO COMECES, 2021). Organizou-se um documento com estas assinaturas e depoimentos, encaminhou para o Promotor do município, e o mesmo arquivou este documento. Com esta iniciativa do promotor de arquivar o documento, percebe-se que há uma ação política, movida pelo desejo do fechamento da escola, ou do município deixar de assumi-la enquanto entidade mantenedora.

Entre os depoimentos arquivados pelo promotor de Barra de São Francisco, destacamos o de uma ex-estudante da EFA, que afirma que

[...] eu e minha irmã tivemos o prazer de estudar nas EFAs, que para nós é referência em educação, e para nosso irmão também é referência, portanto, é com muito orgulho que falo desta escola, que trouxe marcas de conquistas, conhecimentos e através dela, podemos conhecer e vivenciar novas realidades, novas práticas da Educação do Campo. Eu tenho o prazer em dizer, que a partir do momento que você vivencia a Educação do Campo e educação das EFAs, percebe que ela é diferente de todas as outras escolas. Nela somos possibilitados a unir teoria e prática. Eu tenho muito orgulho em dizer, que eu estudei nesta escola, tem profissionais excelentes para auxiliar os estudantes, nos torna capazes de organizar a nossa vida, é uma escola exemplo para mim. Hoje minha irmã, que também se formou técnica em agropecuária nesta escola, trabalha na área e é referência para muitos agricultores e graças a escola, ela realiza seu trabalho com maestria. A escola deu autonomia para crescermos profissionalmente. A minha família soube escolher uma escola de qualidade para nós, nossa família não se arrepende e tem orgulho de termos passado por ela, por isso, indicamos a mesma para todas que as pessoas que tivermos a oportunidade de indicar. UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA NÃO DEVE SER FECHADA, DEVE SER VALORIZADA E TODOS DEVEM CONHECER ESSA REALIDADE. É uma escola sem cercas, sem muros, onde aprendemos a sermos construtores do futuro. Só tenho a agradecer a escola pelo conhecimento e aprendizagem.

A Educação do Campo tem que travar lutas todos os dias para se manter e sobreviver. A EFA Jacyra de Paula Miniguite tem um histórico de sucesso. Para o Dirigente Estadual do MPA 2, que atua na defensoria jurídica do Movimento, não existe juridicamente nada que impeça a oferta do Ensino Médio pela via pública municipal; existem, sim, discursos e



arranjos que negam a oferta do ensino em Pedagogia da Alternância para os filhos dos camponeses. O mesmo ainda afirma que a maior dificuldade não é o viés econômico, defendido pelo Ministério Público e SEMEC; é a falta de interesse por parte do poder público em manter uma escola em EC e PA. Os gastos da escola são mínimos se comparados aos salários de alguns professores efetivos da rede municipal de educação.

Mesmo com todas as manifestações das famílias, articuladas ao COMECES e às organizações sociais locais, inclusive o MPA, o município não cede à pressão dos mesmos, e se nega a garantir a continuidade do Curso Técnico em Agropecuária em Pedagogia da Alternância para o ano de 2022, só permitindo a abertura de matrícula para o ano de 2021, devido à negociação com o Movimento Promocional do Espírito Santo (MEPES). Diante da ameaça de fechamento da EFA pelo poder público municipal, iniciou-se um processo de negociação para que a escola seja transferida para o MEPES.

O Projeto de Lei nº 013, de 29 de janeiro de 2021, autoriza o funcionamento da EFA Jacyra de Paula Miniguite para este ano, impedindo a abertura de matrícula ao final do ano de 2021 para 2022, para ingresso da turma inicial (1ª série) no Ensino Médio. De acordo com o documento

Art. 1º - Fica autorizado ao chefe do Poder Executivo Municipal, a promover o funcionamento da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite neste ano letivo de 2021. [...].

Art. 3º - Com o fim do ano letivo de 2021, a Escola de que trata esta Lei, não poderá abrir matrícula para ingresso na turma inicial do Ensino Médio.

O mesmo documento ainda usa a justificativa de que

O fato do município está ofertando ensino de nível médio, é fato preocupante e em desacordo com a legislação vigente, conforme se verifica no texto do inciso V, artigo 11 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, nº 9394/96. **V – Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade o ensino fundamental, permita a atuação em outros níveis de ensino somente estiverem atendidas plenamente, as necessidades de suas áreas de competências e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;**

Vale ressaltar aqui, que já houve a manifestação do Ministério Público que alertou o município no ano de 2019, quanto a sua competência e prioridade quanto a Educação Municipal. Assim, apresento este Projeto de Lei para análise de V. Excias, para que possamos garantir o funcionamento na Escola neste ano letivo, período em que determinamos à Secretaria Municipal de Educação, a adotar todas as medidas para sanar o problema, deixando o município de ofertar o Ensino Médio, para tanto, sejam mantidos entendimentos com o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo e com o IFES de modo a receber os alunos.

Percebe-se neste documento, que o município não abrirá matrícula para o Curso Técnico em Agropecuária em Pedagogia da Alternância na EFA Jacyra de Paula Miniguite no ano de 2022, contrariando o desejo das famílias, pois estas querem seus filhos estudando em escola do a campo, com PA, conforme coloca a Família de Estudante da escola do campo 2, em depoimento cedido para a construção do documento elaborado em defesa do não fechamento da EFA Jacyra de Paula Miniguite. A família do estudante de escola do campo 2 faz a seguinte colocação em defesa da EFA e das EC

Em nome de minha família, venho dizer a importância da Pedagogia da Alternância na formação de meus filhos. Hoje temos dois estudantes, um no ensino fundamental e outro no ensino médio, na EFA "Jacyra de Paula Miniguite". Queríamos deixar descrito aqui o quão importante é o CEFFA para a formação deles, pois eles aprendem a se preparar para o futuro, além de que a escola ensina as atividades da

grade curricular mais também ensina os princípios éticos e morais para a vida de uma pessoa, é lindo ver a maneira de como os professores se preocupam e acompanhem não só o desenvolvimento escolar dos estudantes mas também a vida deles, procurando ajudá-los nas horas que precisam, não só na escola, mas com a família também. E é assim como defendemos: Escola, Família e Estudante... Três elos inseparáveis que são de extrema importância na formação de qualquer pessoa! Por isso nós como família defendemos a escola e a metodologia da Pedagogia da Alternância, pois não existe outra que a supere, por isso, defendemos o direito de nossos filhos estudarem em uma escola do campo, que funcione em PA, que dialogue com nossa realidade.

É válido ressaltar que esta ação do Ministério Público e do Poder Executivo Municipal está em desacordo com a Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE – nº 3777/2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do ES e dá outras providências.

**Art. 41** A comunicação sobre a decisão pelo encerramento voluntário [de escolas] deverá ser protocolada na SER a qual a instituição está vinculada, no prazo mínimo de noventa dias anteriores a conclusão do período letivo em andamento, e será instruída com os seguintes documentos:

**II-** parecer do Conselho Estadual, no caso de instituição pública;

**VI – ata da reunião com a comunidade escolar**, em que se comunica a decisão incluindo-se a repercussão da medida.

**Art. 303** O encerramento de atividades de escolas do campo, do Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo depende de manifestação do CEE, que considerará a justificativa da Sedu, análise do diagnóstico do impacto da ação e a **manifestação da comunidade escolar** (CEE, 2014).

Salientamos que esta ação está em desacordo, pois não houve comunicação com o CEE e nem reunião com as famílias, não havendo a aprovação das mesmas para o fechamento deste curso, pelo contrário, as famílias se manifestaram contrárias à esta ação. De acordo com o COMECES (2014), o processo de fechamento de escolas deve vir com a ata da reunião com a comunidade, pois estes devem manifestar-se favoráveis, ou não, sobre o fechamento da escola. Se tal fato não ocorrer, este processo torna-se ilegal.

É importante trazer aqui que, frente a ofensiva de fechamento desta escola, as famílias iniciaram negociação com o MEPES, pois este garantirá o funcionamento da Escola em PA alternativa que o IFES não oferece, de modo que o desejo das famílias é que, no caso de o município não garantir o funcionamento do Ensino Médio, que a escola seja transferida para a entidade mantenedora MEPES. Esta decisão foi tomada em Assembleia da Associação das Famílias da EFA Jacyra de Paula Miniguite – APEFA, em que o MEPES se mostrou aberto a negociações para se tornar entidade mantenedora desta escola.

Ressaltamos que trocar de entidade mantenedora não irá resolver todos os problemas da EFA, até mesmo porque a EC traz em seu histórico lutas permanentes, que precisam ser travadas diariamente, por ir contra a lógica hegemônica do sistema capitalista de produção. Além de que, o MEPES é uma instituição filantrópica, por este motivo, depende de repasses realizados pelo Estado. Neste sentido, apontamos limites também neste processo de transição para o MEPES - um deles é a questão da troca de governo, onde as políticas tanto de repasse quanto de apoio a instituição ficam à mercê do perfil do governo. Se é um governo reacionário, contrário à EC e a PA, tanto o diálogo quanto os repasses são dificultados e em alguns casos, são até impedidos. De acordo com o Dirigente Estadual do MPA 2

Nosso gargalo é: como o Estado garantir a PA desde a pré-escola até o EM profissionalizante. A educação básica nos anos iniciais e anos finais parece estar resolvida, mas o Ensino Médio cai no desuso do Estado com a PA e proibição que o

município garanta o Ensino Médio não estando com a educação básica cem por cento atendida. De imediato, parece sem luz no início do túnel a oferta pública do Ensino Médio, profissionalizante pela PA e como oferta dos paradigmas da educação do campo. O Estado veda os olhos para a prática da PA e da Educação do Campo no Ensino Médio profissionalizante já praticado há mais de uma década em Barra de São Francisco. Diga-se de passagem, com resultados fenomenais de ensino: poderia citar uma centena, mas, é chover no molhado aqui, visto que todos estão a par dos resultados. Minha casa é um exemplo vivo deste testemunho. Nada contra as escolas do MEPES, que é sem dúvida a experiência de vanguarda, mas, avançar para o debate do Estado assumir seu papel da vontade dos atingidos, é dever de casa. Até porque, o Estado assumir a PA, a EC na sua totalidade, não vai colocar em *stand by* o MEPES, pelo contrário, seu papel continuará sendo ímpar e sem substituição. Talvez entregar o Ensino Médio Profissionalizante da EFA Jacyra de Paula Miniguite para o MEPES seja o que se deve fazer, porém, não pode ser um arrefecimento da nossa luta por uma educação pública, de qualidade, com a PA assumida pelo Estado da pré-escola até a graduação.

Embora haja divergências por parte de alguns, e mesmo apresentando alguns limites, na atual conjuntura, o MEPES se apresenta como uma alternativa viável para evitar o encerramento do Curso Técnico em Agropecuária na EFA Jacyra de Paula Miniguite e principalmente para evitar o fechamento de mais uma escola do campo no município, já que este será o último ano de funcionamento da escola, sendo mantida pelo poder público municipal. Neste sentido, o MEPES se coloca como agente importante para evitar a interrupção do funcionamento de uma escola em alternância que produz tantos resultados positivos para o município, visto que, no mesmo há egressos da escola atuando em diversos setores da cidade e se destacando nos mesmos, além da formação integral em todas as suas dimensões que a escola garante ao sujeito.

A estruturação de uma organização social, que defenda a Educação do Campo no município, se faz ainda mais necessária, no cenário atual da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, pois, neste momento histórico, a Educação do Campo vem sofrendo ofensivas cada vez mais fortes por parte do Poder Público. Estamos falando da ameaça de fechamento de um Curso Técnico em Agropecuária, ofertado por uma escola do campo, que trabalha nos princípios da Pedagogia da Alternância. As famílias dos estudantes, por sua vez, vêm resistindo e se organizando, juntamente com o Comitê Estadual de Educação do Campo, e com o Movimento dos Pequenos Agricultores desta região, contra esta ofensiva e ameaça de fechamento de mais uma escola do campo no município.

### **3.2.2 Proposta de Intervenção: Articulação do Comitê Municipal de Educação do Campo de Barra de São Francisco**

Diante dos processos de investidas de políticas que vem dificultando o desenvolvimento do trabalho com Educação do Campo e PA no município de Barra de São Francisco, nota-se a demanda por organizações sociais do campo que defendem uma educação própria e apropriada. Assim, vem se construindo uma proposta de estruturação de uma organização específica de defesa da educação para os povos do campo. Nos referimos a proposta de estruturação do Comitê Municipal de Educação do Campo no município, para atuar em defesa das escolas do campo e da PA.

#### **3.2.2.1 Articulação do Comitê Municipal de Educação: Demanda por uma organização em defesa da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco**

A presente pesquisa se ancorou na metodologia da pesquisa-ação. Partimos do pressuposto que esta é uma metodologia muito utilizada em pesquisas no campo educacional.

De acordo com Fogaça (s/d/), a pesquisa ação não deve ser confundida com um processo isolado de auto avaliação; ela deve ser vista enquanto prática reflexiva de ênfase social que se investiga e de processo de se investigar sobre a mesma. Neste sentido, a pesquisa ação beneficia seus participantes por meio de processos de ação coletiva, em vista da transformação.

Segundo Elliott (1997, p. 15), a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa e a prática, em que os resultados ampliam a capacidade de compreensão dos sujeitos sociais e de sua realidade, bem como suas práticas organizativa - por este motivo, favorece os processos de mudança.

A partir desta pesquisa, identificou-se a necessidade de uma organização que tivesse a Educação do Campo como sua principal pauta de luta, que defendesse as escolas do campo e em PA no município de Barra de São Francisco. A partir do momento que se definiu o tema e a metodologia da pesquisa, em conversa com a Coordenação Municipal do MPA, onde expusemos o nosso tema para os mesmos, a coordenação deste movimento coloca a importância e a relevância deste, visto que a Educação do Campo é uma pauta que o movimento vem trabalhando com bastante intensidade, articulando-a a produção de alimento.

Nesta mesma reunião, expressamos a intenção de trabalhar com uma proposta de intervenção para uma ação coletiva de sujeitos que pudessem defender as demandas da EC no município. Trata-se de uma proposta de articulação e estruturação do Comitê Municipal de Educação do Campo. Iniciamos as articulações e as conversas com o COMECES, para buscar apoio e orientações do mesmo, com participação em reuniões e fóruns deste.

De acordo com o COMECES (2019), é preciso que o Comitê de EC, se expanda para os municípios para o fortalecimento das lutas travadas todos os dias em defesa das escolas do campo, visto que estas sofrem diariamente ofensivas dos sistemas municipais de educação, que não conseguem compreender a complexidade da EC, movidos por um sistema maior de educação, regido pelo Estado, que não concebe a ideia de emancipação dos sujeitos do campo, bem como o acesso ao conhecimento dos mesmos.

Após conversas e reuniões com o COMECES, articula-se no município um GT de fortalecimento da Educação do Campo, onde foram convidados para este GT as organizações sociais do campo, poder público, associações, sindicatos, etc. Neste sentido, organiza-se o I Fórum de Educação do Campo do município de Barra de São Francisco – ES, no ano de 2019, este Fórum teve por objetivo fomentar a discussão em torno da EC no município bem como levantar a demanda de uma organização social que defenda as escolas do campo, bem como a PA no município e formar representações do Comitê Municipal de EC.

O Fórum contou com representações das Escolas Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete” e “Normília Cunha dos Santos”, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Secretaria Municipal de Educação, Escolas Multisseriadas do Campo, Câmara Municipal de vereadores, Associação de Pais da EFA Normília Cunha dos Santos (APERBA) e Associação de Pais da EFA “Jacyrá de Paula Miniguete” (APEFA).

O primeiro momento foi de formação, com palestra com o tema “Educação do Campo e o fortalecimento de políticas educacionais para os povos do campo”. Inicia-se momento de formação com o seguinte questionamento: “Qual a Escola e Educação queremos, no contexto do campo para nosso município?”. Os participantes do I FÓRUM DE EC DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019 colocam a disparidade da qualidade do ensino entre as escolas do campo e da cidade, em que os filhos dos agricultores, que estão na escola do campo, recebem um ensino inferior aos filhos dos moradores da cidade, colocam a desigualdade entre campo e cidade, onde a escola do campo recebe menos investimentos em infraestrutura do que a escola da cidade.

Percebemos ainda, através de suas falas no decorrer da formação, o anseio dos participantes, em sua maioria sujeitos do campo, que seus filhos acessem uma educação própria e apropriada, de qualidade e que contemple sua realidade, que não passe a ideia do campo como sinal de atraso, e sim um espaço de vida e trabalho. Diante das colocações feitas pelos participantes, o palestrante levanta alguns questionamentos em relação à ideia do atraso vinculada ao camponês, e em relação à escola sem partido, e os desafios de trabalhar na escola, sem a interpretação da doutrinação. O mesmo coloca a importância de cuidar do mundo, e para além disso, é preciso cuidar do campo e do camponês, pois é onde está a produção da vida e a produção de comida.

De acordo com Molina (2010), a escola do campo se estabelece pela luta pela terra e educação, se contrapõe aos sistemas hegemônicos de educação, promove uma formação integrada do ser humano (ciência, trabalho e cultura) e objetiva a transformação social, onde os trabalhadores do campo estão dentro da escola. Coloca o desenvolvimento do campo como um espaço de vida, rompe a epistemologia de conhecimento capitalista, democratizando o acesso a conhecimentos. É um projeto que reúne a comunidade em torno da Escola, supera as relações da dicotomia entre a teoria e a prática. A EC rompe com os paradigmas de escola rural. Há dois projetos de escola posto no campo: um que contempla a falta de investimentos, sucateamento das escolas rurais, com objetivo de fechar; o outro envolve a comunidade, trabalha para emancipação e formação do estudante para a vida, e trabalha o campo como um espaço bonito e um lugar bom de se viver.

Ainda no momento da formação, o assessor do I FÓRUM DE EC DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, coloca que a criação do comitê de Educação do Campo é ganhar um suporte com as mãos de todos que estão presentes neste Fórum. Faz uma retomada dos elementos históricos da Educação no Brasil.

A assessoria do Fórum é realizada, retomando o processo de formação do COMECES, e citando 10 razões para não fechar uma escola do campo, dentre elas, pontua que “os sujeitos do Campo têm direito a Educação do Campo, a escola faz parte da vida da comunidade, possibilita um bom acompanhamento pelos educadores; nas escolas da cidade, os estudantes do campo perdem sua referência de comunidade e identidade de campo, etc” (ASSESSORIA I FÓRUM DE EC DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019).

O assessor do I FÓRUM DE EC DE BARRA DE SÃO FRANCISCO coloca ainda algumas ações concretas desenvolvidas no campo da EC no estado do ES, dentre elas podemos pontuar:

- Aulas de agropecuária na Escolas do Campo;
- Formação na comunidades do Campo, para além das EFAs;
- Estabelecer e aproximar as relações da EFA com as demais escolas do Município;
- Formação específica, num projeto de formação amplo aos educadores do campo – construção de um projeto participativo de formação.
- Realização dos Seminários anuais de Educação do Campo;
- Criação de um plano de trabalho de fortalecimento e expansão da educação do campo;
- Legislação Municipal da Educação do Campo – ver projeto de Colatina;
- Criação do comitê municipal, como organização que planeja, executa e avalia as ações.

Salientamos que o papel social do Comitê de Educação do Campo, se baseia em estimular a pesquisa, e extensão e o desenvolvimento de uma prática pedagógica que sustente a discussão sobre Educação do Campo em contextos interculturais, tendo também a função social de ampliar a participação de todos os coletivos oriundos das organizações e dos movimentos sociais do campo de modo que propicie o diálogo e assegurar a participação na construção de políticas públicas que conjuguem igualdade nas possibilidades de acesso,

permanência e respeito aos conhecimentos produzidos e socializa nos diversos espaços educativos e contribuir na construir um plano de formação para os professores.

O MPA coloca a importância de um Comitê de Educação no município, em que relatou as experiências do COMECES colocando o Comitê enquanto uma ferramenta de enfrentamento às negações do direito a uma educação de qualidade, e se coloca à disposição para contribuir nas discussões do Comitê no município.

A partir desse momento, foram feitos os encaminhamentos de socializar nas organizações o que foi discutido no Fórum, e a discussão de 2 representantes para compor o Grupo de Trabalho “Fortalecendo a Educação do Campo”, afim de discutir as questões do Comitê Municipal de Educação do Campo. O GT ficou então assim constituído: 2 representantes do MPA; 1 representante da Superintendência Regional do Estado de Educação – Classes Multisseriadas do Campo; 01 representante da SEMEC – Setor de EC e PA; 01 representante da RACEFFAES; 01 estudante da EFA Jacyra de Paula Miniguite; 01 estudante da EFA Normília Cunha dos Santos; 01 agricultor; 01 representante da Secretaria Municipal de Agricultura; 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR; 01 monitor da EFA Jacyra de Paula Miniguite; e 01 monitor da EFA Normília Cunha dos Santos.

Ficou constituído assim o Grupo de Trabalho que daria continuidade à articulação da formação do Comitê Municipal de Educação do Campo. O GT seguiu se reunindo de forma presencial até o início da Pandemia, planejando ações para consolidação do Comitê. Com o advento da Pandemia do Covid-19, cessaram as articulações do mês de março até dezembro de 2020. Durante este período, as ações se basearam em participações nas reuniões on-line do COMECES, onde também acompanhamos.

No final do ano de 2020 e início de 2021, diante da investida do poder público municipal para fechamento do Curso Técnico em Agropecuária em PA da EFA Jacyra de Paula Miniguite, este GT volta a se articular juntamente com o COMECES, para pensar ações de resistência e enfrentamento para impedir o fechamento desta escola. Neste sentido, acontecem reuniões *on-line* via plataforma do *Google Meet*. Devido a Pandemia, não foi possível a estruturação do Comitê Municipal de Educação do Campo - a organização segue pelo GT “Fortalecendo a Educação do Campo”, deixando como indicativo a formação do Comitê no município, pois acredita-se que com a instituição de um Comitê em Barra de São Francisco, os processos de enfrentamento para defesa da EC e PA ficarão mais fortalecido.

Mesmo com a conclusão deste Mestrado, esta proposta de intervenção não se encerra por aqui; continuaremos na articulação para a efetivação do Comitê Municipal de Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, pois entendemos que o processo da luta em defesa da EC é contínuo, e enquanto militante desta causa, entendemos a necessidade de uma organização política e social contra o fechamento de escolas do campo no município de Barra de São Francisco, defendendo os interesses dos camponeses, em relação ao direito a uma educação de qualidade, contextualizada e com boas condições de infraestrutura para as escolas do campo, garantindo assim, aos filhos dos pequenos agricultores, o acesso ao conhecimento e uma formação que leve em consideração todas as dimensões do ser humano, própria e apropriada a realidade do campo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta fase deste estudo, faz-nos olhar para trás, refletir e analisar os passos dados até aqui, que não foram poucos. Faz-nos recordar de todo o processo de desconstrução, reconstrução e construção a partir das intencionalidades tidas por nós desde o início deste estudo. Foram muitos os desafios encontrados no decorrer dessa jornada que a tornou única na vida da autora desta pesquisa, enquanto filha de camponeses, recordando os processos de formação que obtive no MPA, PJR e enquanto monitora da EFA Jacyra de Paula Miniguite.

Por ser militante do MPA, sendo indicada por este movimento para cursar Licenciatura em Educação do Campo, articulado por Movimentos Sociais Populares do Campo, ressaltamos que o nosso compromisso com a organização se dá tanto desde os processos de formação informal, o qual o movimento trabalha, quanto na formação formal, que me tornou educadora do campo, monitora de uma EFA. Neste sentido, vimos a necessidade de refletir sobre as contribuições do MPA para o avanço da EC no município de Barra de São Francisco.

A necessidade de refletir sobre a contribuição do MPA para o avanço da EC, bem como as lutas que são travadas todos os dias em defesa desta, para que os camponeses possam acessar uma educação de qualidade, própria e apropriada para os povos do campo. Neste sentido, perpassa a discussão da necessidade de uma organização que defenda os interesses dos camponeses no campo da educação.

Chegar a essa questão de pesquisa é a grande marca deste trabalho para minha experiência enquanto pesquisadora, militante e educadora do campo, que foi construída a partir das experiências vivenciadas nos Movimentos Sociais Populares do Campo, principalmente no MPA, que é a base da minha formação política. Portanto, coloco-me, sobretudo, imbricada no contexto da pesquisa, pois me levou a entender a necessidade da delimitação de tema, diante de tantos questionamentos que emergem da oferta da Educação do Campo, e nesse emaranhado de relações, entre idas e vindas, o ato de pesquisar e as condições materiais, nem sempre estão em consonância, e por isso o resultado muitas vezes não expressa o que se tinha em mente no início da pesquisa. Felizmente, o processo da pesquisa não é estanque, sendo este dinâmico, podendo tomar rumos distintos, não tendo a obrigatoriedade de linearidade do início ao fim da pesquisa.

Nesta pesquisa procuramos compreender em analisar contribuição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco, estado do Espírito Santo. Partimos do pressuposto que a Educação do Campo nasce no bojo da luta pela terra, tendo em sua gênese uma perspectiva de uma educação com princípios humanizadores, levando os educandos a refletirem sobre sua realidade, pautando uma reflexão sobre a mesma, fazendo a relação da educação com a luta em busca da produção da sua própria existência.

A realização desta pesquisa baseou-se nas diretrizes da pesquisa-ação, com discussão com o MPA para definir os rumos desta, contribuição na articulação da criação de um GT para fortalecimento da EC no município de Barra de São Francisco e realização de um Fórum de EC para formação do GT, sendo este um ensaio para a instituição do Comitê Municipal de Educação do Campo no município, além do acompanhamento do processo de resistência e enfrentamento das famílias articuladas ao MPA e outras organizações sociais contra o fechamento de uma escola do campo em PA. A pesquisa foi muito proveitosa, no sentido de ser muito pertinente e com uma riqueza de informações ao grupo participante da pesquisa, que trazem características de ação e transformação.

Vale ressaltar que a metodologia da pesquisa-ação, apesar de muito dialética, é adequada para a EC e Movimentos Sociais Populares, é só conseguimos realizar a pesquisa nesta vertente, devido a contribuição e interesse e comprometimento dos participantes em

discutir as questões-problemas acerca da EC no município de Barra de São Francisco, o que possibilitou inserir essa pauta na agenda desse coletivo.

Nesta pesquisa procuramos compreender como acontece a articulação do MPA em defesa da EC e sua contribuição para o avanço desta, bem como identificar e analisar a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores na Educação do Campo do município de Barra de São Francisco/ES, identificando as demandas que apontem para fortalecimento da Educação do Campo neste município, e intervindo no sentido de atender destas demandas.

Especificamente procuramos contextualizar a Educação do Campo e as Escolas do Campo no município de Barra de São Francisco; descrever as práticas do Movimento dos Pequenos Agricultores em defesa da Educação do Campo; analisar os avanços da Educação do Campo nas comunidades; estabelecer um diálogo entre famílias, dirigentes educacionais, militantes do MPA; identificar as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo em Barra de São Francisco e intervir, a partir da identificação destas demandas, no sentido de construir estratégias para atendê-las.

A pesquisa revelou que a EC vai além dos muros da escola, se articulando com toda a comunidade, discutindo questões relevantes à luta por uma nova sociedade, onde todos tenham direitos iguais, tendo a clareza que, como diz Paulo Freire, a educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela tão pouco a sociedade muda. Sabendo que são estes Movimentos que têm protagonizado a luta por uma consciência crítica, e também pela permanência do homem no campo, sendo o campo considerado um espaço de vida e não apenas de lucro.

Assim, o contexto do campo do município de Barra de São Francisco revela uma aproximação bastante grande com a EC, bem como as escolas que adotam a metodologia da PA. De acordo com esta pesquisa, o campo do município é composto basicamente por pequenas propriedades rurais, sendo bastante propício para a implementação da EC e PA, visto que estas pequenas propriedades rurais estão situadas nas comunidades camponesas, e as famílias mantêm seus filhos estudando nas escolas das comunidades ou na mais próxima das mesmas.

Em relação à atuação do MPA, a pesquisa revela que este Movimento Popular do Campo busca a valorização e o reconhecimento da identidade e da cultura camponesa, tendo como proposta a unidade na diversidade; ou seja, caracteriza-se enquanto luta unificada de classe camponesa, considerado que há diversidades camponesas multifacetadas, dentro de uma mesma classe, que se organiza em luta contra o sistema capitalista de produção que, por si só, é excludente e explorador da classe trabalhadora.

Aa proposta do movimento consiste em produzir alimentos saudáveis, limpos, de qualidade, para garantir a soberania alimentar do povo brasileiro, buscando construir cada vez mais comunidades autônomas a partir dos diferentes modos de vida existente no campo (MPA, 2015). Na análise documental da Cartilha do III Congresso Nacional do MPA, e da pauta de luta do movimento, percebemos que a produção é uma das principais pautas de luta do movimento, estando esta no centro da construção do plano para o campesinato.

De acordo com a pesquisa, constata-se que o MPA, desde a chegada no município, no ano de 2007, trouxe avanços importantes para o campo do município, articulando moradias, créditos rurais (PRONAF), incentivo à produção e viabilização da comercialização com PAA, PNAE, articulação com a feira livre e articulação do grupo de produção e comercialização “Campo e Cidade”, pelo qual são feitas entregas semanais de alimentos agroecológicos para os compradores da cidade, possibilitando assim, um elo entre campo e cidade. Aponta para a necessidade da continuidade da organização dos camponeses, produzindo comida saudável e alimentando a nação, fazendo a resistência e o enfrentamento às ações do capital e, assim, transformando a estrutura do modo de produção capitalista para um modo de produzir baseado nos princípios e valores socialistas.



Percebemos, durante o processo da pesquisa, que o MPA atua em defesa da EC, e suas ações estão pautadas tanto no campo da formação e instrução das comunidades no processo de tomada de consciência em relação ao direito a uma educação própria e apropriada, que contemple a realidade dos camponeses, respeitando e valorizando seu modo de vida e de trabalho, quanto nos processos de luta e enfrentamento contra o fechamento de escolas do campo. O movimento está inserido também no processo de resistência junto as famílias e a comunidade da EFA Jacyra de Paula Miniguite para impedir o fechamento do Curso Técnico em Agropecuária ofertado por esta EFA, se articulando em lutas impedindo o fechamento de outras escolas do campo, ora bem-sucedidas, conseguindo impedir o fechamento, ora não tão bem-sucedidas assim, não conseguindo evitar o fechamento.

Percebe-se que a política de fechamento das escolas do campo está presente no município de Barra de São Francisco como investida do poder público local e estadual, bem como a falta de investimentos para a infraestrutura da mesma, não tendo também profissionais capacitados para trabalhar em escolas do campo, não dispendo de professores com formação específica para o trabalho com a EC, sendo estes recrutados através de processo seletivo que não é específico para as escolas do campo, e por isso acabam por contratar profissionais sem nenhum vínculo com o campo e nem com a EC. Esse é um fator que vem para dificultar a garantia de uma educação própria e apropriada e que contemple a realidade camponesa no município. Desse modo, constatou-se na pesquisa que a educação para os povos do campo defendida pelo MPA e pelas famílias dos estudantes do campo, é a escola da comunidade, que dialogue com a realidade dos sujeitos que estão ali inseridos. Assim, o MPA levanta a bandeira da educação, exigindo uma política pública de EC que insira e contemple em seus conteúdos e metodologias o campo que queremos, os camponeses e camponesas que queremos, em que defenda o campo enquanto um espaço de vida, sem o aliar à figura do atraso, desenvolvendo um trabalho pedagógico a realidade do sujeito camponês.

Diante do tratamento da EC por parte do poder público, viu-se a necessidade de articular uma organização específica que tivesse como pauta principal em suas discussões a EC no município de Barra de São Francisco. Foi neste movimento que surgiu o início de uma articulação para a formação do Comitê Municipal de Educação do Campo, sob a orientação e apoio do COMECES. Este Comitê, por sua vez, aparece na pesquisa, como um espaço de promoção do debate e interação do Movimento da Educação do Campo no estado do Espírito Santo, enquanto representação nos espaços públicos e privados, denunciando os casos que atingem esta temática, no sentido de propor ações que objetivam o advento do fortalecimento da EC.

Conforme já dito acima, o processo de pesquisa não é estanque, e sim dinâmico, podendo passar por alterações e adaptações conforme vão surgindo demandas para serem discutidas durante o percurso da pesquisa. Refiro-me ao processo de ameaça de fechamento do curso técnico em Agropecuária, ofertado por uma escola do campo que funciona no sistema da PA de Barra de São Francisco. Durante a realização da pesquisa, surge a ameaça de fechamento deste curso, por parte do poder público municipal, sem informar ao Conselho Estadual de Educação (CEE) do Espírito Santo, também sem reunião com a comunidade para ouvir dela se concordava ou não com o fechamento da mesma.

Neste ponto da pesquisa, as famílias dos estudantes que fazem parte da Associação da EFA, juntamente com as organizações que estão neste processo de enfrentamento do fechamento deste curso, inclusive o MPA, se colocaram totalmente contrários a esta política de fechamento, defendendo e resistindo para que esta escola permaneça aberta. Para isso, buscou-se fazer articulação e entrar em processo de negociação com MEPES, embora este traga muitos limites, já citados anteriormente; o GT de fortalecimento da EC no município entende que na atual conjuntura, esse se configura enquanto uma alternativa viável para a continuidade do funcionamento desta escola. Em análise documental do Plano Municipal de

Educação de Barra de São Francisco, percebemos que as políticas para a EC e PA no município, desenvolvidas pelas Secretaria Municipal de Educação, e poder público, está em desacordo com o que diz este documento, e o que rege a Resolução nº 3777/2014, ao lançar investidas para fechamento de uma escola do campo.

Os dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa reafirmam a importância da EC e PA e apontam para a contribuição das mesmas na construção da identidade dos camponeses, a juventude atual do campo e o uso das tecnologias da informação principalmente por estes, bem como a valorização dos sujeitos do campo.

No que se refere à produção de pesquisas acadêmicas, a Educação do Campo é um tema que deve estar sempre em discussão, pois esta é uma luta contínua, por isso vem despontando como um campo de investigação que demanda estudos, estes sendo bastante importantes para contribuir no processo da defesa e articulação da EC enquanto política emancipadora dos povos do campo, exigindo reflexões mais aprofundadas sobre o acesso ao conhecimento dos camponeses, bem como formação sociopolítica dos professores que atuam nas escolas do campo, principalmente os que atuam em escolas que trabalham a partir dos princípios de Pedagogia da Alternância e suas concepções de ensino e aprendizagem, dentre outros aspectos correlatos. A partir dos estudos e pesquisas realizadas, percebemos que nossa reflexão está apenas começando.

Deixamos, como indicativo, a consolidação do Comitê Municipal de Educação do Campo do município de Barra de São Francisco, pois acreditamos que este se constituirá enquanto uma ferramenta importante nos processos de fortalecimento da EC no município, bem como no enfrentamento e resistência às investidas do Estado e das forças capitalistas de produção contra este tipo de educação.

Apontamos a importância da continuidade do estudo nesta temática em âmbitos local e nacional, visto que a luta da EC é contra o sistema hegemônico de sociedade, e por isso é constante, fazendo assim, parte do cotidiano do camponês, bem como das Organizações Sociais Populares do Campo, inclusive o MPA, pois sabemos que estas defendem uma educação que contemple a realidade dos povos do campo e valorize o camponês enquanto sujeito social, agente de transformação.

Defendemos que as denúncias das políticas de fechamento de escolas do campo devem ganhar forças junto aos Movimentos Sociais Populares do Campo, uma vez que a pesquisa apontou, através de depoimentos de pais de estudantes do campo e militantes do MPA, que quando se fecha uma escola do campo, se mata a vida da comunidade e se leva muito do campesinato.

Fomentamos assim, a importância de o MPA manter sempre a pauta de EC vinculada a produção de alimento, visto que são duas demandas de bastante expressividade para os povos do campo, considerando a participação do movimento no processo de defesa da EC, e as articulações que o mesmo realiza junto as comunidades e as famílias dos estudantes para manter o funcionamento e a estrutura das escolas do campo, em muitos casos impedindo o fechamento das mesmas, contribuindo, assim, para o avanço da EC no âmbito municipal, estadual e nacional.

Desta forma, é nosso dever de educadores-militantes, contribuir na construção de uma escola vinculada aos interesses desses trabalhadores, e que esta escola contribua no processo de transformação da sociedade. Reafirmamos, para encerrar, que as reflexões aqui expressas não são conclusivas. É importante esgotar todas estas experiências que estão na construção da Educação do Campo, e lembramos que, para cumprir seu papel histórico, é preciso caminhar na direção do projeto de transformação da sociedade, e estabelecer sua relação com a vida.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. CORDEIRO, Tássia. **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. MST, 2019. Disponível em: < <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos> > Acesso em: 20 de novembro de 2020.

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola Pública e Pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**. Disponível em: <[http://www.uff.br/pos\\_educacao](http://www.uff.br/pos_educacao)>. Acesso em: 28/08/2019.

ALMEIDA, Wéster Francisco de; MARINS, Alex Nepel; SANTOS; Poliana Dias dos. **Um breve apanhado da questão das terras no Brasil**. 2012. Disponível em: < [www.pjr.org.br](http://www.pjr.org.br) > acesso em 26 de novembro de 2020.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 303-325.

AMBONI, Vanderlei. **Movimentos Sociais na Educação no Campo**. In: SANTOS NETO, José Leite; BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos [Orgs.]. Trabalho e Educação: Estudos sobre o rural brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 274p.

ANDRADES, T. O.; GANAMI, R. N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista. 2007**. Disponível em: <[http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/Capitalismo\\_Revolucao\\_verde](http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/Capitalismo_Revolucao_verde) >. Acesso em: 25 março. 2019.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores social**. 7 ed. Buenos Aires: Humanistas, 1978. Parte III.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães. **Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da escola família agrícola de Angical**. Dissertação (mestrado) do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Salvador/Bahia, 2005. Disponível em <[HTTP://www.ppgeduc.com](http://www.ppgeduc.com)>. Acesso em 02 de fev. de 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagma (Orgs.). **Por Uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Diversidade**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio [Orgs.]. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. Sociedade em Debate, Pelotas, Agosto/2001.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **A espacialidade das plantações arbóreas e a integração agroindustrial: O Programa Produtor Florestal e seus (im) pactos na agricultura capixaba**. Dissertação. UFF, Niterói, RJ. 2010.

BARRA DE SÃO FRANCISCO. **Plano Municipal de Educação**. Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES. Junho de 2015.

BARRA DE SÃO FRANCISCO. **Projeto de Lei nº 013**, de 29 de janeiro de 2021.

BARRA DE SÃO FRANCISCO. **Regimento Comum das Escolas de Educação Básica. Secretaria Municipal de Educação – SEMEC**. Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/ES. Junho de 2019.

BARROS, A de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BELTRÁN LLAVADOR. F. **Hacer pública la escuela**. Santiago: LOM, 2000.

BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária do ES: Uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em geografia. Vitória/ES, 2009.

BORGES, Liliam Faria Porto; VERDÉRIO, Alex. Trabalho, educação e movimentos sociais: uma análise a partir da luta por uma Educação do Campo no Brasil. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 05, n. 09, p.182-198, jan.- jul., 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. Por uma Educação do Campo. Educação do Campo: campo - políticas públicas – educação. Incra; MDA (NEAD Especial ) Brasília/ DF. 2008.

CALDART, Roseli Salete. **A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar**. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (org.). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba/ 2005.

CARVALHO, Priscila Delgado. **O MPA além da forma-movimento: anotações para uma história**. 40º Encontro Anual da Anpocs ST14 Espaços rurais no Brasil contemporâneo: questões teóricas e novos temas de pesquisa. 2015.

CADONÁ, C. V. **Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA: o novo nasce nas estradas**. [s.l.] Unijuí - Universidade REgional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2004. CERVO Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CASALI, Derli. **O pensamento de um incansável militante camponês**. Org. PILON, Bruno. CORTEZ, Cacia. SOUZA, Luíz Carlos. GORGËN, Frei Sérgio Antônio. Coleção Plano Camponês. Candiota, RS, 2019.

CAVALCANTE, José Luíz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. In. Revista História on-line. 2005-2014. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://historica.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión. (1974).

ClAVATTA Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade**. Artigo Trabalho Necessário. Ano 3, nº 3, 2005.

CRESTANI, Leandro Araújo. STADUTO, Jeferson Andronio Raimundo. O atraso no setor agropecuário brasileiro: Lei de Terras de 1850 em perspectiva. In: **Revista Eletrônica de História**. S.d.

BRASIL. **CNE - Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 01 de 03 de abril de 2002.

CEE-ES. **Conselho Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo**. Resolução 3777 de 20 de outubro de 2014.

COMECES. **Comitê Estadual de Educação do Campo**. Relato da construção do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo. (2010).

COSME, Claudemir Martins. **Resistência do campesinato em meio à contrarreforma agrária no Brasil: da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas** [recurso eletrônico] / Claudemir Martins Cosme. - Fortaleza: EdUECE, 2020.

COSTA, M. J. **Construção do Plano Camponês: experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação de mestrado. UFES, Vitória. 2010. Disponível em <<http://web3.ufes.br/ppgg/sites/web3.ufes.br/ppgg/files/Raquel.pdf>>. Acesso em 5 de julho de 2020).

DUARTE. Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa Científica: interesses e motivações**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: < <https://monografias.brasilecola.uol.com.br>> Acesso em: 20/05/2019.

EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE. **Projeto Político Pedagógico**. Barra de São Francisco – ES. 2019.

EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE. **Dossiê da EFA Jacyra de Paula Miniguite**. Barra de São Francisco – ES. 2020.

EFA NORMÍLIA CUNHA DOS SANTOS. **Projeto Político Pedagógico**. Barra de São Francisco – ES. 2019.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. IN: **Lutas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V.1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980/ Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Inez Paulilo (orgs.) – São Paulo, Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FABRINI, João E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação do capital. In: **Revista Pegada**. CEGET, Presidente Prudente-SP. Vol. 09. Nº 01. 2008. p. 34-62.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 outubro e 2020.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. **Dossiê de Educação: documentos 1998-2018**. In. SANTOS, et al – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2020.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: a formação da colônia brasileira**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

GAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do Agronegócio versus a Agricultura Camponesa: Implicações Sociais e ambientais. In: **Revista Geógrafos**. São Paulo, 2012.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico – Crítica**. – 5.ed.rev., 2. reimpr. – Campinas, SP: Autores, 2012. – (Coleção educação contemporânea).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio ofm. **A Resistência dos Pequenos Gigantes**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**. In. Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária: plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, A.P. **A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros**. In: **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/ São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Publicação original in: **Quatro séculos de latifúndio**, São Paulo: Fulgor. 1963.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> > Acesso em: 30 de outubro de 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017. Barra de São Francisco – Estabelecimentos Agropecuários.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural/ PROATER: 2020-2023.** Barra de São Francisco/ES. 2020.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? In\_ **Camponeses Brasileiros, leituras e interpretações clássicas.** V.1 – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Publicação original in\_ *Cadernos do Povo Brasileiro*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília/DF: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, volume 4, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação Básica no Campo.** 3ª ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos novos dias.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. In: **Revista NERA** – ano 11, n.12 – janeiro/junho de 2008 – pp. 58 – 67. Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

MARTINS. José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS. José de Sousa. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo: São Paulo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro III: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MERLO, Giulia Natalino Galvani. **Cidades inteligentes: o futuro da cidade de Barra de São Francisco – ES.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo apresentado à Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX, como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Nova Venécia, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Monica Castanha; SÁ, Lais Mourão. **Escola do Campo.** In: CALDART, Roseli Saete, PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 326 a 333.

MOTTA, Márcia. ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)** / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. **Cartilha de preparação para o III Encontro Nacional do MPA – Plano Camponês: por soberania alimentar e poder popular.** Org. Direção Nacional do MPA. 2009.

MPA. **A Produção de Subsistência Familiar – Agricultura Ecológica, s/a.**

MPA. **Carta do III Encontro Nacional do MPA.** Vitória da Conquista. BA. 2010.

MPA. **Cartilha do I Congresso Nacional do MPA. Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar**”. São Bernardo do Campo – SP, 2015.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Pedagogia da Resistência Cultural: Um pensar a educação a partir da realidade campesina.** Texto apresentado no VIII Encontro Regional de Geografia (EREGEO). Goiás, 2003.

NETO, Pedro Fellipe Tayer; NETO, João da Cruz Gonçalves. **Direito Agrário e Velha República: Uma análise da legislação e dos conflitos por terra a partir do romance “tocaia grande” de Jorge Amado.** <Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

NEVES, José Luíz. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em administração.** São Paulo, v. 01. Nº 03, 2º SEM/1996.

NOSELLA, Paolo. **Educação: Multiculturalismo e Globalização.** In: FICHTNER, Bernd ... [et al.] (org). Cultura, Dialética e Hegemonia: pesquisas em educação. – 2. ed. – Vitória: EDUFES, 2013. P. 53 – 66.

NOSELLA, Paolo. **As origens da Pedagogia da Alternância no Brasil.** 2. reimp. Vitória: EDUFES, 2014. (Coleção Educação do Campo).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

OLIVEIRA JÚNIOR, Celso Eulálio de. **A Pedagogia da Alternância e a construção do conhecimento agroecológico no norte do estado do Espírito Santo: desafios e possibilidades**. 2019. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro. V. I., nº 02, p. 33 – 38. 2005.

PAULILO, Maria Ines. **Trabalho Familiar, uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis - SC, 12 (1): 360 janeiro-abril/2004.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Efeitos da modernização do campo**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/efeitos-modernizacao-campo.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

PEREIRA, Jader Alves. **Capitão Djama Borges: A história do todo poderoso do Contestado**. Disponível em: < <https://sitebarra.com.br/v5/2018/03/capitao-djama-borges-a-historia-do-todo-poderoso-do-contestado>> Acesso em: 10 de outubro de 2020.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. J. Fonseca Saraiva Editor (Vol. I-III); Benjamim de Aguilã Editor (Vol. IV-X), Rio de Janeiro. 1905-1917.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil** – 1º edição, 1945, atualizado 1970. Post Scriptum 1976 – 28º edição. Brasiliense, 1983.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil** – 1º edição, 1945, atualizado 1970. Post Scriptum 1976 – 28º edição. Brasiliense, 1983.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RACEFFAES. **Cultivando a Educação dos Povos do Campo do Espírito Santo**. São Gabriel da Palha – ES. 2015.

RAMOS, Nayana de Souza, et al. **1948 - As marcas do Contestado em meio ao massacre do quartel de Ataléia Processo nº 895**. Observatório da Justiça Militar Estadual. MG. 2018.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação, liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 455p.

RIBEIRO, Marlene. Educação do Campo: embate entre movimento camponês e estado. **Educação em Revista**. v. 29, n. 1, Belo Horizonte, Março, 2012. p. 459 – 490.

ROCHA, Antonio Baroni; PASSARELLI, Isabel. A formação Integral nos Ceffas na visão dos sujeitos da Alternância. In: **Revista da Formação por Alternância**. n. 5. Brasília: UNEFAB, 2007, p. 28-29.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da Imigração Alemã – : história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo** / Helmar Rölke. – Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROSS, Djoní. **A disputa pelo território: Agricultura Camponesa versus Agronegócio nos Assentamentos do Centro – Sul Paranaense**. XIII Jornada do Trabalho. SP. 2012.

SABÚ, Regiane Martins de Oliveira. **Classe Camponesa e a ciência na sociedade capitalista**. Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Sessão Três Lagoas – MS, V I - n°4 - ano 3, Novembro de 2006.

SALOMÃO, Helder. **Educação do Campo – Direito Nosso, Dever do Estado**. 2018. Cartilha – Mandato do Dep. Federal Helder Salomão.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 19, nº 31, p. 10-31. Mai-Ago/2016

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCARIM, P. C.; OLIVEIRA, E.C. **Experiências de formação com educadores e educadora do campo; reflexões e vivências**. Vitória: Geografares, 2012.

SEAG. **Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca. Novo PEDEAG 2007 – 2025**. Plano estratégico da agricultura capixaba. Estudo Setorial. Coord. Pedro Arlindo Oliveira, Gilmar Gusman Dadalto. Vitória, ES. Outubro de 2007.

SILVA, Aloísio de Souza. **CAMPESINATO E AGROINDÚSTRIA: Uma análise da produção de leite em Pinheiros – ES** - Monografia apresentada ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia / 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. **Rev. e Atual**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Genivânia Maria da. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: **Boletim da Luta**. Março de 2015.

SILVA, Marília Alves da. LOPES, Maria da Penha Gomes. **O passado e o presente de Barra de São Francisco**. Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco. Barra de São Francisco – ES. 1999.

SOARES, Sávila Bona Vasconcelos. **TRABALHO, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EMANCIPAÇÃO, DA IDEOLOGIA À MATERIALIDADE: Uma análise do processo de institucionalização da Educação do Campo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Brasília, 2015.

SOUZA, Maciana de Freitas. **A extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual**. JUSTIFICANDO: mentes inquietas pensam direito. 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/>> Acesso em: 20/ 12/2020.

STÉDILE, João Pedro. **Dez Anos De Economia Brasileira : Decifrando Enigmas** . Coletânea De Entrevistas Do Jornal Dos Economistas. Conselho Regional De Economia Do Estado Do Rio De Janeiro. Corecon-Rj. 1 janeiro 2009.

TAFFAREL, Celi Zulke e MUNARIM Antonio. Pátria Educadora e Fechamento de Escolas do Campo: O Crime Continua. **REVISTA PEDAGÓGICA** | V.17, N.35, MAIO/AGO. 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

WAITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. **REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona**. Vol. XX, núm. 1.135 15 de octubre de 2015.

VENDRAMINE, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Vol. 27, nº 72. Campinas, Cad. Cedes, 2007.

VERDÉRIO, Alex. **MARCO QUARTO: Educação Rural no Brasil**. In: VERDÉRIO, Alex. A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam: uma análise acerca do curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE, 2011. 205p. Dissertação de

VIA CAMPESINA BRASIL. **Diversidade do Campesinato** vol. II Emília Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Az.

VIA CAMPESINA. **Carta de Maputo: V Conferencia Internacional de la Via Campesina**, 2008.

## **6 ANEXOS**

**Anexo A – Roteiro de entrevista para Família de Estudantes de Escola do Campo que participa do MPA**



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ**  
**Instituto de Agronomia - IA**  
**Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola –**  
**PPGEA**



**TEMA: AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) PARA O AVANÇO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES.**

**OBJETIVO DA PESQUISA:** Identificar e analisar a atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores na Educação do Campo do município de Barra de São Francisco/ES, identificando as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo neste município, e intervindo no sentido de atender destas demandas.

**SUJEITO: FAMÍLIA DE ESTUDANTES DE ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO PARTICIPANTES DO MPA**

**Categoria Educação do Campo**

01. Você tem conhecimento da Educação do Campo? O que você sabe sobre?
02. Como acontece o atendimento de seu (a) filho (a) na escola do campo que ele estuda ou estudou?
03. Porque optou em colocar seu (a) filho (a) em uma escola do Campo?
04. Quais benefícios podem ser apontados em relação a escola do Campo que seu (a) filho (a) estuda ou estudou?
05. Quais limites e ou dificuldades podem ser apontadas em relação a escola do campo que seu (a) filho (a) estuda ou estudou?
06. Qual sua opinião sobre a Educação do Campo, bem como as Escolas do Campo?
07. Quais são suas perspectivas quanto a educação de seu (a) filho (a)?

-

**Categoria Movimentos Sociais**

01. Você participa ou participou do Movimento dos Pequenos Agricultores?
02. Como se dá ou se deu sua participação no Movimento?
03. Por qual motivo participa ou participou do MPA?
04. Quais benefícios a participação no Movimento proporciona ou proporcionou para sua família?
05. Quais limites e ou dificuldades o MPA enfrenta?
06. O que o MPA mudou em sua realidade?
07. Quais são suas perspectivas em relação ao MPA?

08. Quais contribuições do MPA para a Educação do Campo?

**Anexo B – Roteiro de entrevista para Família de Estudantes de Escola do Campo que participam de Associações**

SUJEITO: FAMÍLIAS DE ESTUDANTES DE ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO QUE PARTICIPAM DAS ASSOCIAÇÕES DAS EFAS.

**Categoria Educação do Campo**

01. Você tem conhecimento da Educação do Campo? O que você sabe sobre?
02. Como acontece o atendimento de seu (a) filho (a) na escola do campo que ele estuda ou estudou?
03. Porque optou em colocar seu (a) filho (a) em uma escola do Campo?
04. Quais benefícios podem ser apontados em relação a escola do Campo que seu (a) filho (a) estuda ou estudou?
05. Quais limites e ou dificuldades podem ser apontadas em relação a escola do campo que seu (a) filho (a) estuda ou estudou?
06. Qual sua opinião sobre a Educação do Campo, bem como as Escolas do Campo?
07. Quais são suas perspectivas quanto a educação de seu (a) filho (a)?

**Categoria Escola Família Agrícola - EFAs**

01. O que você conhece sobre a Pedagogia da Alternância, bem como o funcionamento das EFAs de Barra de São Francisco?
02. Porque optou em colocar seu (a) filho (a) em uma EFA?
03. Quais benefícios podem ser apontados em relação a escola a EFA que seu (a) filho (a) estuda ou estudou?
04. Em que as EFAs contribuem para a formação do sujeito?
05. Temos acompanhado o processo de tentativa de fechamento da EFA Jacyra de Paula Miniguite. Você concorda com o fechamento da EFA? Porque?

**Anexo C – Roteiro de entrevista para Dirigentes Municipais do MPA de Barra de São Francisco**

SUJEITO: DIRIGENTE MUNICIPAL DO MPA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO -  
COORDENAÇÃO MUNICIPAL

**Categoria: Movimentos Sociais**

1. A quanto tempo atua no Movimento dos Pequenos Agricultores?
2. Qual foi a motivação para desenvolver o trabalho de militância no Movimento?
3. Qual a sua atuação no Movimento dos Pequenos Agricultores?
4. Como se deu o início do MPA no município?
5. Como está organizado o Movimento na atualidade, antes da Pandemia?
6. Como o Movimento está se articulando neste período de Pandemia?
7. Qual a pauta defendida pelo Movimento?
8. Quais dificuldades os Movimentos Sociais Populares do Campo enfrentam?
9. Quais estratégias o Movimento tem adotado para enfrentamento da ofensiva de uma política de marginalização que os Movimentos Sociais vêm sofrendo na atual conjuntura?
10. Quais são as perspectivas em relação a atuação dos Movimentos Sociais, sobretudo para o MPA?

**Categoria: Educação do Campo**

1. Como se dá a atuação do MPA frente à política de desmonte da Educação do Campo, principalmente o fechamento de escola?
2. Qual a relação do MPA com a Educação do Campo? Como acontece a atuação do Movimento em defesa da mesma?
3. Quais as dificuldades encontradas para garantir a efetivação da Educação do Campo, sobretudo na atual conjuntura?
4. Em que o MPA tem contribuído para o avanço da Educação do Campo?

## **Anexo D – Roteiro de entrevista para Dirigentes Estaduais do MPA do Espírito Santo**

SUJEITO: DIRIGENTE ESTADUAL DO MPA DO ESPÍRITO SANTO–  
COORDENAÇÃO ESTADUAL

### **Categoria: Movimentos Sociais**

01. A quanto tempo atua no Movimento dos Pequenos Agricultores?
02. Qual foi a motivação para desenvolver o trabalho de militância no Movimento?
03. Qual a sua atuação no Movimento dos Pequenos Agricultores?
04. Qual a pauta defendida pelo Movimento?
05. Quais dificuldades os Movimentos Sociais Populares do Campo enfrentam?
06. Quais estratégias o Movimento tem adotado para enfrentamento da ofensiva de uma política de marginalização que os Movimentos Sociais vêm sofrendo na atual conjuntura?
07. Quais são as perspectivas em relação a atuação dos Movimentos Sociais, sobretudo para o MPA?

### **Categoria: Educação do Campo**

01. Como se dá a atuação do MPA frente à política de desmonte da Educação do Campo, principalmente o fechamento de escola?
02. Qual a relação do MPA com a Educação do Campo? Como acontece a atuação do Movimento em defesa da mesma?
03. Quais as dificuldades encontradas para garantir a efetivação da Educação do Campo, sobretudo na atual conjuntura?
04. Em que o MPA tem contribuído para o avanço da Educação do Campo?



**Anexo E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto:** As contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco – ES.

**Pesquisadora:** Poliana Dias dos Santos

**Pesquisador responsável (professor orientador):** Igor Simoni Homem de Carvalho.

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **As contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o avanço da Educação do Campo no município de Barra de São Francisco – ES**, desenvolvida(o) por Poliana Dias dos Santos. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Igor Simoni Homem de Carvalho, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (21) 990667751 ou e-mail igorshc@yahoo.com.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que descritos nos itens abaixo deste termo. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador e seu orientador. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

### **Natureza e objetivos do estudo**

Esta pesquisa apresenta como objetivo geral: identificar e analisar a atuação do MPA na Educação do Campo do município de Barra de São Francisco/ES, identificando as demandas que apontem para fortalecimento da EC neste município, e intervindo no sentido de atender destas demandas.

Os objetivos específicos se baseiam em:

- contextualizar a Educação do Campo e as Escolas do Campo no município de Barra de São Francisco;
- descrever as práticas do Movimento dos Pequenos Agricultores em defesa da Educação do Campo;
- caracterizar o contexto socioeconômico do município de Barra de São Francisco;
- analisar os avanços da Educação do Campo nas Escolas do Campo do município;
- estabelecer um diálogo entre famílias, dirigentes educacionais, militantes do MPA;
- identificar as demandas que apontem para o fortalecimento da Educação do Campo em Barra de São Francisco;
- e intervir, a partir da identificação destas demandas, no sentido de construir estratégias para atendê-las.

### **Procedimentos do estudo (quais instrumentos serão utilizados? Se terá gravação, vídeos, fotografias etc.)**

Serão realizadas entrevistas coletivas, gravação do áudio e registro escrito da entrevista.

### **Riscos e benefícios**

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, ler etc.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa assiná-lo.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

A sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser autorizar.

Você poderá retirar a autorização para participar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### **Confidencialidade**

Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos.

Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu,

\_\_\_\_\_

RG

\_\_\_\_\_,  
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos autorizo aos pesquisadores utilizar, divulgar e publicar, em trabalhos científicos, o

mencionado questionário, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a outros pesquisadores o acesso a ele para fins idênticos, sendo preservada minha integridade, bem como a minha identificação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Entrevistado

\_\_\_\_\_